

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXI, número 61, Maio-Agosto/2008



Temperaturas

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cutti

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Alfredo J. Gonçalves
Carlos B. Vainer
Dulce Baptista
Francisco Nunes
Heinz Dieter Heidemann
Helion Póvoa Neto
José G. Baccarin
José Guilherme C. Magnani
José J. Gebara
Luiz Bassegio
Marilda A. Menezes
Odair da Cruz Paiva
Oscar R. López Maldonado
Oswaldo M.S. Truzzi
Sidney A. da Silva

Conselho Consultivo

Cláudio Ambrozio
Edgard Malagodi
Ermínia Maricato
Marília P. Sposito
Milton Schwantes

Capa

Arte: Maxprint Editora e Gráfica Ltda

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Maxprint Editora e Gráfica Ltda - Fone:(11)4815.4331

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade
01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone/Fax: (0xx11)3208.6227
cemsp@uol.com.br
www.cemsp.com.br

ÍNDICE

BUSCAR DINHEIRO FORA

A MIGRAÇÃO COMO ESTRATÉGIA

Verena Sevá Nogueira.....5

LEMBRANÇAS DE VIAGENS ÀS FRONTEIRAS DO BRASIL

MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS DE LAVRADORES DO
NORDESTE MINEIRO

Eduardo Magalhães Ribeiro

Flávia Maria Galizoni

Thiago de Paula Assis.....11

QUADRA FECHADA

UMA INICIATIVA DOS CORTADORES DE CANA DE
COSMÓPOLIS

Ellen Gallerani Corrêa.....16

UM PASSADO NO PRESENTE (RELATO)

Pe. Antonio Garcia Peres

Ir. Inês Facioli.....20

CORTADORES DE CANA E OS (NÃO) DIREITOS

Maria Aparecida de Moraes Silva.....26

A MIGRAÇÃO E O TRABALHADOR MIGRANTE NAS PÁGINAS DO CÁ E LÁ

Sérgio Daniel Nasser.....37

TRABALHADORES TEMPORÁRIOS, TRABALHADORES O TEMPO TODO

O DESLOCAMENTO PARA A SAFRA DE CAFÉ NA REGIÃO
DO CERRADO MINEIRO

Maria Andréa Angelotti Carmo.....42

PROVISÓRIO, INSTÁVEL E PRECÁRIO

A transitoriedade permanente das travessias temporárias

O primeiro número da revista *Travessia*, publicado em 1988, tratou da temática dos "migrantes sazonais", uma das formas tradicionais da migração temporária. O termo está ainda intimamente ligado a ciclos naturais da produção agrícola nas diferentes estações do ano e percebemos que os "avanços" tecnológicos alteram progressivamente essa "dependência" da sazonalidade natural. Também o Boletim "Cá e Lá" da Pastoral do Migrante lembrou, na época, que o migrante é "que nem folha seca, que o vento leva para onde quer...migrante é que nem pomba, aonde vai tem um caçador na mira...migrante é que nem passarinho: voa de galho em galho e nunca encontra sossego; só que o passarinho canta e o migrante chora". Sabidamente as metáforas do mundo natural ajudam a visualizar, mas ao mesmo tempo, e antes de tudo, ocultam a coerção social da ditadura da economia do mercado que exige a mobilização total da força de trabalho. Sujeitadas à lei da concorrência, com todas as filigranas empíricas e diferenciações de lugares, as pessoas estão disponibilizadas para ir "ao trabalho" e "à guerra". A mobilização forçada, alicerce dos tempos modernos, está por trás de todas as particularidades de histórias de vida migrante e obriga a ir além do olhar sobre meros deslocamentos temporários entre locais de origem e de destino.

Hoje, 20 anos depois, em 2008, a revista retoma a temática no seu número 61. Agora o migrante temporário se faz cada vez mais presente no mundo contemporâneo da crise fundamental. Temporário, flexibilizado, e deslocado "just-in-time" no processo da valorização, o migrante move-se num turbilhão de descumprimentos da legislação trabalhista e da negação dos direitos humanos universais. Porém, sempre é bom lembrar que se trata de leis que brotaram da organização do processo da imposição violenta da modernização do "lobo entre lobos" e de direitos que, no progresso civilizatório cada vez mais destruidor e degradador, se fizeram cinicamente necessários para incutir nos sujeitos sujeitados a positividade do ideário iluminista. No início da longa história da modernização se deu uma humilhação primária: a transformação das pessoas em mero material do processo de valorização. No decorrer dos processos de modernização os mais diversos movimentos sociais e políticos tentaram estabelecer uma espécie de "dignidade humana", porém sempre apenas nos fundamentos da sua própria humilhação primária, isto é, continuam na busca de uma dignidade de segundo grau. Por isso, o migrante temporário não pode ser visto apenas como um "coitado", membro de um abstrato "povo sofredor", ele é um sujeitado a um histórico mecanismo social de valorização. Trata-se de um mecanismo autonomizado, com um fim em si mesmo e cuja crítica precisa ser feita indo até as suas raízes mais fundamentais.

Estamos ainda perante uma outra questão. Dizem-nos que tudo é passageiro, tudo é efêmero, tudo é travessia, tudo é temporário. Tudo se transforma. Assim, o migrante temporário corporificaria uma ontológica condição humana, diminuindo e reduzindo a importância e as particularidades da história sócio-econômica. A sempre citada idéia de Heráclito, segundo a qual não se pode entrar duas vezes no mesmo rio, lembra contraditoriamente a historicidade, mas ao mesmo tempo induz a uma ontologização trans-histórica. Lembremos também a bela expressão de Helio Pelegrini: "Pé no chão, pé no ar, antes do mergulho". Esta é a condição permanente e repetida de insegurança, fragilidade e precariedade do migrante temporário. Mas continuamos ainda diante da questão crucial: "Pé no chão, pé no ar, antes do mergulho" é condição do "ser humano em si" ou uma determinação da moderna história social e econômica de sujeitos sujeitados ao sistema produtor de mercadorias? E em seguida enfrentamos ainda o problema de como fazer a crítica e como caminhar num processo de emancipação. A emancipação se dá na "resistência miúda", apelando apenas ao cumprimento das leis e dos direitos, inclusive dos assim chamados "direitos humanos" ou ela se dará somente em "ações e opções" numa travessia que busca, além do mercado e do estado, uma vida de estabilidade e felicidade, sempre com uma gratificante inquietude sossegada?

Heinz Dieter Heidemann

TRAVESSIA - NÚMEROS PUBLICADOS

- | | | |
|--------------------------------|--|--|
| 01 - Sazonais | 23 - Metrópole | 43 - Imprensa & Literatura |
| 02 - Cidade | 24 - Índios e Territórios | 44 - Etnias |
| 03 - Fronteira Agrícola | 25 - Deslocamentos Compulsórios
& Restrições à Migração | 45 - Mobilidade & Flexibilidade |
| 04 - Violência | 26 - Mulher Migrante | 46 - Sagrado |
| 05 - Voto | 27 - Nomadismos | 47 - Cotidiano |
| 06 - Barragens | 28 - Meio Ambiente | 48 - Fronteiras |
| 07 - Cultura | 29 - Albergue | 49 - Narrativas |
| 08 - Trabalho | 30 - Clandestinidade | 50 - Políticas Públicas |
| 09 - Família | 31 - Festas | 51 - Preconceitos |
| 10 - Religião e Religiosidades | 32 - Memória | 52 - Legado de Scalabrini |
| 11 - Estrangeiros | 33 - Mercosul | 53 - Implicações Psicológicas |
| 12 - Educação | 34 - Associações | 54 - Espaço Urbano |
| 13 - Pena de Morte | 35 - Gerações na Migração | 55 - Brasileiros no Exterior |
| 14 - Migrar e Morar | Nº Especial - O Retorno (Sayad) | 56 - Alteridades |
| 15 - Tempo e Espaço | 36 - Um Olhar Retrospectivo | 57 - Acolhida & Hospitalidade
Bíblia e Pastoral |
| 16 - Desemprego e Subemprego | 37 - Refugiados | 58 - Acolhida & Hospitalidade
Cultura e Sociedade |
| 17 - Imagens | 38 - Bairros e Vizinhanças | 59 - Filhos da Migração |
| 18 - Novas Tecnologias | 39 - Assentamentos | 60 - Perdas e Ausências |
| 19 - Identidades | 40 - Redes | 61 - Temporários |
| 20 - Saúde | 41 - Migração Laboral | |
| 21 - Emigração | 42 - Linguagens e Símbolos | |
| 22 - Retorno | | |

*É possível montar a coleção e adquirir números avulsos**

(* Números 8, 10 e 12 só disponíveis para coleção)

Forma de Pagamento

Depósito nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Bradesco; Ag. Tabatinguera nº 0515-0; c/c nº 23083-9 com envio de cópia do comprovante ou Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos.

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
- () Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
- () Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00
- () Exterior (1 ano)..... US\$ 20,00

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP: 01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

BUSCAR DINHEIRO FORA

A migração como estratégia

Verena Sevá Nogueira *

A migração é uma prática comumente utilizada por grupos camponeses para reprodução e permanência na *sua terra*, à qual se sentem ligados por laços de pertencimento, reportando-se a ela como morada.

Aracatú é um município que convive há muito tempo com o fenômeno social da migração. Localiza-se em região geográfica semi-árida do sudoeste do estado da Bahia, localmente identificada como sertão. Ter migrado ou ter algum parente vivendo fora é quase pleonasmos, não constituindo uma especificidade de nenhuma categoria social. Os aracatuenses deslocam-se basicamente para a região sudeste brasileira, para os estados de Minas Gerais e São Paulo.

A vida ao Sul¹ é conhecida pelos aracatuenses com uma intimidade que se não decorrente de experiência própria, é transmitida pelos conterrâneos que lá estão ou estiveram. O problema da seca, associado à falta de barragens e cisternas para armazenamento de água é invocado como um dos motivos que explicam não ser possível sobreviver somente com os recursos da região. A falta de incentivo do governo à produção agrícola, principalmente os baixos preços alcançados pelos produtos

no mercado, também é citada como um entrave à vida no sertão.

Para tratar o fenômeno da migração em Aracatú, os protagonistas serão pequenos proprietários rurais que moram e trabalham em suas terras – especificamente pessoas ligadas à fazenda² Martim e arredores – e por isso não sujeitas a um patrão ou a um senhor, como ocorre com muitos outros moradores do campo brasileiro.

Em estudo realizado em engenhos e usinas de cana-de-açúcar, no estado da Paraíba, Garcia Jr. nos mostra a migração de *moradores*³ para os estados da região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) atuando como uma forma de manter a condição camponesa dos mesmos. Além da remessa de dinheiro que os migrantes enviam para sua família de origem, há muitos que retornam à sua terra depois de um período de trabalho no Sul. E, *tudo o que adquiriram no meio urbano [no Sul] constitui uma espécie de capital que os coloca em posição mais vantajosa para tentar novos meios de vida*, como, por exemplo, passar da condição de *morador* para a de pequeno agricultor, detentor de um pedaço de terra (Garcia Jr., 1989, p. 77).

Machado investigou a migração de

camponeses do município de Andaraí (região da Bacia do Paraguaçu), sertão baiano, para os estados de São Paulo e Paraná, bem como migrações interestaduais (as por ele chamadas migrações *campo-campo*) para locais próximos à terra de origem. Observou neste contexto que [...] *o trabalho de 'meia', acoplado a um alto grau de mobilidade sócio-espacial*, guardava estreita relação com a passagem de uma condição social de *parceiro*⁴ para a de pequeno proprietário rural (Machado, 1992, p. 377).

Embora estas pesquisas – assim como tantas outras presentes na literatura nacional e internacional sobre populações rurais – nos mostrem outros e diferentes processos migratórios, há um ponto em comum entre elas e o que ocorre em Aracatú, qual seja, o deslocamento de pessoas para outras localidades em busca de alternativas para manterem sua condição camponesa. Manter-se na condição camponesa, no sentido de uma vida ligada ao trabalho autônomo e familiar na terra, abarca diferentes projetos, seja mudança na condição social do camponês diante da terra, com a passagem da condição de morador para a de pequeno proprietário, ou a transformação dos parceiros em

também pequenos proprietários; seja ainda nos casos em que a terra já é um direito do agricultor e o que se busca com a migração é sua reprodução nessa terra, como acontece em Aracatú.

TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS: TRABALHAR FORA PARA VIR COMER SEMPRE NO MESMO LUGAR

A migração da população de Aracatú caracteriza-se por movimentos de deslocamentos sazonais ou temporários, as idas para as colheitas do café, e por deslocamentos para os médios e grandes centros urbanos com intuito de nestes permanecer por um tempo maior que o de uma colheita de café⁵. São modalidades de migração conformando dois momentos que se mesclam e se sucedem nas trajetórias de vida de vários migrantes.

Zé de Zora e Alceu são irmãos e durante parte de suas vidas trabalharam fora de suas terras *para vir comer sempre no mesmo lugar*⁶. Suas trajetórias migratórias mostram que há cerca de quarenta anos pelo menos, os aracatuenses já buscavam trabalho em outros municípios e regiões do país.

Zé de Zora morou sempre na roça. Nasceu em 1951 na fazenda de nome Horta, município de Aracatú. Casou-se com Laura em 1970 e foi morar na fazenda do sogro, no povoado vizinho de Piabanha. Dois anos mais tarde mudou-se com a esposa para a fazenda Martim, adquirida por seu pai em 1970, onde vive até hoje. Assim relatou Zé de Zora:

a maior parte dos meus nove filhos que eu tenho, a maior parte deles eu criei com recursos não só daqui, daqui e de São Paulo. [...] desde rapaz mocinho eu já conhecia a região que eu ia trabalhar pra lá, que a metade da minha vida eu num

posso dizer que eu vivi aqui, que eu moro aqui na Bahia, mas eu não posso dizer que eu vivi a maior parte da minha vida aqui, eu vivi a maior parte da minha vida em São Paulo, então eu num falo mal de São Paulo. Eu saía, todo ano eu tinha que ir, eu não, todo mundo [...]. As mulher ficavam cuidando da roça aqui enquanto a gente ia. (Entrevista com Zé de Zora, Aracatú, abril de 2007).

A trajetória de Alceu não difere muito. Nasceu também na fazenda Horta alguns poucos anos depois de Zé de Zora. No ano de 1970, ainda solteiro, mudou-se com o pai para a recém adquirida fazenda Martim. Casou-se no ano seguinte com Vinú e vive nesta fazenda até hoje. Sua vida foi sempre na roça, seja em Aracatú ou no *Sul* para onde ia freqüentemente em busca de trabalho. São as palavras de Alceu:

[...] aí fui trabalhando, trabalhando, e aquela, vivendo aquela crise. Tinha dia que a gente passava um dia em três, com ovo de galinha sem, só aquele ovo de galinha purinho, eu e ela [esposa] e a menina que eu criava. E daí eu fui pra São Paulo e lutei demais, sofri, eu sofri pra criar oito filho, eu sofri. Fui sozinho, naquele tempo eu fui sozinho e minha mulher ficou aí, que ela estava pra ganhar neném de Ismael, ela ficou e eu fui pra lá. Lá eu trabalhei acho que eu trabalhei uns três meses e nos três meses eu mandei um quebradinho de dinheiro pra nós poder pagar a venda. [...] Eu trabalhei ó, colhendo algodão, eu trabalhei colhendo café, eu trabalhei colhendo batatinha, eu trabalhei colhendo amendoim, eu fiz quebra de milho, eu fiz todo serviço lá. Toquei uma rocinha lá, num deu certo, perdi a roça. [...] Quando eles [filhos] cresceu eu fui pra Uru [centro do estado de São Paulo], eu e três, foi eu e três menino meu. Depois a menina cresceu, foi nós em quatro, e sofrendo, dormindo em cima de pau,

convivendo com ninho de cobra, tudo isso a gente sofreu. (Entrevista com Alceu, Aracatú, abril de 2007).

A migração em Aracatú é, ademais, uma prática que continua na geração seguinte à de Alceu e Zé de Zora. Trata-se de um movimento que combina deslocamentos temporários e definitivos como fases de uma prática única, a migração. Zé Nilton e Maria são aracatuenses que saíram há cerca de uma década de Aracatú. Em suas trajetórias observamos movimentos de deslocamentos temporários, para trabalhar em colheitas no interior do país, antecedendo a uma migração mais definitiva para o *Sul*.

Zé Nilton, 36 anos, é natural de Aracatú. É casado com uma das filhas de Zé de Zora. Seus pais e irmãos vivem em Aracatú onde trabalham com agricultura, sendo este o trabalho que Zé Nilton realizava antes de migrar. Com dezoito anos veio pela primeira vez para *Sul*. Morou cerca de quatro anos na casa de um cunhado em Artur Nogueira, interior de São Paulo, e depois voltou para a Bahia. Em Aracatú passou uma temporada de nove meses na fazenda dos pais, período em que *amigou*⁷ com Zélia. Mudou-se depois para Campinas, para o bairro Satélite Íris, na periferia da cidade, onde já viviam alguns parentes de Zélia. Em Campinas o casal teve duas filhas. Até ser demitido no início de 2006, Zé Nilton trabalhava como operador de máquina numa fábrica de colchões e Zélia no comércio. Entre os meses de maio e setembro de 2006, Zé Nilton e Zélia migraram para o município de Paraguaçu (sul de Minas Gerais) e trabalharam na colheita de café⁸, retornando novamente para Campinas no final da safra. No início de 2007 o casal e as filhas decidiram mudar-se para Paraguaçu, para *tentarem ganhar a vida*. Zé Nilton trabalha, atualmente, como turmeiro agenciando pessoas – na sua maioria vindos de sua

terra natal, Aracatú – para o trabalho temporário de colheita nos cafezais dos arredores de Paraguaçu.

Maria, 36 anos, a filha mais velha de Zé de Zora, foi a última dos filhos casados a vir morar no interior de São Paulo. Quando ainda solteira morava na fazenda Martim, mas já tinha por prática deslocar-se com os pais pelos arredores do município, para trabalhar principalmente com colheita do algodão. Depois de casada continuou a morar na fazenda Martim, mas já nessa época iniciou sua trajetória de migrações para lugares mais distantes, no *Sul*. Migrou para a safra do café em Pedregulho e para o corte da cana-de-acúcar¹⁰ e colheitas de cebola, algodão, feijão e tomate no Guará, região de Ribeirão Preto, ambos no interior de São Paulo. Durante essas migrações temporárias seus filhos ficavam na fazenda Martim, em Aracatú, sob os cuidados dos avós maternos. Em 1997 Maria, Osvaldo e os três filhos chegaram em Campinas, no bairro Satélite Íris. Atualmente, Osvaldo trabalha como operário numa indústria de colchões e ela é empregada doméstica em casa de família. No final de 2007 a família de Maria mudou-se para Artur Nogueira, mas o casal continua se deslocando para trabalhar em Campinas, distante daquela 60 quilômetros.

Diferentemente, embora partes de um mesmo processo migratório, configura-se a trajetória de Nanô, uma das irmãs de Zé de Zora. Ela e o marido Antonio, ambos naturais de Aracatú, moraram mais de uma década em Artur Nogueira, interior de São Paulo, lá trabalhando nas mais diversas funções, ligadas à agricultura ou não. No *Sul* criaram seus dez filhos. Há cerca de três anos o casal voltou para a fazenda Martim e passou a morar e plantar numa pequena área da fazenda Martim. E, a partir de então, as saídas para trabalhar temporariamente fora de Aracatú

passaram a fazer parte da rotina de trabalho do casal. Em 2006 estiveram na região de Artur Nogueira, trabalhando com colheita de laranja e, em 2007, foram para a colheita de café em Minas Gerais, indo, na seqüência, para a de laranja no interior de São Paulo.

As trajetórias migratórias de Zé Nilton, Maria e Nanô apresentam-se como pequenas amostras de um processo migratório que mescla diferentes modalidades de deslocamentos. Sejam migrações temporárias antes de uma moradia mais demorada no interior de São Paulo, como ocorreu com Maria, uma migração temporária seguida de uma moradia mais longa em Campinas, e depois uma mudança para Minas Gerais associada ao trabalho de *turmeiro*, como na trajetória de Zé Nildo, ou ainda, de migrações temporárias subseqüentes a uma fixação mais definitiva em Artur Nogueira, como o ocorrido com Nanô. São situações que por sua complexidade questionam uma metodologia de pesquisa, comum aos estudos migratórios, que trabalha com as categorias local de origem e local de destino dos migrantes. São categorias que talvez nos sejam úteis como referência analítica, de onde saiu e aonde chegou um migrante num dado momento de sua trajetória de vida, mas devemos ter cuidado em não naturalizar esse ou aquele lugar como a origem e o destino dos migrantes.

A MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA PARA O CAFÉ

Inicialmente, ainda em Campinas, foi o movimento migratório desde a Bahia até a região de Campinas que despertou minha atenção, seja pela quantidade de *baianos*¹⁰ que eu encontrei no bairro Satélite Íris, seja pela estreita ligação que esses migrantes mantinham com seus parentes na terra natal. Ao chegar na

Bahia, entretanto, deparei-me com uma modalidade específica e disseminada de migração, as migrações temporárias *para o café*, que é como eles chamam as migrações temporárias para trabalho nas colheitas de café no interior dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Nos deslocamentos de camponeses para outros lugares, muitas vezes distantes de sua terra natal, várias podem ser as motivações para sair, sendo que uma das mais relatadas – principalmente quando o que está em pauta são populações carentes de recursos econômicos –, é a busca de dinheiro fora para *comer sempre no mesmo lugar*. Todo ano, entre os meses de maio e setembro, saem ônibus com homens¹¹, mulheres e crianças de Aracatú em direção a cafezais paulistas e mineiros. Durante essas ausências, casas ficam fechadas, roçados são abandonados ou deixados a cargo de parentes, escolas rurais são fechadas e as do centro urbano adaptam seus calendários para que as crianças e os jovens migrantes possam continuar estudando.

Embora a migração temporária de crianças com os pais seja uma prática comum e antiga em Aracatú, recentemente tem havido uma significativa diminuição nessas saídas. Isso é explicado em certa medida pela implantação do benefício Bolsa-Escola, um programa do Governo Federal que paga uma quantia em dinheiro para os pais das crianças que não faltarem à escola mais que o limite autorizado pela lei.

A seguir a transcrição da fala de uma jovem migrante:

Eu vou [migra para o café] desde os seis anos com a minha família, mas antes eu não trabalhava, eu só ficava [com os pais]. Eu já trabalhei quatro vezes.

E pra onde você [já] foi, é sempre pro mesmo lugar?

L: Não, eu já fui a primeira vez pra Patrocínio, em Minas [mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba]; a segunda vez pra Araguari, em Minas também [idem]; a terceira vez pra Patos de Minas, em Minas também [idem], e duas vezes pra Caromandel, Minas [idem].

E agora este ano você vai?

Vou.

Pra onde?

Araguari.

E da sua família quem que vai?

Só vai eu, duas irmãs e meu cunhado.

(Entrevista com Lidiane, 18 anos, estudante do ensino médio e agricultora, Aracatú, abril de 2007).

O OFÍCIO DO TURMEIRO: PERSONAGEM CENTRAL NAS MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS

Os *turmeiros*¹² têm papel central na organização das migrações temporárias de Aracatú. São parentes, vizinhos ou conhecidos dos migrantes, nascidos e criados na região, que trabalham como intermediadores entre esses e os fazendeiros. De forma semelhante à analisada pela literatura em outros cenários rurais brasileiros (Silva, M., 1999; Silva, V., 2005; Machado, 1992), em Aracatú os *turmeiros* têm uma trajetória de vida pregressa frequentemente associada ao trabalho na roça, na terra natal ou fora dela.

O ofício de *turmeiro* é frequentemente aprendido com os pais ou parentes próximos, que abrem caminhos para que os filhos continuem nessa profissão (Silva, M., 1999; Silva, V., 2005). É ademais, um ofício que confere uma posição de prestígio e de masculinidade aos que nela se embrenham, como mostrou Vanda Silva (2005) em sua pesquisa com jovens

rurais do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Outro aspecto ligado aos *turmeiros*, chamados ainda de *carregadores*¹³ de migrantes, é sua atuação como agentes de crédito. Além de agenciadores de mão-de-obra para o café, os *turmeiros* intermediam o adiantamento das passagens rodoviárias junto às empresas de ônibus, às quais são pagas pelos migrantes em momento posterior, com o dinheiro obtido no trabalho da colheita.

A trajetória de vida de Zé Mascate, um dos mais antigos *turmeiros* da região, é emblemática para apresentar como se organiza seu ofício, assim como para desvelar alguns marcadores históricos da migração em Aracatú.

A vida lá [Aracatú] sempre difícil, porque lá as épocas de seca são direto. Então é um ano bom, quatro, cinco ruins, falta de chuvas; as terras são boas, falta de chuvas. Então a gente, nos anos 50 [1950] eu vim pra São Paulo trabalhar com turma. Aí eu era novo e aprendi a trabalhar com turma desde os anos 50. Voltei à Bahia em 55, aí passei um tempo por lá, não deu para continuar. [...] Aqui eu vim, primeiramente eu vim pra Pompéia [região noroeste de São Paulo]. [...] . Aí tiramos umas colheitas [...], voltei pra Bahia. Voltei pra Bahia, passei uns tempos na Bahia. Nos anos 70 [1970] aí veio uma crise pesada, mas daquelas que parou quase sem recurso, né. Eu fui a uma agência da Vera Cruz, que era uma empresa de ônibus, que eu sempre pensei no povo. Aí pedi pra ele um crédito de 45 dias pra mim trazer o pessoal pra São Paulo, porque não tinha jeito do pessoal ficar lá, e dinheiro não existia, não existia, não existia assim pra nós pobre. Aí ele foi comigo até a empresa e nós conseguimos a viagem para 45 dias. Eu trouxe naquele tempo 150 pessoas pra aqui, pra região de Artur Nogueira. Aí uns

foi colher laranja, outros foi colher algodão e tal, até que eu vim do derradeiro que veio, eu vim do derradeira lotação. Aí localizei esse povo tudo, que eu que tinha um pouco de conhecimento na área, localizei esse povo tudo na área, o povo trabalhou, o derradeiro dinheiro que recebi eu voltei e paguei a empresa total. E o povo foi beneficiado, venceu o ano nessa situação. Aí o povo, todo mundo retornou e tal, uma grande parte retornou, só ficou uma parte, uma pequena parte ficou por aqui, e esse que ficou por aqui deu continuidade, foi trabalhando, foi desenvolvendo. Até que alguns desenvolveu até bem, né. Bom, aí em torno dos anos de 75 [1975], aí veio outra fase pesada, que uma região lá perto, até no estado da Bahia, que chama Guanambi [região sudoeste da Bahia], aí eu fui pra lá, prosei lá com os fazendeiros tal, que sempre eu tinha o meu jeito de falar com a turma, prosei com os fazendeiros de Guanambi e comecei a levar de pouco gente, até que eu levei duzentas e poucas pessoas para a região [...]. Pra Guanambi, da minha terra pra Guanambi. [...] Aí nós passamos uns dois anos trabalhando nesta região. Eu abri uma área muito grande de algodão, fazia 4 mil hectares, 5 mil hectares de algodão e precisava de gente, e na nossa região nós trazia pra aí. Aí passemos um tempo aí, aí passou uns quatro anos, o pessoal saiu rodando essa região de Guanambi, até que todo mundo atualizou na área e tal, e daí através dos fazendeiros nós conseguimos um pessoal que tinha interesse na compra de algodão, que é lá das firma de compra de algodão, aí foram lá fazer uns testes nas terras, a gente levou eles pra lá [Aracatú]. E lá eles fez umas análises nas terras que achou as terras produzia algodão lá em Aracatú, onde é que nós

morava. Aí, através dos conhecimentos que eu já tinha com eles, consegui com eles pra eles ir lá. Reuniu lá em casa umas 150 pessoas da região e aí eles foram, de Guanambi foram pra lá. Chegou lá, ficaram lá, teve uma reunião, foi lá com o pessoal lá tal, analisou as terras, achou produção do algodão lá. Aí resultado, eu consegui as sementes com eles, e o veneno, pra plantar lá, que o pessoal não tinha condições. Levemos, levou os caminhão de semente, veneno tudo pra nos fornecer lá, pra fornecer pra turma. Deus me deu que vamos ter uma grande produção de algodão na região nossa. Mas, quando chegou num determinado tempo, aí o algodão caiu de preço, o algodão caiu de preço e aí a situação tornou a arruinar, que o povo deixou de plantar porque não tem mais preço. O algodão está com 12 anos que o preço em torno está em torno de 10, 12 real a arroba, e aí não teve mais condições do pessoal plantar o algodão, e o povo parou outra vez. [...] Deu uma parada pro pessoal plantar o algodão. Aí, no término de 95 eu já vim pra São Paulo novamente. Aí vim pra São Paulo, passei uns dias em Campinas. Aí já começou a chegar essa nova remessa em Campinas, uma remessa bem mais nova essa. Começou a chegar uma remessa bem mais nova e começamos a habitar na região de Campinas, lá no Satélite, por ali, né. Aí depois já tem muito bairro novo hoje de habitação em Campinas, eu saí pra aqui [Artur Nogueira]. Viemos pra Artur Nogueira e aí habitamos aqui, né. E aqui estamos. Assim, depois de dois anos que eu cheguei por aqui, aí eu lutei pra arrumar um lugar, pra tocar serviço outra vez, foi quando é que eu fui pra Minas, Machado, não, em Paraguaçu [sul de Minas Gerais], e consegui através de um cunhado

meu que tinha conhecimento lá, consegui amizade com os fazendeiros de lá e começamos a trazer gente outra vez pra Paraguaçu. Tem três anos mais ou menos, 2000 e, nós estamos em 2007, foi em 2004 mais ou menos. Aí veio a primeira remessa de gente pra lá, no outro ano já veio mais gente, o ano passado só na região de Machado nós estava com umas 200 pessoas, entre eu, meus filhos e sobrinhos, umas 200 pessoas na região de Machado, outra vez colhendo café. [...] Aí nós habitamos 200 e tantas pessoas só naquela região ali, uma baianada lá da nossa cidade. E hoje tomaram conta da região, um traz 50 [pessoas], outro traz 20, outro traz 10, mas estão tudo habitado lá. Foi através da gente, sempre quando o negócio está ruim, a gente sempre abre uma porta e coloca uma pessoa lá. (Entrevista realizada com Zé Mascate, Artur Nogueira, março de 2007).

Zé Mascate vive atualmente entre sua casa de Artur Nogueira e sua fazenda em Aracatú. Está se afastando aos poucos da profissão de *turmeiro*, passando pouco a pouco o ofício para os filhos homens que moram na fazenda. Trabalha atualmente na organização prévia à migração, no contato com os fazendeiros, e não vai mais com tanta frequência para os lugares das colheitas. Costuma, aliás, tomar conta da fazenda na Bahia enquanto seus filhos saem para trabalhar como *turmeiros* nos cafezais do Sul.

Não obstante trajetórias de vida como a de Zé Mascate nos mostrem os *turmeiros* como personagens centrais da migração de Aracatú, de dantes e de hoje, podemos observar através dos relatos de meus interlocutores mais velhos, Alceu e Zé de Zora, que ainda nos anos 1970 eles eram personagens menos importantes – ou menos presentes – do que hoje; a migração organizava-se

naquele tempo basicamente de forma individual ou em pequenos grupos, desvinculada da atuação de um *turmeiro*, o que dificilmente acontece nas atuais migrações *para o café*.

Em Guanambi (região sudoeste da Bahia, próximo a Aracatú) andamos uma noite todinha de a pé, nós e cinco pessoas. Andamos a noite todinha, quando o dia amanheceu, nós chegamos em Tamorão [?], nós chegamos lá e eu conversei com o rapaz lá, ele chama até Mané Gurujá, [falei]: “oh rapaz, a situação pra mim num está boa não”. [E ele respondeu] “mas se você está precisando de serviço eu vou levando numa pensão ali e eu vou ver se você arruma um servicinho aqui. Você vai comer lá, né, você precisa trabalhar para poder pagar o [brigão ?]. [Aí eu disse]: “mas eu quero é isso mesmo”. Aí ele me levou lá, a mulher deu de comer nós cinco dias. [...] Quando nós pagamos ela, aí eu arrumei outro servicinho e aí eu fiquei sozinho. (Entrevista realizada com Alceu, Aracatú, abril de 2007).

Com as mudanças na forma da migração cabe ainda discorrer acerca do conflito apontado por alguns de meus interlocutores, em especial por aqueles com mais de cinquenta anos, entre as leis de proteção dos trabalhadores rurais (ou as *leis*, como eles dizem) e a aposentadoria rural, em especial a que diz respeito ao registro do trabalhador em carteira de trabalho. Para esses agricultores mais velhos este direito é representado como entrave à obtenção da aposentadoria rural, uma vez que coloca em risco, segundo eles, um dos requisitos exigidos para a concessão do benefício, ter vivido e trabalhado na própria fazenda durante um período mínimo de tempo. Falando do passado assim contou Zé de Zora:

[...] naquele tempo existia uma dificuldade melhor do que hoje,

porque naquele tempo num existia a lei, e você chega numa casa, morar seis meses e querer ser dono, e naquele tempo não, a gente, nós saía daqui em 15, 20 pessoas pra São Paulo, chegava lá entrava na fazenda lá que a gente era acostumado, a gente chegava e já tinha confiança de entrar pra dentro das casas. Ia atrás do fazendeiro, o fazendeiro vinha, era botar a gente num trator, mesmo ele num tendo serviço, a gente morava lá e podia trabalhar pra outra pessoa. Aí colocava a gente no carro, já fornecia a compra pra gente, pra família aqui na Bahia, já fornecia dinheiro. E essa lei que hoje entrou de você vê, o povo fala que melhorou, mas pras famílias arruinou, eu acho que arruinou.

Naquela época também não assinava carteira?

Não, num assinava carteira, e num tinha essa lei de entrar e num querer sair. Tem um rapaz que acha que foi bom, mas pra mim não, eu acho que não. Porque hoje está faltando serviço, e você não pode botar pra morar na sua fazenda, na sua casa, que se entrar hoje amanhã num quer sair. E eu acho que no lugar de melhorar, piorou. Esse povo que tá trabalhando no café aí, que está trabalhando no café, são tudo registrado. [...] porque o povo tá saindo por obrigação, num é porque qué. É uma lei que vai prejudicar muita gente mais tarde, que tá todo mundo trabaiando no café registrado, e quando chegar a hora de aposentar, aí vai ficar um negócio complicado.

(Entrevista com Zé de Zora, Aracatú, abril de 2007).

Com essas breves linhas e sem pretender esgotar um fenômeno demasiado complexo e multifacetado como é o deslocamento de milhares, talvez de milhões de pessoas ao redor do mundo à procura de uma vida mais

digna, procurei refletir um pouco a respeito do fenômeno social da migração vivenciado há pelo menos meio século pelos homens e mulheres de Aracatú. Uma vida cá e lá, uma forma de comer, uma migração como uma estratégia de *buscar dinheiro fora para comer sempre no mesmo lugar*.

*** Verena Sevá Nogueira é doutoranda em antropologia social pelo IFCH/Unicamp e integra o Centro de Estudos Rurais - CERES do mesmo Instituto.**

NOTAS

1 - Sul é uma forma êmica, também presente na literatura sobre migração, para se referir aos estados brasileiros, tanto os da região Sudeste como os da região Sul, propriamente ditos. Para além de seu significado geográfico, faz referência a um local de moradia desejado e enaltecido por habitantes de outras regiões do Brasil, por ser um local visto como mais bem sucedido que os outros, e onde há principalmente mais oportunidades de trabalho.

2 - Fazenda é o nome recebido localmente pelas propriedades de terra. É uma denominação utilizada indistintamente, não importando o tamanho da propriedade.

3 - Morador é uma denominação êmica apresentada no texto de Garcia para descrever uma forma de relação de trabalho existente nos engenhos. Ser morador é trabalhar e morar no engenho e, principalmente, estar imerso numa relação de dependência pessoal com o senhor de engenho.

4 - Parceiro ou parceleiro são trabalhadores que plantam ou criam animais na terra de outrem e têm por contraprestação dividir com o proprietário da terra a produção.

5 - Trajetórias migratórias semelhantes às encontradas em Aracatú foram também observadas por Menezes (2002) em seu estudo com o deslocamento sazonal de *camponeses-trabalhadores migrantes* provenientes do agreste paraibano. Ao longo de suas trajetórias, as pessoas se envolvem em diferentes tipos de migração, ora para metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, ora para o trabalho temporário na safra da cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana.

6 - Essa expressão aparece repetidamente na fala de seu Zé de Zora para explicar o movimento dos migrantes, que sempre saíam para trabalhar, mas sempre voltavam ao final, para casa.

7 - Termo utilizado pela própria interlocutora para dizer que a união conjugal que tem com

seu marido não se deu no cartório de registro civil e nem tem valor de casamento para a lei civil brasileira.

8 - O tio de Zélia, Zé Mascate, um dos *turmeiros* (agenciador de trabalhadores) mais antigos de Aracatú, era quem estava organizando uma turma de trabalhadores para ir para o café em Paraguaçu. Sabendo que a sobrinha e o marido estavam desempregados, convidou-os para se juntarem aos outros trabalhadores que vinham da Bahia.

9 - O marido de Maria trabalhava com o corte da cana e ela com colheita de outros produtos.

10 - É dessa forma que o grupo que vive em Campinas se auto-denomina, e é denominado pelos outros não-baianos que também vivem no bairro.

11 - No ano de 2006 saíram do município de Aracatú cerca de 40 ônibus *para o café*.

12 - Turmeiro é a forma local para designar a pessoa que agencia os migrantes para o trabalho agrícola temporário. A denominação *gato* é conhecida por eles, porém como a forma como se referem os fazendeiros no Sul.

13 - Este nome remonta aos tempos idos, quando os próprios *turmeiros* transportavam os migrantes até os locais de trabalho temporário, em meios de transporte conhecidos como paus-de-arara, onde os viajantes iam sentados em tábuas de madeira na carroceria do caminhão. Esta modalidade de transporte é ainda bastante utilizada no transporte local em Aracatú, referida localmente como *linha*.

REFERÊNCIAS

- GARCIA JÚNIOR, Afrânio
(1989) *O sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT: CNPq.
- MACHADO, Eduardo
(1992) *Trajetórias da migração rural da Bahia*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.
- MENEZES, Marilda Aparecida
(2002) *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara; João Pessoa: EDUFPA.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes
(1999) *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação editora UNESP.
- SILVA, Vanda Aparecida
(2005) *Menina carregando menino...: sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG)*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.

LEMBRANÇAS DE VIAGENS ÀS FRONTEIRAS DO BRASIL

Migrações temporárias de lavradores do nordeste mineiro (1950/1960)

Eduardo Magalhães Ribeiro *
Flávia Maria Galizoni **
Thiago de Paula Assis ***

MIGRAÇÕES

Desde começos do século XX lavradores do nordeste de Minas Gerais migraram rumo às fronteiras agrícolas do Sudeste e Sul brasileiros. Esses lavradores saíam dos vales dos rios Mucuri e Jequitinhonha e, apesar da grande distância, em boa parte das vezes migravam temporariamente, por conta do esgotamento das terras de plantio e da impossibilidade de auferir renda em dinheiro trabalhando nas decadentes fazendas de gado da região.

Este artigo¹ descreve esses deslocamentos temporários para essas fronteiras, analisando as situações que os levavam a migrar, a maneira como perceberam essa migração e, por fim, suas aventuras no destino escolhido. O artigo tem origem numa pesquisa realizada entre 2000 e 2001, em municípios do nordeste de Minas Gerais, e em Betim, Contagem e Belo Horizonte, no centro de Minas, entrevistando antigos migrantes, agora lavradores da sua própria terra, que narravam seus destinos, o aprendizado no trabalho, a situação da partida e retorno. A investigação combinou pesquisa documental e de campo, analisando a dinâmica do sítio familiar e da fazenda do nordeste de Minas Gerais, investigando fluxos migratórios e a entrada no mundo do trabalho. Foram entrevistados sitiantes, assentados, aposentados e assalariados rurais originários do nordeste mineiro que migraram depois dos anos 1950, além de mediadores, agentes de pastoral e fazendeiros.

A matéria-prima do artigo foram as lembranças. Elas, às vezes, são mediadas pela maneira como perceberam o nordeste mineiro na distância do Paraná, depois de muitas experiências de trabalho que permitiram recontar suas vidas em nova ordem e hierarquia. Às vezes estas ordens variavam pelos entrevistados, dependendo de suas trajetórias por lugares e momentos; puderam ser, também, contraditórias com a ordem que depois definiriam para compreender suas próprias trajetórias².

É importante esclarecer que nem toda essa migração era definida, a princípio, como temporária. Migrações eram condicionadas pelas circunstâncias que os lavradores encontrariam na fronteira. Dependendo da maior ou menor capacidade do trabalho retê-los, dependendo do acesso à terra e dos arranjos familiares, depois de alguns anos de migração temporária, muitos dos companheiros desses lavradores escolheram permanecer nessas regiões que foram fronteira³.

INFÂNCIAS

Esses migrantes associam sua infância a duas lembranças muito recorrentes: o trabalho duro e a escassez. Ambos, sempre, são originários e associados à terra, pois a pouca terra exigiria muito trabalho para prover um sustento geralmente modesto. Por isso, escassez e muito trabalho são relacionados ao que denominam *cativeiro*. Na lembrança do senhor JMB:

"A terrinha era tão assim - Deus me

perdoe - subordinada! A gente tinha a terrinha, meu pai morava em riba dela, e ia trabalhar mais outro fazendeiro. [Meu irmão] ficou ajudando o pai bastante, e aí, quando já estava rapaz feito, assuntou que aquilo ali não dava para ele, não: saiu." (JMB, entrevista, 2000)

A terra - ou a falta dela - definiu destinos. Uma família grande, que produzia um trivial suficiente enquanto os filhos estavam pequenos, se tornava um embargo quando os rapazes chegavam à idade de produzir por conta própria. Trabalho nas vizinhanças era pouco: quase que só em regime de meia e parceria. O trabalho para os outros oferecia pouco para o lavrador:

"(...) a gente trabalhava à meia e ele [o fazendeiro] só dava o mato pra gente. Falava: 'Olha aquele pedaço de mato lá...' Você tinha que plantar com serviço, semente, tudo por sua conta. Então, no final da história, você ia apurar e não dava nada. (DJC, entrevista, 2001)

Trabalho duro para a família ou para os outros era, sempre, um cativeiro. Nesse cativeiro o lavrador não dispunha mais do tempo para fazer sua própria lavoura e permanecia atado ao serviço para os outros. Depois, na lembrança, o trabalho se tornaria um cativeiro porque seria comparado às condições relativamente mais favoráveis do trabalho nas fronteiras agrícolas. Lá, também, o trabalho era pesado e a jornada extensa; mas resultava em dinheiro sonante, e se transformava em consumo. Cativeiro, então, não se

associa apenas às jornadas penosas e extensas; se relaciona principalmente à ausência de pagamento em dinheiro, pois os dias de serviço que duravam do nascer ao por do sol eram pagos com porções de toucinho, feijão ou rapadura. Isso, na fala desses lavradores, é o mesmo que escravidão: trabalhar a troco de comida, naquilo que denominaram aquela época de “tempo do macaco”. Só se libertaram desse cativo migrando para São Paulo ou Paraná, onde conseguiram rendimento em dinheiro, preço no trabalho e golpearam assim, definitivamente, a fazenda de gado.

Nessa altura é importante observar que a noção de exploração foi construída muito depois, quando conheceram os pagamentos em dinheiro – e então conseguiram avaliar a vantagem relativa do ganho – passaram a considerar a condição anterior degradante. Daí se conclui, também, que a emigração não tem apenas um caráter opressivo; ao contrário, a migração libertou os que viveram o tempo do “macaco”⁴.

PRECISÃO

A escassez é outro elemento que compõe as primeiras lembranças desses lavradores. Mas não era escassez de alimentos. Pelo contrário: não se lembram de falta de alimentos, e o muito trabalho era exatamente para que sobrassem alimentos. As famílias em geral davam conta de se abastecer, mas o trabalho produzia apenas alimento, e apenas alguns tipos de alimentos, compondo um trivial invariável de, às vezes, triste lembrança: feijão, farinha de mandioca, derivados de milho; arroz, raramente. Lavradores se lembram de um tempo de fartura quase ilimitada na infância. Mas viviam em grande penúria de outros bens:

“Naquele tempo, moço, eu vou falar uma verdade: a maioria vestia aquelas roupas de algodão que as famílias fiavam no fuso ou naquela rodinha tocada a pé e mandava para o tear, para tecer. Eu lembro demais as pessoas daqui usar aquelas roupas de algodão, calça

de algodão, camisa de algodão. Cobertinha que eles [os antigos] usavam também era feita assim. (...) Você não via uma pessoa com uma camisa de tipo dessa assim, só roupinha de algodão. De algodão daqui, de algodão do cerrado. Então, cada quintal, o povo plantava algodão. Naquele tempo as panelas, as pessoas, fazia mais é panela de barro. (...) Então era um tempo que a pessoa nem pensava em comprar um sapato, a maioria das pessoas. (...) Quando uma pessoa, dentro de uma comunidade dessa, aparecesse com um rádio, aquilo era uma fila de gente de noite pra poder escutar ele, pra ver o rádio falar.” (DJC, entrevista, 2001)

A roupa sempre é lembrada porque exigia quantidade grande de trabalho para ser produzida, principalmente trabalho feminino. O consumo de bens só pôde ser satisfeito depois das migrações, que ganham, nos relatos, um duplo sentido de libertação do cativo do trabalho e da penúria do auto-abastecimento:

“O senhor sabe de uma coisa? O primeiro sapato que eu fui calçar foi lá [no Paraná]. Ninguém [aqui] usava sapato não, era precata (alpercata) de couro de cabeça. Tirava o couro da cabeça do boi e fazia a precata. Por Deus do céu: o primeiro calçado que eu fui calçar eu tava com a base de 18 anos.” (ZET, entrevista, 2001)

Do começo de vida se lembram do trabalho duro e da escassez de bens de consumo não duráveis – que naquele tempo eram bens suntuários. Isso era associado aos recursos solidários, à presença da comunidade e por um aprendizado feito no convívio da família.

PARANÁ, SÃO PAULO

Desde os anos 1930 mineiros migravam para as fronteiras agrícolas do Sul e Sudeste. O norte do Paraná era uma vasta floresta, muito fechada, muito fértil, muito chuvosa; o extremo oeste de São Paulo era a mesma coisa. No movimento de expansão da área agricultada era preciso incorporar

trabalhadores jovens para o serviço pesado de abertura das matas.

Os lavradores de Minas Gerais em geral deixavam suas famílias e passavam seis meses ou um ano na fronteira. Para fazer isso sem colocar o sustento da família em risco, faziam nos seus terrenos derrubadas de mata ou capoeira, e estas áreas iam sendo plantadas e colhidas pelas mulheres e crianças durante o tempo que durasse a migração dos homens. Carlo Castaldi, um pesquisador que testemunhou essas migrações nos anos 1950, revela que os lavradores faziam derrubadas para preparar roças cuja fertilidade duraria até três anos; ao fim deste prazo os homens teriam obrigatoriamente de retornar, para não deixar a família em dificuldades.

Esses lavradores iam para as fronteiras em grandes grupos e, a cada descoberta de novo local de trabalho, seguiam novas levas de conterrâneos. Nos retornos periódicos, nas cartas eventuais, narravam sucessos e desventuras – certamente mais os sucessos – e contribuía para formar um movimento de opinião quase compulsória, que desafiava jovens a também enfrentar as estradas e passar uns tempos no Paraná ou no Pontal de Paranapanema.

Nada parece a esses lavradores mais redundante que perguntar o motivo dessas migrações. Embora os motivos imediatos possam ser diversos, e desfiados com luxo de detalhes – uma conjuntura de crise, a falta de perspectivas do lugar, inexistência de emprego, brigas de família, seca –, as dificuldades da vida sempre se reportam ao motivo estrutural: a quase impossibilidade de ter deixado de ir, porque mais que a vontade de um lavrador era o destino provisório de uma geração de lavradores. Esse destino – como resumiu um dos entrevistados avaliando a trajetória coletiva – forçava um desenlace muito maior que cada um deles:

“Fazer o quê? Tinha precisão de sair, mesmo. Menino ia inteirando idade já saía fora. Era todo mundo que saía daqui. Fazia 18 anos, saía.” (JMN,

entrevista, 2001)

Nesses anos 1950 e 1960 as fronteiras do Paraná ou Pontal atraíam lavradores, ofereciam vantagens, e os recém-chegados produziam com abundância nestas terras novas. Nestas regiões havia dinheiro e o trabalho humano valia dinheiro. Assim,

“Todos os colegas que iam contavam muito, então a gente queria ir para ver. Todo mundo gabava. Todo mundo vinha de lá ganhando que dava dinheiro, o Paraná. Era pouco naquela ocasião. Mas era mais que esse de hoje, talvez, e não faltava emprego para ninguém. Emprego nas fazendas, pra ir trabalhar pra todo lado. A gente ia, eles ficavam nos pontos esperando a gente para pegar pra ir trabalhar. Podia ir o tanto de gente que fosse que não faltava serviço.” (JTC, entrevista, 2001)

Na lembrança deles é uma combinação de destino e aventura. Aquele momento da partida era como se fosse a um só tempo imposição da fraqueza do lugar que viviam e demonstração da sua capacidade de desvendar o mundo. Era o desafio de um rito de passagem, carecia de cumprir:

“A coragem dava pra aquilo ali e dava pra mais. Pois é, eu falei: eu vou! Deus adiante, eu estou indo. E chegava lá, e punha a cara mesmo!” (ALC, entrevista, 2001)

Para a família, principalmente para mães e esposas que ficavam, as coisas não eram fáceis. Havia a tristeza, elas choravam, como se lembram, muitos dias seguidos, pensavam que nunca mais tornariam a vê-los sumidos naquelas lonjuras. Às vezes as lágrimas os demoviam por uns tempos, e alguns contam ter adiado viagens por conta disso. Mas, com tristeza e tudo, partiam:

“A mulher – Viche Maria! – chorou trinta dias quando eu falei isso. E arrumei a bagagem, moço. Arrumei: o homem tem que dispôr!” (JDP, entrevista, 2001)

Passados tantos anos, pesadas as dificuldades que viveram nas fronteiras, sabem avaliar melhor o tamanho da aventura:

“Vou falar pra você: dava uma sensação muito ruim na gente. Você vê: em largar o lugar da gente, e ir pra um lugar desconhecido. E o pior de tudo era a peãozada que você enfrentava naquelas áreas de café. Pessoa de tudo quanto é lugar quase do mundo você encontrava ali. Tinha lugar quando você ia ver, tinha 200, 300 peão, cada um com uma natureza. A gente era obrigado a enfrentar ali.” (DJC, entrevista, 2001)

NA ESTRADA

Enfrentavam. Saíam de casa com os poucos recursos que conseguiam com a venda de bens ou direitos, com empréstimos ou venda de gado. Nos anos 1950 viajavam com a matula de farofa que deveria durar até São Paulo. Do vale do Araçuaí, no alto Jequitinhonha, iam a pé até Diamantina, onde embarcavam no trem:

“Aí era o trem-de-ferro, aquele a lenha. Você já ouviu falar nesse trem-de-ferro? Já, né? Sobe na estação, dali ele chegava: dava um apito. Tão bonito, rapaz! Agora tinha aqueles vagão de primeira e tinha os de segunda. O de segunda é igual esse banco aqui; o de primeira, não: já tava mais macio. Mas a Migração, era só nesses.” (ZET, entrevista, 2001)

Para os lavradores do Mucuri e baixo Jequitinhonha a rota para o Sul era pela Rio-Bahia. Embarcavam na jardineira até Figueira do Rio Doce, seguindo pela rodovia que foi de terra até 1965, daí por ferrovia até Belo Horizonte, daí para as fronteiras.

Viajavam em grandes grupos de mineiros, da mesma origem, algum mais vaqueano guiava na viagem os grupos de parentesco, vizinhança ou amizade. Daí que vinha alguma segurança para a viagem, partilhando o medo e as saudades, e isso tornava a migração menos difícil. Muitos desses guias de lavradores eram *gatos*, agenciavam pessoas para serviços nas fronteiras. Mas quase sempre eram *gatos* domésticos – irmãos, primos, compadres –, que agenciavam e

protegiam os conterrâneos. Às vezes, porém, os gatos eram arranjados na viagem, ou eram amizades feitas no trem baiano, no albergue da Migração ou na própria frente de trabalho.

Nos casos raros em que seguiam sós, viajavam orientados por migrantes experimentados que descreviam rotas, distâncias e procedimentos. Aprendiam sobre bandidos e malandros – que acreditavam ter sutileza bastante para reconhecer, pois ladrão não usava chapéu, não tem a mão calejada. Apesar da falta de experiência em viajar, quase sempre alcançavam seus objetivos.

Mas, nos caminhos, alguns às vezes se perdiam. O senhor OSC relatou casos de jovens migrantes que sumiram no Paraná ou Pontal de Paranapanema; mortos ou engolfados por novas rotas de migração perderam do caminho de casa. Noutros casos, como do senhor APC de Chapada do Norte, ele se perdeu dos companheiros de viagem e foi dado por desaparecido durante longos anos; APC retornou à terra natal aos 55 anos, depois de 40 anos num percurso de continuada migração temporária que envolveu as fronteiras do Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão. Já o senhor ADP, lembra que, nos anos 1960, quando agenciadores conduziam famílias do Mucuri para colheita de café no Paraná, um filho se perdeu dos pais na rodoviária de São Paulo; o menino tinha necessidades especiais, e o casal, sem poder adiar a partida, entregou ao guarda um endereço na origem, pois não sabia o endereço do destino. Depois, contratados no Paraná, escreveram para o Poté: havia chegado o aviso da polícia que encontrara e abrigara o menino perdido, que finalmente a família recolheu no seu retorno a Minas Gerais.

FRONTEIRAS

Os que foram às fronteiras, aprovaram; e, apesar das suas reconhecidas dificuldades, tornou-se destino temporário de mineiros até, aproximadamente, 1960. Esses migrantes em maioria eram jovens.

Muitas vezes, porém, iam também famílias inteiras. Como nessas fronteiras foi muito usado o sistema de colonato – onde é contratada a família e não um trabalhador – migrar em família melhorava as oportunidades de ganho. Sempre que a migração temporária envolvia a família, os contratos de trabalho eram mais longos que uma safra e compreendia também as parcerias. Essas migrações para as fronteiras sempre eram demoradas; mesmo que temporárias, duravam de vez em quando dois ou três anos⁵.

Nessas fronteiras havia dinheiro para quem trabalhava. Aqueles que migraram até os anos 1960 afirmam ter encontrado boas recompensas. O senhor JMC é, até, enfático neste aspecto:

“O algodão tava dando dinheiro adoidado. Nós saímos, amigo meu, Baiano, saímos dali: ‘Tá dando dinheiro no Paraná que nem água e aqui não tá dando mais dinheiro.’ Deu pra ganhar uns cobre, mas o sofrimento no Paraná é mais dobrado. Tiramos quatro meses lá e voltamos.” (JMC, 2001)

Nessas fronteiras recebiam bons pagamentos comparados a Minas Gerais. Mas, como observou o senhor JMC, era dura a jornada. Trabalhavam em derrubadas de matas, em *sertões*, em serviços pesados, arriscados e desprotegidos, como lembra o senhor ZET:

“O senhor quer conhecer Cruzeiro do Oeste? Bom, o senhor sabe que eu não conto coisa à-toa. Cruzeiro do Oeste, que lá eles tratava o ‘sertão’. Nós trabalhava em quatro machadeiro num pau, sem um estorvar o outro. Eu era rapaz novo, mas por causa de 2 mil réis a mais que o machadeiro ganhava, eu era machadeiro. Por causa de 2 mil réis: eu enfrentava o machado. Tinha um, aqui de Capelinha, um tal de Mineirão – nós dois ficou assim, amigo – então, ele cantava um verso de linha: ‘A fia do empreiteiro/ não penteia mais cabelo / a fia do empreiteiro/ não penteia mais cabelo / ela fica na janela/ namorando os machadeiro.’ E os quatro machado cantando no mesmo compasso, era a mesma coisa dum

violão tocando. (...) Então, nós ataiava o pau até ali pro lado de meio dia. Quando já era pro lado de meio dia, gritava: ‘Arreda, que lá vai!’ Então mandava um pau, fazia aquele tiroiteio. Mandava um [pau] em cima dos outros. Você vê: trabalhava quatro machados, dentro de um pau, sem nenhum estorvar o outro.” (ZET, entrevista, 2001)

Difícil, trabalhoso, é certo; mas bom para empregar o trabalhador e de rendimento garantido, pois na fronteira paulista e paranaense havia um comércio perene e grande circulação de dinheiro. Por isto a situação agradava muito ao migrante:

“Cheguei lá, baixei num lugar lá, catarinense, gaúcho, paraguaio. Entrei lá, foi assim, fui chegando, dali a pouco eu peguei duas colocações, mas boas mesmo. Daí a pouco eu peguei o que eu precisava dentro do patrimônio onde eu morava. As roças vinha até a porta, plantio de hortelã, tudo as lavouras de hortelã do Paraná. (...) O hortelã, cê topava com o caminhãozinho que pegava o óleo de hortelã na estrada e falava: ‘Olha, eu tenho tantos quilos de hortelã para vender lá em casa!’ Eles falava: ‘Eu tou pagando a tanto!’ Não era desse negócio de pedir prazo, não. ‘É quantos quilos?’ Já metia a mão no bolso, falava: ‘Eu vou lá pegar o óleo.’ E pagava adiantado. Era uma lavoura arrumada, tinha saída mesmo. Pra que é que aquilo servia, não me pergunta que eu não sei. Sei que era procurado igual procura ouro!” (ZET, entrevista, 2001)

Além do serviço como empregado, havia a parceria. Ela demorava a gerar renda, pois a lavoura teria que se firmar para ressarcir o trabalho gasto. Mas permitia ao migrante temporário, que chegara mais tarde à região, ter acesso à terra que já encontrara toda ocupada. Se houvesse o trabalho familiar, podia produzir mantimentos e excedentes, e viveria sem depender do salário. O café, quando ainda era plantado no Paraná, era uma oportunidade:

“Era o seguinte: o cara dava o mato e a pessoa roçava o mato, queimava, covava e plantava ali. Três safras era

da gente. Ia amansando a terra. A gente plantava primeiro o café. Passou das três safras, aí você entregava o café para o patrão. Aí ele ia e apropriava [passava o contrato para] outro (...). O aproveitamento seu era aquelas três safras que você tirava, e o milho, o feijão que você colhia ali dentro, e o arroz. Ele dava a muda de café – não era muda, naquele tempo a gente plantava de semente –, aí cê fazia a cova de 60 por 60 e colocava seis grãos de café em cada cova. E ali você emadeirava ele por cima e fazia uma meia lua pra enxurrada não entrar dentro.” (DJC, entrevista, 2001)

Nessas parcerias alguns donos de terra abusavam do lavrador, descumpriam os termos do contrato, casos de falências misteriosas, calotes, prisões de lavradores ao “barracão” onde acumulavam dívidas; fugas de trabalhadores e crimes de morte não são raros nesses relatos. Essas dificuldades eram compensadas pelos ganhos até os anos 1960; mas daí em diante o ganho se tornava cada vez mais difícil. Trabalho se encontrava, mas as condições já deixavam muito a desejar. Nesse ponto os relatos são, às vezes, dramáticos:

“O negócio era o seguinte. Muitos lugares na hora que você chegava lá, era um barraco velho, atrapalhado, que tinha pra lá, às vezes sem parede, sem nada, só rebuçado. Ali você tinha que se virar, arrumar um saco de estopa, jogar na terra, se não quisesse dormir no chão limpo. A coberta a gente já levava daqui, a coberta e o lençol a gente já levava. Lá, quantas vezes aconteceu isso: você chegava, chegar e dormir no chão! E não era por um dia ou dois, não; tirar uma safra dessa forma! Tinha época que nós vestia dentro de um saco de estopa pra poder aguentar. Nessa época mesmo eu trabalhei num lugar – nós era em quatro companheiros daqui de Rio Pardo de Minas. Então era dentro da mata, mas uma mata imensa, e lá dentro da mata eles tinham apropriado, tinha plantado na época 600 hectares de arroz. Um gato pegou nós na cidade pra levar pra

lá e só que não falou pra nós que esse arroz era cheio de água. Nós trabalhou o dia todo com água aqui ó, quase na cintura! Eu ainda lembro como hoje. Aquele gato levou nós pra lá – e eu que não bebia pinga –, ele ingeria todo dia de manhã, bebia ao menos desse tantinho de uma pinga preparada. Ele dizia que preparava contra febre, assim dizia o gato. Então todo dia de manhã nós era obrigado, quem bebia adoçava a boca e eu, que nunca consegui beber, tomava um golinho. (...) Na hora de dormir era um barraco dentro dessa mata. Não tinha uma parede, nem de pau em pé, era só rebuçado de tabuinha. Então, durante esse tempo que nós trabalhou lá, nós era em quatro nesse barraco. Era uma turma grande, mas nesse barraco era só em quatro. Então, enquanto três estava dormindo, um tava acordado, porque não podia dormir os quatro, por causa de onça. Aquilo era assim, ó, de onça! Quando uma onça urrava aqui, a outra respondia ali, a outra retornava ali, e era dessa forma. Então, cada barraco desse, todo barraco tinha arma.” (DJC, entrevista, 2001)

A fronteira agrícola permitia mobilidade do trabalhador solteiro, que passava no Paraná o período da entressafra mineira. Deixava a família em Minas Gerais, fazia a migração por uma safra, por dois ou três anos, dando o tempo para que a família em Minas Gerais plantasse até exaurir a força daquela terra que deixara derrubada, quando então o lavrador retornaria. Jovens iam ao Paraná por períodos breves, economizavam aproveitando a comida farta produzida num lugar que chovia ano inteiro e permitia colher mantimentos em qualquer época; retornavam a Minas para um período com a família.

Os retornos faziam a fama da migração: com relógios, sapatos e rádios de pilha faziam sucesso; os ricos do lugar não possuíam aqueles bens. *Sãopauleiros*, como eram chamados – pouco importava se iam a São Paulo ou Paraná, se destacavam nesses lugares de poucos bens de consumo. Eram cortejados pelos comerciantes fortes das

suas cidades para se tornar clientes; cortejados por aqueles mesmos que os tratavam tão mal no tempo em que não tinham dinheiro. Nessas voltas, gostavam de pedir aos comerciantes para descer produtos das prateleiras de cima - onde ficavam os bens de preço alto; gastavam. E o sucesso com as moças:

“Aquele amor, daquele tempo, não é igual hoje. O amor daquele tempo: você botava só os olhos na pessoa. Não é igual hoje. A mudança de hoje virou um absurdo, é um trem triste. Essa mulher que eu sou casado com ela: nós prosava muito pouco. Eu casei em 1956, cheguei de lá em 1955 (...) Cheguei, mas nem pensava em casamento com ela. Cheguei, tinha um cartaz. Rapaz, todo canto que eu ia: uma namorada, duas...” (ZET, entrevista, 2001)

Ao final dos anos 1960 as fronteiras agrícolas paranaense e do Pontal perderam a sedução. O crédito rural induziu à modernização, a região se povoou, as geadas mataram os cafezais, as áreas mecanizadas de soja não careciam mais dos serviços manuais. Contam:

“Com tudo a gente acostuma, né? (...) Apesar que eu não tinha uma terra, mas eu passei a gostar do Paraná. Também a gente conviveu lá, tinha muito amigo. Depois que foi desnorteando muito, com o negócio de expulsão, por causa das máquinas que chegava. A maioria dos colegas que a gente tinha, a maioria foi para São Paulo, foi pro Pará, Amazonas.” (DJC, entrevista, 2001)

Depois de esgotadas as frentes de trabalho nas fronteiras do Sul, rumaram para o trabalho urbano. Nos relatos desses migrantes aparece quase como uma sequência: experimentaram o Pontal, o Paraná; acabadas essas fronteiras migraram – sazonalmente, também – para as cidades, principalmente para São Paulo. Esses lavradores mudaram rotas, mas muitos deles conservaram o caráter temporário de seus deslocamentos. E quase sempre o novo destino foi a capital de São Paulo, um novo sertão que foi desbravado.

* **Eduardo Magalhães Ribeiro é economista, doutor, professor da UFLA, pesquisador CNPq, bolsista Fapemig.**

** **Flávia Maria Galizoni é antropóloga, doutora, professora da UFVJM.**

*** **Thiago de Paula Assis é agrônomo, mestre, do INCRA/MG.**

NOTAS

- 1 - A pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, FAPEMIG (projeto SHA 2876/97).
- 2 - Sobre memória consultar Bosi (1979) e Thompson (1992).
- 3 - Sobre migrações de mineiros consultar Castaldi (1957), Brito e Souza (1995), Ribeiro, Galizoni e Assis (2004); sobre sistemas de produção no vale do Jequitinhonha ver Ribeiro e Galizoni (2000).
- 4 - Estudo sobre as noções relativas de cativeiro, liberdade e pobreza foi feito por Amaral (1988).
- 5 - Sobre o sistema de colonato consultar Martins (1979).

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. (1988) *Do Jequitinhonha aos canaviais*. Belo Horizonte, Dissertação (mestrado), Fafich/UFMG, Belo Horizonte.
- BOSI, E. (1979) *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: TA Queiroz.
- BRITO, F. e SOUZA, J. de (1995) “Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil.” Diamantina, Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira.
- CASTALDI, C. (1957) “A aparição do Demônio no Catulé”. In: PEREIRA DE QUEIRÓZ, M. I. (org.). *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada.
- MARTINS, J. S. (1979) *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec.
- RIBEIRO, E. M. e GALIZONI, F. M. (2000) “Sistemas agrários e reprodução familiar: o caso dos lavradores do alto Jequitinhonha, Minas Gerais”. In: GAMA, H. e COSTA, H. *População e meio ambiente*. São Paulo: SENAC.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. e ASSIS, T. P. (2004) “Os caminhos de São Paulo”. *Revista Brasileira de Estudos da População*. 21(2), jul/dez.
- THOMPSON, P. (1992) *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Quadra Fechada

Uma iniciativa dos cortadores de cana de Cosmópolis

*Ellen Gallerani Corrêa **

Segundo estatísticas da Pastoral do Migrante, o Estado de São Paulo recebe todos os anos, durante o período da safra da cana-de-açúcar, cerca de 200 mil trabalhadores rurais migrantes que são empregados, predominantemente, na atividade de corte da cana. Estes trabalhadores são denominados migrantes temporários, já que, após trabalharem na safra da cana-de-açúcar por um período de 6 a 8 meses, voltam para os seus estados de origem. Entretanto, este deslocamento de trabalhadores rurais está ocorrendo no Brasil desde a década de 1960 quando surgem no país os complexos agroindustriais, os quais passam a demandar uma grande quantidade de trabalhadores para a produção agrícola em grande escala. Desta forma, como observa Silva (2006), apesar de estes trabalhadores serem chamados de migrantes temporários, esta migração se repete, desde o início da década acima citada, todos os anos, o que a torna permanentemente temporária.

Nos últimos anos, tornou-se recorrente na mídia a veiculação de matérias relatando a existência de precárias condições de trabalho nos canaviais paulistas e, até mesmo, casos de trabalho escravo. Fiscalizações do Ministério Público do Trabalho constataram que é freqüente o desrespeito aos direitos trabalhistas por parte de usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar. Dentre as inúmeras irregularidades encontradas, as mais comuns são: trabalhadores sem registro na carteira de trabalho e sem equipamentos de proteção para o trabalho no corte da cana e alojamentos em péssimo estado de conservação e higiene.

Além do risco de terem seus direitos trabalhistas descumpridos pelos empregadores, estes trabalhadores estão constantemente sujeitos aos problemas que podem ser ocasionados pela forma de remuneração na qual se assenta o trabalho no corte da cana, a saber o salário por produção. Podemos identificar dois problemas principais gerados por esta modalidade de

remuneração: a intensificação do ritmo de trabalho e a ausência de controle por parte dos trabalhadores de sua própria produção e, portanto, do valor de seus salários.

No primeiro caso, a intensificação do ritmo de trabalho ocorre em virtude do seguinte contexto: como os cortadores de cana recebem baixos salários e trabalham para garantir a subsistência, a intensificação do ritmo de trabalho é vista como um meio para garantir salários mais elevados. A aceleração do ritmo de trabalho pode acarretar conseqüências sérias ao trabalhador, como desidratação, câibras, dores no corpo, convulsões e, nas situações mais graves, levá-lo à morte. De acordo com dados da Pastoral do Migrante, o excesso de esforço provocou, entre os anos de 2004 e 2007, 21 mortes na região canavieira do Estado de São Paulo. Em segundo lugar, a falta de controle por parte dos trabalhadores de sua própria produção, uma vez que esta varia de uma semana¹ para outra, permite que, muitas vezes, os trabalhadores sejam

enganados ao receberem por uma produção menor do que aquela que eles realmente realizaram.

O presente artigo tem como objetivo apresentar um sistema de controle da produção elaborado pelos cortadores de cana, em conjunto com a entidade sindical que representa a categoria, na cidade de Cosmópolis, localizada no interior do Estado de São Paulo, que tem como finalidade tanto garantir que os trabalhadores recebam exatamente por aquilo que produziram quanto assegurar o real valor do peso e do preço da tonelada da cana, uma vez que é a partir destas duas variáveis que se calcula o salário dos cortadores de cana.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES EMPREGADOS NOS CANAVIAIS PAULISTAS

O processo de desenvolvimento capitalista no campo, iniciado no Brasil a partir da década de 1960, produziu uma série de conseqüências no meio rural². Dentre elas, estão a expropriação e expulsão do homem do campo e a expansão da relação de trabalho assalariada, principalmente o assalariamento temporário. Desta forma, a mão-de-obra utilizada nos canaviais paulistas é formada tanto por trabalhadores que moram nas periferias das cidades vizinhas aos canaviais quanto por trabalhadores migrantes que, durante a safra da cana-de-açúcar, vêm trabalhar em São Paulo para complementar a renda proveniente de suas pequenas produções insuficientes.

De acordo com a definição de D'Incao (1984), o trabalhador assalariado rural compreende desde o pequeno produtor que se assalaria temporariamente nas empresas

agrícolas, durante os meses de safra, para complementar a sua renda, até o trabalhador totalmente expropriado da terra que reside nas cidades, que se assalaria durante a colheita e faz "bicos" na entressafra. Segundo a autora, o que permite identificar estes trabalhadores é o caráter temporário e itinerante de seu trabalho, pois prestam serviço durante períodos determinados e se deslocam constantemente em busca de trabalho.

Assim sendo, a força de trabalho dos canaviais é formada por assalariados puros, que sobrevivem unicamente da venda de sua força de trabalho e moram nas periferias das cidades, e por meio-assalariados, pequenos produtores migrantes que se assalariam temporariamente para complementar a renda.

No que se refere aos trabalhadores migrantes, é possível perceber que estes são provenientes das regiões mais pobres do país, como os estados do Nordeste e o Vale do Jequitinhonha, região norte de Minas Gerais. Na grande maioria das vezes, são trabalhadores jovens e do sexo masculino que se deslocam para o Estado de São Paulo para trabalhar na safra da cana e, durante este período, moram em alojamentos construídos pelas usinas ou em pensões localizadas nas cidades-dormitório vizinhas aos canaviais.

Em pesquisas recentes, Silva (2006) constatou que está ocorrendo uma mudança da cartografia migratória, na medida em que está aumentando o número de migrantes provenientes de estados, como o Maranhão e o Piauí, que anteriormente possuíam uma pequena participação neste processo. Segundo a autora, este fenômeno pode ser explicado pelo fato de que, com a intensificação do ritmo de trabalho ocorrida nas últimas décadas (atualmente a média de

produção de um cortador é de 12 toneladas de cana cortada por dia; na década de 80 era de 6 toneladas e, na década de 60, de 3 toneladas), tornou-se necessária a busca de novos migrantes que pudessem suprir a necessidade de trabalhadores jovens, já que a capacidade física é fator determinante para se alcançar uma meta de 12 toneladas diárias de cana cortada.

O NASCIMENTO DA QUADRA FECHADA E A SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE "CAMPEÃO"

As obras que tratam da temática do trabalho agrícola no setor canavieiro nos permitem verificar que o controle da própria produção sempre foi uma demanda entre os trabalhadores assalariados do corte da cana. Como são remunerados pelo que produzem e não pelo tempo de serviço prestado, estes trabalhadores reivindicam a garantia de que irão receber exatamente pelo volume de cana que cortaram, já que a pesagem da cana é feita nas balanças das usinas, ou seja, longe do controle dos trabalhadores.

Em 1986, os trabalhadores assalariados do corte da cana do Estado de São Paulo deflagraram uma greve que teve início nas cidades de Leme e Araras e se espalhou para outras regiões canavieiras do estado. A principal reivindicação dos trabalhadores era o pagamento por metro de cana cortado e não mais por tonelada como vinha sendo feito. Esta reivindicação previa que o preço do metro linear, de acordo com a variedade da cana (cana de primeiro corte, em pé, deitada, etc), deveria ser estabelecido no acordo coletivo de trabalho. Desta forma, no final do dia de trabalho, os trabalhadores receberiam um comprovante, chamado

de “pirulito”, no qual estariam especificados a quantidade de metros cortados e o valor do metro para aquela variedade de cana (Alves, 2006).

Os empresários do setor não aceitaram esta proposta, argumentando que era impossível adotar o pagamento por metro, uma vez que a unidade de medida utilizada em todas as fases do processo produtivo era a tonelada. Na verdade, segundo Alves, as usinas queriam impedir que os trabalhadores adquirissem o controle sobre o pagamento, pois, caso isto ocorresse, os empresários perderiam o principal meio de pressão para aumentar a produtividade do trabalho. Ao saber quanto ganham, os trabalhadores podem interromper o corte quando querem ou quando acharem que já estão no limite de sua resistência. A greve de 1986 só chegou ao fim quando foi estabelecido o acordo de que o pagamento dos trabalhadores seria feito a partir da tonelada de cana convertida em metro linear e de que esta conversão poderia ser fiscalizada pelos trabalhadores.

A pesagem da cana e a conversão da tonelada em metro linear seriam realizadas através do sistema de “campeão”, o qual consiste nas seguintes etapas: antes de se iniciar o corte de uma quadra ou talhão (área plantada com cana), um caminhão da usina, chamado de “campeão”, é carregado com a cana colhida e medida em metros lineares de três pontos diferentes (amostras) da quadra; o caminhão leva a cana para a balança da usina; após a pesagem desta cana é realizada a conversão da tonelada de cana em metro linear, encontrando a paridade $x \text{ metros} = x \text{ toneladas}$. A partir do preço da tonelada, estabelecido no acordo coletivo de trabalho, encontra-se o valor do metro linear que servirá de base para o

pagamento dos trabalhadores. O valor encontrado para as amostras é utilizado em toda a quadra. O problema deste sistema é que, em muitas usinas, costuma-se escolher os pontos da quadra onde a cana é mais fraca, e, portanto, com menor peso. Isto é feito para baixar o preço do metro de cana e, assim, pagar menos aos trabalhadores.

Segundo o acordo realizado na greve de 1986, todas as fases deste procedimento, inclusive a escolha dos pontos que serviriam como amostra da quadra, poderiam ser acompanhadas e fiscalizadas pelos trabalhadores. Entretanto, este sistema nunca funcionou, pois o trabalhador que se dispusesse a acompanhá-lo perderia praticamente meio-dia de trabalho, fazendo com que sua remuneração ficasse muito defasada. Além disso, aqueles que se dispõem a participar sentem-se marcados pelas usinas, fiscais e “gatos”³ e temem pela perda do emprego (Alves, 2006).

Na cidade de Cosmópolis, a aferição da produção dos trabalhadores também era realizada através do sistema de “campeão” antes da implantação da *quadra fechada*. Segundo Paulo César de Lima, dirigente sindical do Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis, o sistema de *quadra fechada* foi implantado na cidade em 1998. Neste ano, foi realizada uma paralisação, que teve a duração de apenas um dia, por uma turma (grupo de trabalhadores responsável pelo corte da cana de uma determinada quadra) que estava descontente com o preço pago pela cana, já que este estava muito baixo. Para resolver o impasse, um trabalhador sugeriu que fosse carregada e pesada a cana de toda a quadra em que estava trabalhando aquela turma. Após a pesagem, verificou-se que o peso da cana era

maior do que o peso apresentado pelo “campeão”. A partir deste momento, instalou-se o sistema de *quadra fechada*.

A *quadra fechada* funciona da seguinte forma: após os trabalhadores cortarem a cana de toda uma quadra (ou talhão), a qual, antes de ser cortada, é medida para se saber quantos metros lineares de cana existem nela, esta cana é colocada no caminhão e levada para a balança da usina; depois de ser realizada a pesagem, encontra-se o número de toneladas de cana por metro linear existente naquela quadra através da divisão do peso da cana pela quantidade de metros lineares da quadra; após encontrar a relação tonelada/metro ou kg/metro, insere-se nela o valor do preço da tonelada, o qual já foi definido no acordo coletivo, para se descobrir o preço do metro linear de cana.

A diferença entre o “campeão” e a *quadra fechada* é que, no primeiro, o preço do metro é definido a partir do peso de três amostras da quadra de cana e, na segunda, o preço é estipulado a partir do peso da cana de toda a quadra. A implantação deste sistema representa uma importante vitória para os trabalhadores, já que a principal demanda desta categoria sempre foi o controle de sua produção para que fossem evitadas perdas salariais. O sistema de *quadra fechada*, além de pesar toda a cana do talhão (evitando que sejam pesados apenas os pontos em que a cana tem um baixo peso) também estabelece a presença de fiscais na balança da usina para garantir que o peso da cana informado por esta, e no qual é baseado o salário do trabalhador, seja de fato o peso real. Segundo o sindicato da cidade, com este novo sistema, o salário dos trabalhadores chegou a ter um aumento de 30%. Além disso, ficou comprovado que trabalhadores que

cortavam 10, 15 toneladas, na verdade, estavam cortando 20, 25 toneladas.

Atualmente, ficam três fiscais do sindicato na balança da usina de Cosmópolis conferindo a pesagem da cana. Além disso, o sindicato instalou na balança um microcomputador com um programa específico que permite controlar toda a cana que entra na usina e o seu respectivo peso. A usina é obrigada a fornecer ao sindicato o seu mapa agrônomico, no qual deve constar: o mapa das quadras de cada fazenda que a usina possui, os metros lineares de cana de cada quadra e a estimativa das toneladas de cana correspondentes a estes metros. Toda semana é fixado nos ônibus que transportam os trabalhadores um relatório, que também vai para o sindicato, com o nome das quadras cortadas, o peso e a quantidade de metros lineares da quadra e o valor real e o valor estimado⁴ do kg/m. Este relatório serve para que o trabalhador possa compará-lo com o seu holerite e conferir se ele recebeu, de fato, os valores reais.

A usina de açúcar e álcool de Cosmópolis é a única usina do Estado de São Paulo que utiliza este modelo. De acordo com a entidade sindical dos cortadores de cana, algumas usinas e sindicatos já vieram até a cidade para conhecer o sistema e, futuramente, implantá-lo. O sistema de *quadra fechada* em Cosmópolis foi objeto de um documentário, intitulado *Quadra Fechada*, realizado por José Roberto Novaes, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e estudioso da temática dos trabalhadores envolvidos no corte da cana. O documentário foi lançado em maio de 2007 em um congresso realizado no Rio de Janeiro.

De acordo com Silva (2006), a Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo (DRT/SP) produziu um

documento com uma série de medidas que deverão ser impostas às usinas com o intuito de acabar com a precarização das relações de trabalho e a superexploração dos trabalhadores. Entre estas medidas está a adoção do sistema de *quadra fechada*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, este artigo procurou demonstrar como o sistema de *quadra fechada* soluciona um dos problemas acarretados pelo salário por produção: a falta de controle dos trabalhadores sobre a sua própria produção. Entretanto, esta forma de remuneração continua trazendo graves prejuízos aos trabalhadores, uma vez que a combinação entre salário por produção e baixos salários foi uma das formas mais eficientes encontradas pelas grandes empresas agrícolas para garantir a intensificação do ritmo de trabalho no campo e o máximo de produtividade. No século XIX, Marx já havia refletido sobre as peculiaridades do salário por produção e compreendido o seu caráter perverso, o que podemos perceber em sua seguinte passagem:

“Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. (...) evidencia-se que o salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção” (Marx, 1994, pp. 640-42). Como os salários são baixos e dependem da quantidade de cana cortada, o trabalhador rural acaba trabalhando até o limite de suas forças para conseguir o melhor salário possível.

* *Ellen Gallerani Corrêa é graduanda em ciências sociais*

pela Unicamp e integra o Centro de Estudo Rurais (CERES) da Unicamp.

NOTAS

1 - No Estado de São Paulo é mais comum a utilização, pelas usinas, do pagamento semanal.

2 - Para saber mais sobre o fenômeno de expansão capitalista no campo ver: COLETTI, Claudinei (1998), cap. 2.

3 - São chamados “gatos” aqueles que fazem o serviço de aliciamento de mão-de-obra para as usinas. Os “gatos” são intermediários que recrutam os trabalhadores e os levam para o corte da cana nos canaviais. Na maioria das vezes, não são funcionários das usinas e deduzem sua remuneração do montante que lhes é entregue por estas para a realização do pagamento dos cortadores de cana.

4 - Como no sistema de *quadra fechada*, utiliza-se a cana de toda a quadra para se estabelecer o valor do kg/m e, então, o preço do metro linear, este último só pode ser definido após os trabalhadores terminarem de cortar toda a cana. Desta forma, no final do dia de trabalho, o fiscal de frente passa aos trabalhadores um valor estimado. Caso o valor real seja maior, paga-se a diferença ao trabalhador; caso for menor, continua valendo o valor estimado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. J. C.
(2006) “Por que morrem os cortadores de cana?”. *Saúde e Sociedade*, v. 15/3, p.90-98.
- COLETTI, Claudinei
(1998) *A estrutura sindical no campo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- D'INCAO, Maria C.
(1984) *Qual é a questão do bóia-fria?* São Paulo: Brasiliense.
- MARX, Karl
(1994) *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro, v. II, 14ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SILVA, Maria A. M.
(2006) “A morte ronda os canaviais paulistas”. *Reforma Agrária*. São Paulo, v. 33, nº 2, p.111-143.

RELATO

UM PASSADO NO PRESENTE

Pe. Antonio Garcia Peres *

Ir. Inês Facioli **

“É expressão de caridade, também eclesial, o acompanhamento pastoral dos migrantes. Há milhões de pessoas que por diferentes motivos estão em constante mobilidade” (DA-Documento de Aparecida, 411).

Há 20 anos, no primeiro número da revista Travessia, maio de 1988, Pe. Antenor Dalla Vecchia, cs e Ir. Inês Facioli, mscs relataram de modo coloquial a experiência pastoral que estavam realizando desde 1985 junto aos migrantes temporários rurais ocupados no corte de cana na região de Ribeirão Preto. Iniciava-se, portanto, uma inédita modalidade de trabalho pastoral da Igreja no Brasil, pois ela se realizava de forma conjunta por agentes pastorais das regiões de origem e de destino daqueles migrantes. Era o jeito “Cá e Lá”, de atuar pastoralmente, expressão adotada pelos agentes da época.

A região de origem dos migrantes compreendia a diocese de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A diocese de Jaboticabal, na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, indicava um dos tantos destinos da migração daquele período. A partir de 1986, agentes pastorais da diocese de Rui Barbosa, região da Chapada Diamantina, na Bahia, começaram a integrar-se ao mesmo trabalho. Em 1995 a diocese de Caetité – Ba, também passa a compor a rede de intercâmbio pastoral.

JANELA DA HISTÓRIA

“Com a globalização/ O mundo rápido avançou/ Trocam o homem por máquina/ O emprego se acabou/ A escravidão no Brasil/ Apenas modernizou.”
(Pedro Costa, repentista piauiense).

Enquanto esses atores pastorais davam seus passos, a história descortinava-lhes novos caminhos a serem trilhados ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, interpelações e desafios pastorais sempre crescentes constituíam a tônica de um cotidiano fincado num cenário agrícola que já revelava

a existência de uma estrutura fundiária fortemente caracterizada pela concentração da propriedade fundiária, fenômeno que já ganhara vulto especialmente a partir da década de 1970 em todas as regiões do Brasil. Milhares de pequenas e médias propriedades de subsistência familiar de então foram sendo desvalorizadas, inviabilizadas produtivamente e anexadas às grandes fazendas de terra destinadas à agroindústria e à pecuária extensivas. Tal fenômeno expandia-se fortemente pelos maiores estados produtores de grãos do país: São Paulo, Paraná, Minas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os estados Nordesteiros seguiam a saga de sempre, ou seja, por serem pobres e abandonados por governos deviam, forçosamente, oferecer sua farta e barata mão-de-obra para sustentar projetos agroindustriais do Centro Sul do país. Uma das conseqüências mais nefastas dessas transformações ocorridas no campo brasileiro foi a adoção da monocultura, particularmente a da cana de açúcar, que continuava invadindo grandes áreas de terra que eram tradicionalmente ocupadas pela produção de culturas agrícolas diversificadas e pela pecuária.

A chegada da globalização encontrou aí um terreno muito fértil para disseminar uma intensa e indiscriminada incorporação da moderna tecnologia no campo e na cidade. Este processo teve como desdobramento a instalação de diversas indústrias metalúrgicas na região sudeste do Brasil, especialmente no interior do estado de São Paulo. Tais empresas tinham basicamente como meta alimentar as demandas do setor agroindustrial, ou seja, a construção e manutenção de usinas e a fabricação de máquinas e suprimentos agrícolas sempre mais modernos.

O projeto Proálcool, nascido no final de 1975, consolidava-se nesse contexto não somente como estratégia governamental que visaria diminuir a importação de petróleo. A produção em grande escala do álcool proveniente da cana de açúcar era apresentada aos

brasileiros como uma nova fonte de energia renovável e apregoada como sendo a salvação nacional. Tal ideário governamental, mesmo diante de seus elevados custos financeiros e sociais, deveria ser mantido. Na verdade, o Proálcool nascia mesmo com a intenção de sustentar a prosperidade da crescente indústria automobilística nacional. As justificativas econômico-sociais apresentadas por autoridades governamentais da época atribuíam ao programa do álcool objetivos até bem intencionados e abrangentes, ou seja, ele não miraria apenas produzir álcool para substituir o petróleo muito caro no mercado internacional, mas gerar principalmente muitos empregos para a população mais pobre do país, principalmente aquela oriunda de estados nordestinos e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Criado este cenário de atrativos, as migrações de trabalhadores braçais eclodiram com seus diversos desdobramentos sociais e econômicos durante as últimas décadas, pois o avanço extensivo da monocultura canavieira pelo país não necessitava apenas de recursos financeiros, mas sobretudo, de capital humano.

A crescente degradação ambiental proveniente da emissão de monóxido de carbono, das queimadas e de outros elementos poluentes na atmosfera, da destruição de matas e rios, do derretimento das geleiras e do humor da natureza e demais fenômenos, tem sido associada ao aquecimento do globo terrestre. Muitas mobilizações e debates acalorados sobre assuntos ecológicos foram provocados na opinião pública mundial, constituindo-se num eixo de preocupações que ainda está ocupando a primeira década do novo milênio. Diante deste cenário que anuncia catástrofes de dimensões planetárias, o governo brasileiro reagiu à sua moda, propondo alternativas supostamente viáveis para fazer frente a tais desafios globais e lucrar muito dinheiro com eles. Afinal, o Brasil possui terras abundantes e férteis e foi agraciado com climas e relevos favoráveis à implantação de uma grande diversidade de culturas potencialmente capazes de produzir não somente o etanol, mas o biocombustível proveniente de plantas oleaginosas. Esta visão eco-mercadológica englobaria a disseminação de pequenos e médios projetos entre agricultores familiares, os quais passariam a cultivar a matéria prima básica para a fabricação dos biocombustíveis. Em contrapartida, o Brasil estaria contribuindo para diminuir os efeitos das catástrofes previstas para o futuro da humanidade.

A viabilidade e eficiência desse projeto governamental somente seriam possíveis mediante a utilização de alta tecnologia no setor de produção da bioenergia, isto é, a mecanização. Em consequência disso o desemprego

aumentou, tornando-se uma chaga que desafia a sociedade do futuro.

PÉ NA ESTRADA

*“O trabalho é o sustentáculo / Em qualquer sociedade /
O povo não quer esmola / Muito menos caridade / O
trabalhador precisa / Só de oportunidade”.*

(Pedro Costa, repentista piauiense)

O passar dos anos na convivência com a realidade dos migrantes sinalizou que a migração temporária forçada ou motivada pela busca de oportunidades de vida, numa sociedade na qual as pessoas são mais reconhecidas pela capacidade de consumo e posse, é um fenômeno que facilita o desenraizamento familiar e comunitário e a inversão de valores, ao suscitar novos vínculos temporários ou até mesmo permanentes. É neste contexto que a realidade das migrações temporárias rurais continua sendo afetada por essas mudanças, exigindo dos agentes pastorais maior capacitação de diálogo com a diversidade, reflexão, coragem, perseverança e paciência histórica.

Enquanto os diversos agentes do “cá e lá” desenvolviam suas atividades, foram observando e entendendo que novas características, tendências e desdobramentos iam sendo incorporados no ir e vir quase permanente dos migrantes:

√ O trabalho no plantio e carpa da cana que acontece nos primeiros meses do ano antecipou a vinda dos migrantes temporários rurais para as regiões canavieiras;

√ O período de safra da cana passou de 6 para 8 meses (abril a novembro), encurtando, portanto, o período de permanências dos migrantes em suas terras de origem, sobrecarregando familiares em suas atividades agrícolas de subsistência local;

√ A migração adquiriu um rosto mais jovem, ou seja, entre 18 e 32 anos de idade;

√ O tempo de trabalho no corte de cana foi diminuindo gradativamente entre os migrantes (5 a 10 anos);

√ Constata-se agora que há uma rotatividade de destinos e usinas por parte dos migrantes;

√ A migração individual foi dando lugar à familiar a fim de evitar o enfraquecimento das relações familiares e o acúmulo de tarefas domésticas;

√ O prolongamento do período e diversificação do trabalho temporário, as distâncias geográficas e o fator econômico também contribuem para essas mudanças do perfil das migrações temporárias; estima-se que 60% dos cortadores de cana no interior paulista são de origem migrante, uma

vez que a mão-de-obra local opta por outros tipos de serviços;

√ Inúmeras cidades do interior paulista transformaram-se ao mesmo tempo, em pólos de origem e destino de migrantes, pois muitas usinas, ao abrirem novas unidades em diferentes áreas geográficas do país, ampliaram e diversificaram suas atividades, atraindo novas empresas que atendem suas demandas e em consequência disso tais empresas acabam deslocando mão-de-obra de um lugar para outro;

√ O número de alojamentos coletivos mantidos pelas empresas diminuiu radicalmente, dando lugar à utilização de moradias urbanas precárias, alugadas a preços abusivos pelos próprios migrantes, gerando especulação imobiliária nas cidades;

√ A ausência de mulher, a falta de experiência e de tempo no preparo da alimentação tem levado muitos migrantes a se alimentar de forma inadequada e insuficiente, acarretando deficiências na saúde e na produtividade do trabalho;

√ O corte da cana em ritmo acelerado e estafante, para o trabalhador obter maior produtividade e alcançar o mínimo de oito toneladas, meta estabelecida pelas usinas, tem sido responsável por uma série de prejuízos à saúde e até mesmo pela morte de trabalhadores.

Durante o ano de 2003, a equipe da Pastoral do Migrante de Guariba elaborou um dossiê que apontava novos fluxos de migrantes temporários rurais para o interior paulista, reunindo ainda importantes informações e estimativas sobre a mobilidade humana a partir das regiões de origem e de destino das migrações temporárias. Tal dossiê indicava que as safras da cana-de-açúcar, do café e da laranja foram responsáveis por grandes fluxos de trabalhadores. Os estados nordestinos figuravam como as principais regiões de origem desses migrantes. Quanto ao destino, o estado de São Paulo foi citado como o principal pólo de atração. As regiões de Ribeirão Preto, Piracicaba e Campinas eram apontadas dentre as principais áreas. Estados, como Minas e Paraná, eram simultaneamente pólos de origem e destino de trabalhadores migrantes. Contudo, esse quadro passa por alterações significativas a partir de 2005, com a intensificação da migração de trabalhadores acompanhados de suas famílias, objetivando permanecer entre três e cinco anos no interior paulista.

Dando seqüência às atividades de inserção da Pastoral neste contexto diversificado e ampliado das migrações temporárias, Elias Ferreira Souza, agente da Pastoral de Guariba, durante o ano de 2006, visitou 1416 domicílios

urbanos em 20 municípios da região de Ribeirão Preto, estimando a existência de 38 mil migrantes; em 2007 visitou 1422 moradias habitadas por cerca de 43 mil migrantes em 21 municípios da mesma região. Neste ano de 2008, a Pastoral já registrou a vinda de 50 novas famílias de migrantes maranhenses e baianos em Guariba.

ABRINDO O LEQUE DO INTERCÂMBIO

“A Igreja, como Mãe, deve se sentir como Igreja sem fronteiras, Igreja familiar, atenta ao fenômeno crescente da mobilidade humana em seus diversos setores (DA 412)”.

As alterações dos fluxos migratórios ampliaram a rede de intercâmbio pastoral, com a inclusão de novas dioceses de origem dos migrantes. Novos atores e agendas foram incorporados nos três últimos anos mediante visitas e encontros com famílias de migrantes, comunidades paroquiais, pastorais sociais e entidades em geral. A ampliação desses fluxos motivou a realização do I e II Encontro Nacional das Igrejas de Origem e Destino da migração, visando fortalecer a necessária rede de colaboração missionária específica entre essas Igrejas. As recentes visitas pastorais em favor do povo migrante residente na região de Ribeirão Preto, promovidas por Dom Pedro Brito Guimarães, bispo em São Raimundo Nonato-PI e por Dom Reinaldo Punder, bispo em Coroatá-MA, já apontam para a concretização de alguns dos compromissos assumidos pelos participantes do primeiro evento.

Bispos, padres, irmãs, lideranças leigas, pastorais sociais, assessores, colaboradores, pesquisadores, produtores de documentários, meios de comunicação, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, sensibilizados com o contexto das migrações, em suas causas e consequências, têm contribuído de maneira considerável para a promoção de uma mentalidade social que resgatou e tornou pública a realidade das migrações temporárias rurais, até então mantida sob uma espécie de clandestinidade ignorada ou invisibilizada. A partir daqui, inúmeros acontecimentos relacionados ao mundo das migrações temporárias tornaram-se notícia, sendo conduzidos a mesas de debates, com uma frequência muito pouco considerada antes no Brasil e no mundo.

Os agentes da Pastoral, além de desenvolverem atividades de cunho religioso, despertam comunidades paroquiais para um acolhimento evangélico que favoreça a interação social, religiosa e cultural dos migrantes. E, ao mesmo tempo em que exercem a caridade evangélica, suscitam nessas comunidades e sociedade uma adesão

ESPAÇOS DE ESPERANÇA

Cremos que “a realidade das migrações não deve nunca ser vista só como um problema, mas também e, sobretudo, como um grande recurso para o caminho da humanidade” (DA 413).

solidária para socorrer migrantes em suas necessidades emergenciais. Outrossim, a mesma encontrou um meio de valorizar e de promover entre os migrantes maranhenses, a manifestação cultural mais popular do Estado do Maranhão, a festa do “Bumba Meu Boi”, realizada no mês de junho.

Agentes pastorais das regiões de origem e destino dos migrantes resolveram criar um site na rede de internet para visibilizar e disponibilizar informações sobre o contexto em que se situa o fenômeno migratório com seus desdobramentos e demandas, a um público mais diversificado e interessado no assunto e, ao mesmo tempo, favorecer uma intensa intercomunicação dos agentes para a divulgação e partilha de suas múltiplas atividades sócio-pastorais.

Portadora de uma bagagem significativa de aprendizados e experiências, ao longo dos anos, fiel aos princípios evangélicos e ao carisma do Beato João Batista Scalabrini, em comunhão com toda a Igreja, a Pastoral segue mantendo uma presença fraterna e solidária no caminho dos migrantes. Ao mesmo tempo em que deseja contribuir na promoção e conservação da fé dos migrantes, move-se de esperanças a partir deles na perseverante busca de conquistar condições dignas de vida e trabalho no “cá e lá”, firmando-se no objetivo de superar a exclusão social, transformando-os em verdadeiros protagonistas de seu futuro.

A migração temporária rural, nas atuais circunstâncias em que vem ocorrendo, indica que a busca de sobrevivência dos cerca de 70 mil trabalhadores braçais de origem migrante vindos ao interior paulista só está sendo possível mediante saídas temporárias e quase permanentes de seus lugares de origem, fenômeno que já se incorporou dolorosamente em seu cotidiano. Não há perspectivas econômicas no país que indiquem a diminuição ou término sequer a longo prazo da necessidade de migrar. Diante desse quadro, a Igreja continua sendo desafiada a encontrar mecanismos pastorais para desenvolver atividades evangelizadoras munidas de uma linguagem de proximidade inculturada, a fim de atingir este público tão fragilizado e fragmentado pelo mundo do trabalho e pelo desenraizamento familiar.

As comunidades escalabrinianas das irmãs e dos padres, há mais de 23 anos estabelecidas na diocese de Jaboticabal-SP a partir da região de Guariba, mediante o apoio incansável do laicato, vêm realizando um acompanhamento pastoral aos migrantes temporários no corte de cana. Esta prática foi adquirindo estrutura e dinâmicas específicas mesmo diante de tantas transformações pelas quais ainda passa a realidade da mobilidade humana no país.

A presença do carisma escalabriniano na Igreja e na sociedade, há mais de um século, tem testemunhado e promovido uma ação pastoral fiel e aberta às novas solicitações dos tempos no campo das migrações. Igualmente tem levado a Igreja a rever suas próprias estruturas pastorais, adequando-as à diversidade de serviços específicos, dentre os quais aquele aos migrantes. Prova disso é a inclusão da temática da mobilidade humana nos documentos das Conferências Episcopais Latino-Americanas, e, mais recentemente “A Caridade de Cristo para com os Migrantes”, do Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e os Itinerantes (2004) e no Documento de Aparecida em 2007 (nº 411 a 416).

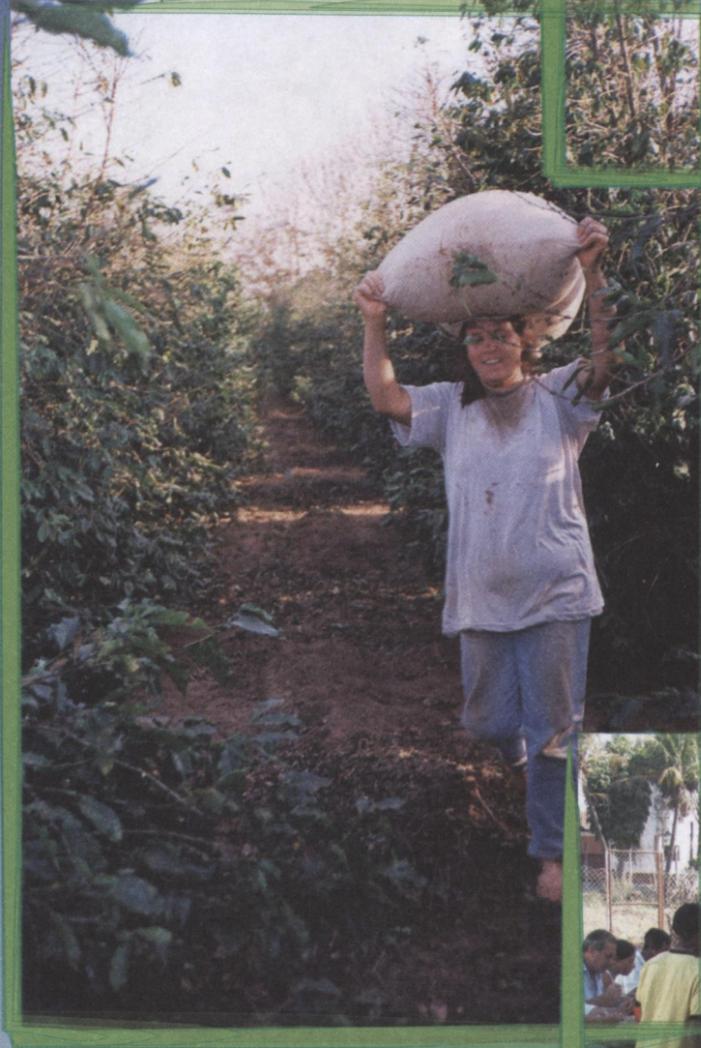
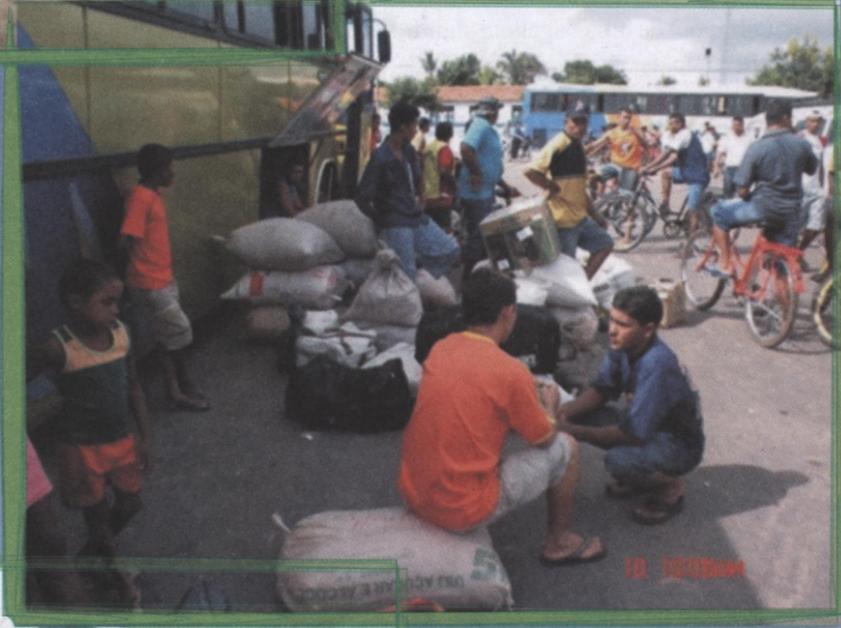
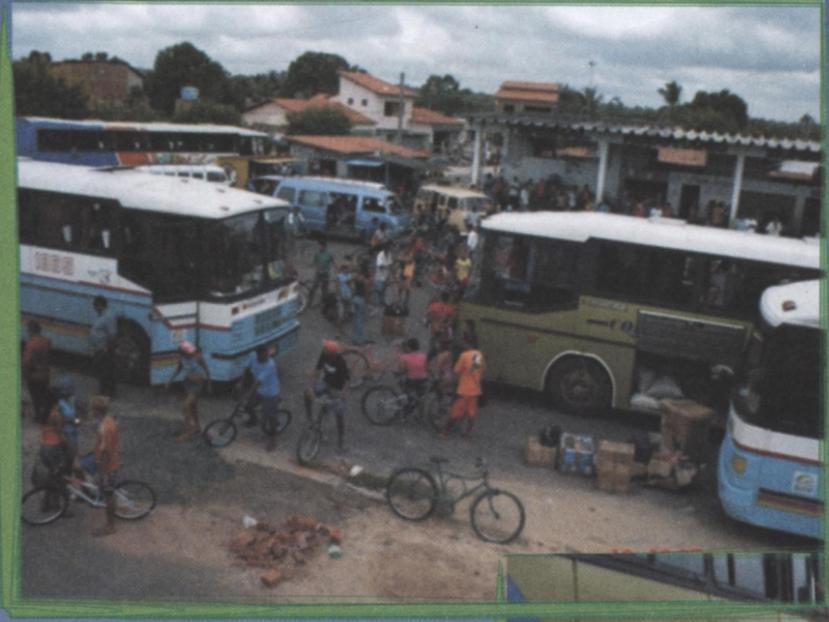
Tais posicionamentos eclesiais têm melhorado o nível de sensibilização das Igrejas Particulares de origem e destino dos migrantes, despertando a sociedade a elaborar uma abordagem mais positiva e construtiva em relação à problemática desafiadora das migrações.

Fazendo uma releitura de nossas experiências, constatamos que os laços de proximidade, acolhida, escuta e de ajuda solidária com os migrantes, embora possuindo um caráter temporário, acabam se multiplicando imensuravelmente na vida deles, servindo de referência pelos caminhos de sua história. O respeito e valorização que dispensamos aos valores humanos que os migrantes possuem têm alimentado sua auto-estima e seu conseqüente e gradual protagonismo. As denúncias sobre violações dos direitos humanos têm causado impactos na sociedade levando autoridades a tomarem medidas importantes na melhoria das condições de vida e trabalho dos migrantes.

O apoio permanente das Congregações Escalabrinianas, da diocese de Jaboticabal, do Serviço Nacional da Pastoral dos Migrantes, da entidade Misereor, dos próprios migrantes e suas comunidades, tem contribuído de forma incisiva na conquista de novos espaços de esperança, sinalizando que é possível construir um mundo justo, saudável, sem fronteiras, sem migração forçada e sem exploração no trabalho, antecipando a realização do Reino de Deus.

*** Pe. Antonio Garcia Peres é Missionário Escalabriniano e Secretário Executivo do SPM-Serviço Pastoral do Migrante.**

**** Ir. Inês Facioli é Missionária Escalabriniana, uma das pioneiras da presença pastoral junto aos migrantes temporários.**



Fotos: Pe. Antonio Garcia Peres

CORTADORES DE CANA E OS (NÃO) DIREITOS

*Maria Aparecida de Moraes Silva **

Costuma-se dizer que, atualmente, se vive uma nova ordem social, ou seja, um novo ordenamento da sociedade, tanto do ponto de vista interno como das relações inter-sociedades, que são estruturadoras da vida das pessoas. Nos finais do século XX, debateu-se muito a chamada crise dos paradigmas, o fim das certezas e a necessidade de uma nova concepção de mundo, além dos efeitos do processo de mundialização do capital.

De início, os avanços tecnológicos, marcados pela *internet*, pelas comunicações digitais, foram interpretados como o novo *modus vivendi* e, mais precisamente, foram vistos como sinais de uma nova era redentora, capaz de levar o progresso aos mais distintos cantos do globo terrestre. Mundos isolados teriam, a partir de então, a oportunidade de inserção na nova ordem social. Aos poucos, no entanto, estas nuvens inebriantes foram sendo dissipadas. As diferentes realidades revelaram as conseqüências deste processo: desemprego, exclusão social, acirramento das imigrações internacionais com o aprofundamento das discriminações raciais e sociais internas e entre os países pobres e ricos,

desagregação de muitas culturas, além da perda de muitos direitos conquistados ao longo de muitas décadas pelos movimentos sociais e pela falência do Estado em muitos setores. A realidade deste processo, conhecido como neoliberalismo, caracterizado pelo predomínio do capital financeiro, mostrou que os interesses privados de grandes empresas internacionais prevaleceram em detrimento das condições sociais da grande maioria da população, sobretudo os mais pobres, as mulheres, os negros, as crianças, os idosos, os indígenas e outras "minorias" sociais e étnicas. No que tange à cidadania, sabe-se que ela se acha articulada aos direitos e, portanto, foi igualmente atingida pelo retrocesso das conquistas ao longo de muitas décadas, em várias partes do mundo.

O Brasil, desde os finais da década de 1980, ao ingressar na era neoliberal do capitalismo financeiro internacional, vem sofrendo as conseqüências impostas por interesses alienígenas, relacionados aos fins lucrativos do mercado, ao desmonte do parque industrial (Biondi, 1999) e ao influxo dos direitos sociais dos cidadãos, na verdade, dos não cidadãos (Covre, 1986).

Diante desse quadro, objetivo neste texto tecer algumas considerações sobre

a situação concreta dos trabalhadores rurais, particularmente, os cortadores de cana, no estado de S. Paulo, levando-se em conta não somente a não observância dos direitos trabalhistas como também a não efetividade dos direitos humanos do trabalho, no contexto da atual fase de desenvolvimento da produção canavieira, marcada pela presença de grandes grupos empresariais, nacionais e estrangeiros¹.

As discussões serão articuladas em torno dos seguintes eixos: surgimento e evolução dos direitos humanos; medidas adotadas pelas empresas visando ao aumento da produtividade do trabalho; a legislação trabalhista, especificamente a NR 31 e seu descumprimento; a ação do MP e MPT, novos sujeitos no processo de alargamento do campo das contradições entre capital e trabalho.

Surgimento e Evolução dos Direitos Humanos

A questão dos direitos humanos sempre esteve ligada a uma profunda contradição social entre homem e sociedade, e entre o indivíduo e seus demais congêneres. Durante muitos séculos, principalmente durante o

período medieval, a Igreja Católica procurou resolver este conflito por meio da idéia da relação entre homem e eternidade, no intuito de diminuir o interesse do homem pela vida em sociedade, substituindo a sociedade pelo reino de Deus a ser alcançado depois da vida transitória na terra (Mbaya, 1997, p.17).

Na Idade Média, a sociedade achava-se dividida em senhores e servos e se caracterizava pela visibilidade das diferenças sociais entre estas duas camadas sociais. Portanto, o artifício religioso era uma maneira pela qual os pobres – os excluídos do poder e dos direitos de que gozavam os dominantes – encontrariam o refúgio para suas almas e também o consolo para suas desgraças terrenas. Esta situação perdura até a Revolução Francesa, quando a burguesia toma o poder, destituindo os nobres e a Igreja. Uma das primeiras medidas da revolução burguesa foi a Declaração dos Direitos do Homem, por meio da qual eram suprimidas todas as desigualdades sociais, sem discriminação de credo ou cor. “*Os homens nascem livres e iguais em direitos, e as distinções sociais não podem fundar-se senão na utilidade comum.* (Art. 1º). *Toda sociedade política tem por fim conservar os direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência contra a opressão* (Art. 2º).

Um dos princípios básicos desta Declaração era o de que todos os cidadãos eram iguais perante a lei, e esta assertiva era fundamentada no jusnaturalismo, defendido por filósofos, como Rousseau e Locke, e que vão influenciar várias constituições de muitos países, inclusive a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, formulada pela ONU (Organização das Nações Unidas). O jusnaturalismo, em síntese, preconizava que a igualdade dos seres humanos era natural e esta concepção está explicitada

na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. “*Todos os homens nascem livres e iguais em dignidades e direitos*”. Segundo Bobbio (1992, p. 29), esta é uma maneira diferente de dizer que todos os homens são livres e iguais *por natureza*. Vale a pena também lembrar a frase de Rousseau: “*O homem nasceu livre e por toda parte encontra-se a ferros*”.

Na realidade, os homens não nascem livres nem iguais na sociedade burguesa. “*São livres e iguais em relação a um nascimento ou natureza ideais, que era precisamente a que tinham em mente os jusnaturalistas quando falavam em estado de natureza. A liberdade e igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser*” (Bobbio, 1992, p. 29). Desta sorte fica evidente a grande contradição existente entre os ideais de liberdade proclamados pelos jusnaturalistas e a realidade das sociedades burguesas, erigida sobre as bases da desigualdade social. A grande diferença em relação à sociedade medieval ou antiga é que, agora, as desigualdades são e devem ser mascaradas pela ideologia dominante, enquanto, naquelas sociedades, a condição de servo ou escravo se ancorava na visibilidade, isto é, as próprias leis e normas explicitavam as diferenças e desigualdades sociais existentes.

Muitos autores já se debruçaram sobre a análise da cidadania e dos direitos (Vieira, 1998; Santos, 1992; Martinez, 1996; Covre, 1980; Chauí, 1989). Portanto não cabe aqui repetir aquelas reflexões. O que é importante a ser enfatizado é a forma pela qual a sociedade burguesa é encoberta pela ideologia da liberdade e igualdade. Estes dois princípios, na verdade, foram sendo erigidos desde o século XVIII pelos iluministas, princípios estes que vislumbravam a construção de uma outra sociedade, diferente daquela

existente. O primeiro passo era a garantia de homens livres para o trabalho, sem as marcas da escravidão e servidão; o segundo, a garantia de uma igualdade para mascarar as profundas desigualdades. A igualdade, como princípio, fundamentava-se na equalização das mercadorias enquanto valores de troca. Do mesmo modo, os homens deveriam ser equalizados, abstraindo-se as suas diferenças, a fim de se criar o intercâmbio entre eles, tal como havia no reino das mercadorias.

Assim foi sendo gestado, em nível das representações, um conjunto de abstrações, de idéias invertidas sobre a nova ordem social prestes a ser implantada. A Revolução Francesa foi o marco político e social por meio do qual estes princípios foram universalizados. Como foi dito acima, estes princípios instituíram direitos, que não foram dados de fato, mas seriam um ideal a perseguir. A nova sociedade, criada pelos princípios revolucionários, ao mesmo tempo em que instituía teoricamente estes princípios, na prática negava-os por meio do véu encobridor da ideologia². Este processo de encobrimento das desigualdades sociais só pode ser revelado por meio de um contra-processo de conscientização social em torno de lutas e reivindicações. Esta tem sido uma das grandes empreitadas das sociedades modernas, que, por meio dos distintos grupos sociais, tais como, mulheres, pobres, negros, crianças, migrantes, estrangeiros, grupos religiosos e outros, lutam por direitos idealmente existentes, porém realmente negados.

“*A cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada. A metamorfose desta liberdade teórica em direito positivo depende das condições concretas, como a natureza do Estado e do regime, o tipo de sociedade civil em movimento. É por isso que desse ponto de vista a situação dos indivíduos não*

é imutável, mas está sujeita a retrocessos e avanços” (Santos, 1993, p. 8).

Tais reflexões conduzem ao fato de que a prática dos direitos e da cidadania só se efetivará no ato do *fazer*, do *acontecer* histórico, isto é, quando as ações dos diferentes grupos sociais e mesmo dos indivíduos forem dirigidas pela busca da desalienação. Neste ponto, também cabem alguns esclarecimentos. O que se entende pelo processo de alienação? Este conceito foi largamente estudado por vários pensadores, dentre eles K. Marx³. Sinteticamente, pode-se afirmar que a alienação é um processo⁴ que diz respeito à várias situações e momentos históricos. Inicialmente, considerando as origens da sociedade capitalista, houve um processo de expropriação do campesinato, principalmente, inglês, por meio das mudanças das formas de propriedade, que, ao transformarem as terras dos camponeses em pastagens para as ovelhas, dado que a indústria de tecidos necessitava da matéria-prima (lã), provocaram a formação de um contingente de pessoas sem eira, nem beira, cuja única saída foi a migração para as cidades em busca de trabalho nas indústrias. Num segundo momento, estes camponeses que perderam as terras, os instrumentos de trabalho, já transformados em operários, passaram a sofrer um outro processo de perda, identificado pela negação de seus saberes. A industrialização, iniciada com as manufaturas, exigia um conjunto de trabalhadores não correspondentes àquele dos camponeses-artesãos⁵. Foram obrigados a exercer um outro tipo de trabalho, além de a obedecer às ordens de mestres e contra-mestres, portanto, passaram a ser subordinados no ato do trabalho. Pouco a pouco foram se transformando em meros fornecedores de força de trabalho, sem terem o domínio do processo de produção e sem conhecerem as diferentes etapas deste processo, dado que foram inseridos numa divisão do

trabalho controlada pelos donos das empresas, divisão que, cada vez mais, os parcelizava e os definia como partícipes de um mero ajuntamento de executores de um trabalho do qual conheciam apenas as partes. Desta sorte foi se completando o processo de alienação, que, ao fim e ao cabo, nada mais é do que indivíduos que mantêm entre si uma relação de estranhamento, de desconhecimento mútuo. Produz-se, assim, ainda segundo este autor, a sociedade do **Ter** e não a do **Ser**. Os indivíduos vão deixando de **Ser** para se preocupar com o **Ter**, isto é, vão se transformando em compradores, em consumidores de mercadorias e fornecedores de força de trabalho.

Deste conjunto de reflexões, pode-se estabelecer um nexos entre aquelas citadas anteriormente sobre a ideologia. Indivíduos alienados, envoltos por uma ideologia mascaradora da realidade, são os produtos desta sociedade. Porquanto os indivíduos não são meramente produtos sociais, eles são também produtores de *script*, estando neste contexto, a luta pelos direitos e pela cidadania. O significado pleno de cidadania se alia aos direitos a serem conquistados e também aos deveres. A cidadania, portanto, tem um pé fincado nos direitos e o outro, nos deveres. Quais seriam estes deveres? “*Ser o (cidadão) o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar das assembléias – no bairro, sindicato, partido ou escola. E mais: pressionar os governos municipal, estadual, federal e mundial (em nível de grandes organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional- FMI (Covre, 1991, p.9).*”

Vale a pena insistir que, no decorrer do tempo, há uma evolução tanto dos direitos como da cidadania e, conseqüentemente, há mudanças segundo os países e regiões. Tais mudanças ocorrem em razão das dinâmicas das diferentes sociedades e também das lutas e dos movimentos sociais. Por exemplo, no Brasil atualmente assiste-se às ações do Movimento dos Sem Terra, em razão das profundas desigualdades de nossa sociedade, produzidas pela concentração de renda e riqueza. A luta destes trabalhadores por terra insere-se num quadro maior de reivindicações por direitos à saúde, à escola, ao emprego e ao trabalho, enfim, à inclusão social. Podemos aí inserir o exemplo dos trabalhadores rurais nos canaviais paulistas. As 17 mortes ocorridas por exaustão no período de 2004 a 2006, estão sendo interpretadas como desrespeito aos direitos humanos, aos princípios de dignidade, liberdade e segurança.

Os contratos legais das sociedades capitalistas estipulam regras para a exploração da força de trabalho dentro de limites que possam garantir a reprodução da força de trabalho e a continuidade da presença do trabalhador no mercado laboral, enquanto vendedor da mercadoria que lhe pertence, que é sua força de trabalho. No momento em que estes limites são desrespeitados, as regras do contrato, que pressupõe pessoas livres juridicamente, deixam de operar, e, conseqüentemente, a noção de liberdade é questionada. Portanto, os direitos humanos, definidos por sua universalidade, garantidores da condição da liberdade civil, são também colocados em xeque. Nesse momento caem as máscaras da liberdade civil, pondo à mostra, uma situação não condizente com a ideologia da sociedade capitalista, pautada na liberdade e na igualdade, contrária à escravidão. Um escravo é diferente de outros trabalhadores porque é, legalmente,

propriedade de um senhor. Um escravo não é uma pessoa, mas uma coisa, uma *res*, uma mercadoria que pode ser comprada ou vendida, como qualquer outro bem. O trabalhador assalariado, como vimos, é juridicamente livre e civilmente igual; ele participa voluntariamente de um contrato de trabalho e em troca recebe um salário.

“O contrato de trabalho exemplifica a liberdade individual de dispor de sua propriedade como ele, e somente se ele achar conveniente. O contrato é, portanto, essencial para o trabalho voluntário” (Pateman, 1993, p. 100, grifos da autora).

No entanto, o contrato institui o trabalhador como subordinado de seu patrão, dado que este o orienta em seu trabalho. Por outro lado, um patrão não é exatamente um senhor de escravo. O patrão possui direitos limitados e não direitos absolutos, como os senhores de escravos (Pateman, op. cit., p. 102). A liberdade não é aqui entendida como fazer o que se quer, porém a liberdade de se submeter de maneira desejada, estipulada no contrato, no caso dos trabalhadores e, no caso dos patrões, isso pressupõe o respeito a estes limites, sendo um deles o uso da força de trabalho por um tempo determinado e não todo o tempo. Pateman (op. cit.), cita a este respeito uma interessante passagem de Hegel:

“Posso delegar (a alguém) o uso de minhas habilidades por um período limitado, porque, baseado nesta limitação, minhas habilidades adquirem uma relação de exterioridade em relação à totalidade de meu ser. Ao alienar todo o meu tempo, tal como cristalizado em meu trabalho, e em tudo que produzo, estaria transformando em propriedade de outro a essência de meu ser... a minha personalidade” (Hegel, 1952, p. 67, apud Pateman, p. 217).

Quem, no entanto, possui poderes para fiscalizar estes limites do tempo estipulados nos contratos das sociedades modernas? Em princípio é

o Estado, instância situada acima dos indivíduos. Os exemplos históricos revelam que a intervenção do Estado se faz no contexto das lutas sociais, das reivindicações das classes subalternas⁶.

Em nosso entender é deste contexto de reflexões que faz parte a situação dos trabalhadores rurais nos canaviais paulistas. Quando as notícias das mortes por exaustão vieram à tona, graças às denúncias da Pastoral do Migrante (Guariba), não somente representantes instituídos dos direitos humanos – Promotoria Pública – como também representantes da sociedade civil, reivindicaram tomadas de medidas contra as práticas atuais de exploração da força de trabalho, agora não mais traduzidas em termos de extensão da jornada de trabalho – mais valia absoluta – mas da intensidade desta exploração – mais valia relativa –. O crescimento gigantesco dos níveis de produtividade pode ser visualizado por meio das seguintes cifras: em 1980, a *média* exigida no corte da cana girava em torno de 6 a 8 toneladas diárias; na década de 1990, estes números passam para 10 e a partir de 2000, para 12 a 15 toneladas! No que tange aos salários, cálculos do Sindicato de Trabalhadores Assalariados de Bebedouro mostram que antes de 1988, o piso salarial correspondia a 2,5 salários mínimos. Em seguida, estes valores caíram para um pouco mais de 1 salário mínimo (R\$ 410,00 em 2006)⁷.

A fim de aprofundarmos a compreensão dos níveis desta exploração, faremos primeiramente uma exposição sobre os métodos empregados nos últimos anos pelas usinas para aumentar ainda mais os níveis de produtividade, sem promover alterações nos padrões tecnológicos, para, em seguida, analisarmos as regras instituídas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (NR31) para disciplinar o ambiente do trabalho, garantir a reprodução desta força de trabalho em condições minimamente compatíveis com as normas universalizantes dos

direitos trabalhistas e humanos. Vale a pena acrescentar que o estado de S. Paulo é o maior produtor de cana do país e também aquele onde os níveis de produtividade são os maiores. Assim sendo, em 2003, do total da área de cana do país – 5.377.216 ha –, havia no estado de S. Paulo, 2.817.604 ha, portanto, mais da metade da área plantada, enquanto a produtividade média do país era de 73.731 Kg/ha, em S. Paulo, estes valores eram de 80.913, segundo dados do IBGE.

Como se forma um bom cortador de cana

O aumento da exigência dos níveis de produtividade foi mais ainda incentivado pelo chamado Programa “Cana Limpa”, que é um conjunto de normas que visam à melhoria do corte da cana, por meio de novos métodos, sem alterações dos padrões tecnológicos, cujos efeitos são traduzidos em maiores dispêndios de energia pelos trabalhadores. Tais normas foram elaboradas pelo SENAR (Serviço de Aprendizagem Rural), órgão ligado à entidade patronal FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), *“(...) que tem como objetivo, organizar, administrar e executar em todo estado de São Paulo, o ensino da formação profissional e da Promoção Social Rurais dos trabalhadores e pequenos produtores rurais que atuam na produção primária de origem animal e vegetal, na agroindústria, no extrativismo, no apoio e na prestação de serviços rurais”* (SENAR, 2004, p. 5).

A Formação profissional, segundo a cartilha produzida por este órgão, visa, sobretudo, ao aumento da produtividade, por meio da melhoria da qualidade do corte, da eliminação do chamado “mau cortador de cana”, daquele que realiza

pequenas resistências ao sistema de exploração imposto. A título de exemplo, citamos alguns pontos do conteúdo da Cartilha de Formação profissional:

◆ O profissional do corte da cana está relacionado a uma etapa da colheita que define padrão de qualidade da matéria-prima (p. 24);

◆ Corte bem feito significa preservação das soqueiras, pois a cana rebrota várias vezes, o que é essencial para elevar a produtividade e a produção (p. 25);

◆ Uso obrigatório dos EPIs (equipamentos de segurança individuais) (P. 27 e ss);

◆ Os EPIs relacionados são: boné com abas ou chapéus, toca árabe, óculos, luvas, mangotes, perneiras simples e com Joelheiras, botinas com pontas ou biqueiras de aço e aventais ou saiotos. Em seguida há as explicações das funções de cada um desses equipamentos (p. 28-33);

◆ Orientação sobre o uso das ferramentas de trabalho: podões, limas para amolar as lâminas (p. 34-41); Em relação a este item, há vários tipos de podões, tais como: de cabo curto, de cabo comprido, de cabo torto, com lâmina ou folha reta e com folha torta.

Em se tratando dos facões de cabo curto, segundo relatos dos trabalhadores, eles precisam aumentar a inclinação do corpo durante o corte, mais um agravante do sofrimento no trabalho. Para burlar esta imposição, há uma forma de resistência produzida no eito que é a troca de cabos do podão pelo próprio trabalhador. As usinas, na busca do aumento desenfreado de lucros, fornecem podões com cabos menores, a fim de diminuir os custos com os instrumentos de trabalho.

◆ A qualidade da matéria-prima, segundo as exigências do mercado será conseguida basicamente nesta etapa do corte. Para isso é preciso:

• reduzir as impurezas minerais (terra) e vegetais: palha, folha e pontas de cana, evitando assim que sejam

transportadas para a moagem, o que implicaria em elevação dos custos de transporte, maiores gastos com água e comprometimento do teor de sacarose, já que seus maiores índices estão concentrados na base da planta e não nos ponteiros;

◆ Realização de um corte perfeito, cuja execução deve seguir os seguintes preceitos (p. 47 e ss):

• Corte da cana em pé: o cortador deve trabalhar em sistemas de “braçadas” trazendo o feixe de cana para junto de seu corpo. Em seguida inclina-se e realiza o corte rente ao solo, evitando assim o “toco alto”;

• Corte da cana deitada ou caída ou cana de rolo: o cortador deve redobrar os cuidados, pois não é possível “abraçar a cana”, o que pode ocasionar toco alto, picação de cana ou desponte incorreto. No entanto, não há na cartilha, informações sobre os procedimentos em caso de cana deitada. Como fazer para levantar a cana e abraçá-la? Aí reside mais uma fonte do dispêndio de energias. Assim sendo, o Sindicato de Cosmópolis desenvolveu um método capaz de diminuir um pouco este desgaste. O cortador leva consigo o *gancho*, um instrumento de madeira, preparado por ele mesmo, que substitui, na verdade, os movimentos com as pernas para alinhar a cana para o corte dos ponteiros, caso estes não sejam retirados antes de serem lançados nas leiras. A experiência adquirida durante o tempo de trabalho leva à criação de estratégias que visam à diminuição do sofrimento no trabalho. Assim sendo, o *gancho*, como invenção resultante da experiência laboral, acaba sendo um mecanismo de resistência do trabalhador. Este instrumento ameniza as dores nos braços e nas costas e evita o agravamento das dores nas pernas. O *gancho* não consta, portanto, das normas relativas aos equipamentos ou instrumentos que visam à capacitação dos trabalhadores.

Na cartilha, há uma ênfase no tocante ao corte rente ao solo, dado que em caso contrário, as perdas seriam para a empresa e para os trabalhadores. As perdas para a empresa seriam: menor produção, riscos de ataques de pragas ou doenças e perda da sacarose. Para os cortadores, as perdas seriam: presença de toco seco, responsável pela diminuição da produtividade na próxima safra; necessidade de repasse da área mal cortada; maiores desgastes da lima e do podão; maior esforço físico; perda de tempo e risco de sofrer punições. Quanto ao corte dos ponteiros, as exigências são muitas, porque, ao contrário da base, é uma parte da cana com o mínimo teor de sacarose. Além do custo do transporte, caso não sejam descartados, há o aumento do teor de fibra e a diminuição do ATR (Açúcar total recuperável).

• A limpeza dos eitos. Além do corte perfeito, há a necessidade de deixar o eito limpo, para melhorar a qualidade da matéria-prima, diminuindo as impurezas materiais e vegetais. Assim sendo, os ponteiros devem ser afastados das bandeiras (montes) e das esteiras por, no mínimo 80cm. (p. 52);

• Modalidades do corte. Após o corte, como devem ser dispostas as canas para facilitar a ação dos guinchos? Há dois sistemas:

√ Canas esteiradas: trata-se do sistema de dispor as canas tendo como referência a rua do meio do eito (a metade da cana na 3ª. rua para eitos de 5 ruas e na 4ª. para eitos de 7 ruas). As canas devem ser alinhadas homogeneamente ao longo do eito. Caso contrário, elas escorregam durante o carregamento, aumentando desperdícios e bitucas (pedaços de cana caídos durante o carregamento). As pontas devem ser voltadas para o lado do cortador, a fim de diminuir seu esforço. A operação de carregamento exige muitos cuidados e seu sucesso depende da disposição das canas nas leiras.

√ Canas amontoadas ou emban-deiradas. Neste sistema, as canas são colocadas nos montes. As canas são cortadas e os ponteiros devem estar sempre voltados para o mesmo lado. A distância entre os montes varia de 1,5 a 3 m.. Além disso, devem ser limpos as laterais e os intervalos entre os montes impedindo que as impurezas sejam carregadas pelos guinchos.

Ações dos *maus* cortadores: a resistência miúda⁸

A intensidade do trabalho, aliada ao controle de fiscais e feitores, acabam por produzir o bom cortador de cana, cujo corpo disciplinado, domesticado, repete sucessivamente movimentos de inclinar-se, levantar-se, lançar a cana, alinhá-la, limpar as impurezas ao redor dos montes, logrando assim o corte perfeito, essencial para a qualidade da matéria-prima, da diminuição dos custos de produção e aumento dos lucros da empresa. O eito, portanto, é um espaço extremamente importante da cadeia produtiva do açúcar e álcool. Neste momento, valeria a pena observar que, apesar das exigências impostas, a resistência miúda ocorre nos poros do sistema de dominação e exploração, denominadas na cartilha, de ações não desejáveis no corte manual (p. 55).

Picação de cana. Trata-se do corte dos ponteiros após serem lançados aos montes, ação que aumenta a produtividade do trabalho, mas implica em perdas para as empresas, já que muitos ponteiros acabam não sendo cortados e levados para a moagem, resultando em perdas, como já vimos em linhas atrás.

Cama de gato ou cambalacho. São as canas não cortadas, escondidas em baixo dos montes ou esteira. Esta ação

traz prejuízos, tais como: aumenta o desperdício de matéria-prima, prejudica a brotação, aumenta o serviço dos bituqueiros. Trata-se de uma ação passível de punições e advertências.

Jacaré, teimosa ou cana mamando. Trata-se da cana não cortada, somente tombada com a botina e escondida sob as canas amontoadas nas esteiras ou bandeiras. Os prejuízos são os mesmos, além do arranquio das soqueiras, impedindo a rebrotação.

Telefone. Trata-se da ação de não cortar uma ou duas ruas de cana, voltando depois de mais ou menos 40 m para igualar o eito. Esta prática possibilita a repicagem de ponteiros ou pés na esteira ou nos montes, provocando perda de produção.

Baião-de-dois⁹. Consiste no corte da cana por dois trabalhadores num mesmo eito. Esta prática proibida (porque desalinha a cana nos montes) pode ser, no entanto permitida, quando interessa à empresa: nos casos de necessidade de liberar a área, quando há falta de matéria-prima para a moagem, ou no final do horário de trabalho, para igualar os eitos ou terminar o corte de uma certa área.

Segundo as orientações contidas no manual de capacitação dos profissionais do corte da cana, o sucesso da fase seguinte ao corte, a do carregamento, depende do corte bem feito, a fim de se evitar os prejuízos referentes ao transporte de ponteiros, palhas e outras impurezas, detectados no momento da análise do Laboratório do Pagamento de Cana.

Notícias recentes veiculadas pelo *JornalCana*¹⁰ revelam que este curso de capacitação tem alcançado seus principais objetivos. Além da participação cada vez mais crescente das usinas interessadas por este programa, os resultados apontam para a redução em até 70% das impurezas da cana. Desde 2004, data de sua implantação, o programa já capacitou 110 mil cortadores e em 2007, a previsão

é a incorporação de mais 50 mil. Vale a pena notar que na cartilha, há menção à valorização do trabalhador, na medida em que fazendo um corte bem feito, ele se transforma num profissional, capaz de receber premiações como bicicleta e eletrodomésticos, caso siga as regras do curso de formação.

Os preceitos para a formação do bom cortador de cana fazem parte do contrato de trabalho, que, segundo as reflexões acima, é imposto aos trabalhadores. Estas normas instituem o trabalhador como subordinado da empresa, dado que esta o orienta em seu trabalho, definindo-lhe as regras precisas durante a execução das tarefas relativas ao ato de cortar e carregar a cana. Por outro lado, trata-se de um trabalho parcelado, alienado, pois o cortador não participa da organização e desconhece as demais fases do processo produtivo. Além do mais, os níveis de produtividade são conseguidos por meio de maior esforço despendido, sem, contudo haver aumento de salário, já que o preço é pago por tonelada cortada, segundo o método adotado do campeão. Portanto, por detrás da ideologia da valorização do trabalhador, agora transformado em profissional do corte, esconde-se mais uma forma perversa de extração do sobretrabalho, sem custos para as empresas.

No entanto, em razão dos critérios impostos, vários depoimentos demonstram que este montante é muito maior, pois o cálculo da produtividade é feito a partir da transformação do metro em toneladas. Ou seja, a partir de cálculos aleatórios, a paridade é estabelecida em, por exemplo, X metros = X toneladas. Este sistema é chamado “campeão”, que consiste no seguinte: antes do corte, um técnico da usina recolhe três amostras de cana de cada talhão (área plantada). Estas canas são levadas para a usina e pesadas. A partir daí são fixados os valores correspondentes de metros e toneladas, segundo estimativas baseadas nas

amostras colhidas. Entretanto, apesar dos critérios científicos e técnicos terem aperfeiçoado as variedades de cana - cada vez mais visando ao aumento do teor de sacarose -, as canas não possuem o mesmo peso, nem se encontram da mesma forma no momento do corte. Há canas *deitadas, em pé, trançadas*, as quais exigem diferentes esforços dos trabalhadores¹¹.

Em suma, a imposição da média, aliada a estas estratégias adotadas pelas empresas no sentido de *profissionalizar* o cortador de cana, lograram o aumento da produtividade do trabalho, sem, contudo, aumentar o preço da força de trabalho. Este fato é um dos indicadores dos gigantescos lucros auferidos, que podem ser comprovados pelo Grupo Cosan, maior produtor de açúcar e álcool do país, que, no ano de 2006, obteve uma receita líquida de mais de dois bilhões e quatrocentos milhões de reais (Dados acessados a partir do site www.cosan.com.br)

A NR 31

(Norma Regulamentadora de Segurança de Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura)¹².

Esta Norma Regulamentadora tem por objetivo estabelecer preceitos a serem observados na organização e ambiente do trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho (NR 31, p.1). Esta Norma estabelece como principal direito dos trabalhadores, ambientes de trabalho seguros e saudáveis. Disciplina os cuidados relativos ao uso de EPIs, transporte de trabalhadores, dos instrumentos de trabalho, dos

agrotóxicos, das medidas relativas à alimentação nos locais de trabalho, das medidas em caso de acidentes de trabalho, do fornecimento de água, barracas sanitárias, das moradias, enfim dos direitos relacionados ao ambiente de trabalho.

No final do ano de 2005, em razão das denúncias das mortes ocorridas por exaustão, encaminhadas inicialmente ao Ministério Público, realizaram-se as duas primeiras Audiências Públicas na cidade de Ribeirão Preto/SP, chamadas pela Procuradoria Geral da República de São Paulo, Plataforma DHESC - Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais - DHESC Brasil, com apoio institucional do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV/PNUD) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PGR/MPF.

Alguns excertos dos relatórios destas duas audiências atestam o não cumprimento das Regulamentações contidas na NR 31:

Durante a visita ao alojamento de trabalhadores migrantes, dentro da propriedade da Usina Bonfim, foram obtidas as seguintes informações e constatados os seguintes fatos:

Foram encontrados no alojamento os trabalhadores (cerca de 40) que se encontravam de folga no dia 04, segundo o rodízio 5 por 1.

As condições do alojamento se aproximam a de uma prisão. Em cada quarto existem 3 ou 4 camas. Os cômodos não têm janelas e as portas se abrem todas para um corredor interno. A área onde é feita a lavagem dos utensílios de trabalho é a mesma onde se lavam as marmitas e onde se obtém água para consumo individual. A presença de funcionários da empresa, durante todo o tempo em que estivemos no alojamento foi intensa, tentando impedir o acesso livre aos trabalhadores.

A maior parte dos trabalhadores no alojamento era de Minas Gerais. Foram recebidas denúncias de vários trabalhadores presentes no alojamento,

que eles haviam sido aliciados por pessoas ligadas à empresa em suas cidades de origem¹³.

No Relatório da segunda Audiência Pública, presidida pela Dra. Cândida da Costa a situação encontrada é assim descrita:

O turno de trabalho começa diariamente às 05h30 minutos, sem hora prevista para terminar. Durante a jornada de trabalho, os trabalhadores são obrigados a cortar a cana o tempo inteiro, sem direito a pausa para descanso, parando para almoçar e sendo obrigados pelo chefe da turma a retomar o corte imediatamente, ação legalmente proibida, uma vez que a legislação trabalhista vigente determina como intervalo mínimo para almoço, o período de uma hora e máximo de duas, constituindo-se a obrigatoriedade de retomada do trabalho imediatamente pelo trabalhador, numa violação do dispositivo legal em vigor. Chegam a cortar até 600 metros de cana por dia, o que seria equivalente a R\$30,00 diários. A empresa fornece as ferramentas, botas e luvas. As roupas utilizadas no corte da cana são compradas por conta própria, não há o fornecimento de máscaras nem de óculos, o que obriga os trabalhadores a inalar a fuligem da cana queimada, e também a não proteger os olhos do contato com a fuligem e as partículas de cana.

Nas frentes de trabalho do Grupo Cosan não há ambulância nem trabalhador treinado e material de primeiros socorros para ser usado em caso de acidentes ou adoecimento de trabalhadores durante o turno de trabalho. Caso algum trabalhador seja acidentado ou adoça no local de trabalho tem de ser transportado pelo ônibus da Usina para a unidade de saúde mais próxima, entretanto, o município mais próximo do alojamento fica a duas horas de viagem. A inexistência de materiais médicos de primeiros socorros descumpra a determinação do artigo 168, parágrafo 4º. e artigo 169, ambos da Consolidação das Leis Trabalhistas.

a) No alojamento Jibóia, as condições de alojamento são precárias, em cada quarto existem quatro camas, e quatro armários de aço, nos quais os trabalhadores guardam seus pertences, e como o espaço é insuficiente, expõem-nos também no chão, sobre as camas, e suspendendo-os pelas paredes. Cada quarto conta apenas com uma janela pequena, as portas de todos os quartos apontam para uma mesma porta, estreita, que em caso de emergência (incêndio, por exemplo) impossibilitaria a fuga dos trabalhadores, colocando todos em risco. Os banheiros localizados próximos ao quarto não contam com chuveiro, contam apenas com uma pia pequena e um vaso sanitário com descarga, os banhos são realizados em uma área coletiva com vários chuveiros.

b) As refeições são realizadas em um refeitório existente no local, próximo à cozinha, em horário fixo, entretanto, os trabalhadores organizam-se para fazer as refeições sem interferência da administração local. Contam com uma nutricionista que frequenta o local em dias alternados verificando se a dieta alimentar recomendada para os trabalhadores tem sido cumprida corretamente, embora alguns trabalhadores afirmem que a qualidade da comida não seja muito satisfatória. Há uma espécie de lavatório para os copos, onde eles retiram a água da torneira para beber, pois a usina não disponibiliza água filtrada para os trabalhadores;

c) O local onde lavam as roupas e utensílios usados no trabalho fica localizado na parte traseira de cada quarto, um pequeno lavatório composto por uma pia com torneira, em precárias condições de higiene. Próximo a cada lavatório há uma fossa sanitária, algumas com a tampa danificada ou até cobertas com pedras, o que não proporciona o isolamento completo dos dejetos. É próximo a essas fossas sanitárias que se encontram os varais para colocação das roupas lavadas para secar ao sol¹⁴.

No mês de novembro de 2006, 208 trabalhadores do Alojamento São

Lourenço, da Usina Cosan Costa Pinto, em Charqueada, entraram em greve em razão das más condições de trabalho e de moradia. Segundo o relatório da Pastoral do Migrante/Guariba, havia trabalhadores acidentados, com cortes no joelho, sem receber atendimento, sem contar as reclamações acerca da alimentação, muitas vezes, já deteriorada, em função do calor. As condições de moradia eram bastante precárias, havendo fossas exalando mau cheiro e banheiros localizados distantes do alojamento. As consultas médicas eram pagas (R\$ 15,00), sem contar a existência de bar no alojamento, cujos preços das mercadorias eram superiores aos demais locais, o que confirma a velha prática do barracão. Ainda, segundo o relatório, os trabalhadores precisaram cortar cana de 7 ruas e são pagos por metro de cana cortada no valor de R\$ 0,06, sendo que conseguem cortar em média, de 80 a 120 metros. Os que reclamam são ameaçados de sofrerem represálias, ficarem de *gancho*, isto é, impedidos de trabalhar por alguns dias. No dia 03/11/2006, fizeram uma caminhada até a sede da usina. No dia seguinte, no entanto, foram surpreendidos pela presença de policiais armados, que transferiram 40 trabalhadores para outro alojamento, cujo local não foi dito aos que ficaram. Ademais deste ato de violência, praticado pelo poder policial, três deles receberam documentação com mandato de Interdito Proibitório, com prazo de 15 dias para recorrerem. Esta ação ainda se completava com a ameaça de pagamento de multa no valor de R\$ 3.000,00 diários!¹⁵

No mês de fevereiro de 2007, portanto, antes do início da safra, novas fiscalizações nos canaviais durante a fase do plantio, realizadas pelos Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) detectaram os seguintes fatos:

O Ministério Público do Trabalho (MPT), em conjunto com o Grupo

Móvel de Fiscalização Rural do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em São Paulo, iniciou no dia 12 de fevereiro uma nova série de ações de fiscalização para combater irregularidades trabalhistas nas lavouras de cana-de-açúcar no interior paulista.

Os Procuradores José Fernando Ruiz Maturana e Luis Henrique Rafael, do Ofício de Bauru da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, acompanharam os auditores fiscais do MTE e constataram irregularidades no plantio de cana em várias lavouras da região. O principal problema encontrado foi a terceirização (e quarteirização) fraudulenta de mão-de-obra, considerada pelo MPT a maior causa da precarização nas relações do trabalho, além de irregularidades no meio ambiente de trabalho (falta de reposição de Equipamentos de Proteção individual – EPIs – excesso de jornada, não cumprimento de pausas para descanso, sanitários inadequados, falta de abrigos para as refeições, falta de exame médico admissional, transporte irregular e alojamentos precários), e nos contratos de trabalho e forma de pagamento.

Existem aproximadamente 148 procedimentos ativos na PRT 15ª envolvendo usinas de cana-de-açúcar. As diligências em 2006, realizadas de maio a dezembro, percorreram lavouras de todo o Interior de São Paulo. Mais de 140 empresas foram fiscalizadas e autuadas, entre elas, 71 usinas de cana localizadas em 11 regiões – Piracicaba, Ribeirão Preto, Franca, São José do Rio Preto, Araçatuba, Araraquara, Bauru, Presidente Prudente, São Carlos, Campinas e Barretos. Todas as empresas fiscalizadas apresentaram irregularidades. Foram firmados 36 Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), entre meio ambiente de trabalho, aliciamento, terceirização, contrato de trabalho e norma coletiva.

Dezenas de ações civis públicas foram ajuizadas, e quatro conseguiram liminares. A fiscalização nos canaviais

totalizou mais de 600 autos de infração lavrados pelos auditores fiscais do MTE.

Este ano as fiscalizações foram antecipadas para permitir uma melhor cobertura de todas as atividades do setor canavieiro, desde o plantio, transporte e alojamentos de migrantes que estão chegando para a safra de 2007, até o final da safra, no final do ano¹⁶.

Estes fatos demonstram dois aspectos importantes para nossas reflexões: o descumprimento da NR 31 e a não efetividade dos preceitos de valorização do trabalhador contidos no Programa Cana Limpa, que prevê várias recomendações de saúde, educação e meio ambiente, tais como água potável, transportada em galões térmicos, marmitas térmicas para evitar que a alimentação se deteriore em razão do calor, cuidados com os primeiros socorros, em caso de acidentes de trabalho, além de orientações sobre o uso de barracas sanitárias e ainda a preservação do meio ambiente, por meio do respeito às áreas de preservação permanente (APPs). Outro dado importante a reter é que qualquer manifestação coletiva não é interpretada como direito dos trabalhadores, mas, ao contrário, é passível de violência policial e ameaças judiciais, o que configura o caráter despótico da empresa, considerada a maior do setor sucroalcooleiro do país.

Durante todo o ano de 2006, foram veiculadas pela imprensa e também pela mídia televisiva, inúmeras notícias referentes às condições precárias dos alojamentos de trabalhadores migrantes nas cidades e nas áreas de cana, ao desrespeito à NR 31, às queimadas de cana e seus efeitos nocivos às populações urbanas e rurais e também às fiscalizações desempenhadas pelo MPT e MP.¹⁷

Considerações finais

O estado de São Paulo é o principal produtor de açúcar e álcool do país, concentrando as maiores empresas que empregam tecnologias avançadas, graças ao desenvolvimento científico (biotecnologia e bioquímica) relacionado à descoberta de novas variedades de cana, ao aproveitamento do bagaço de cana para a produção de etanol¹⁸ e avanços na produção de máquinas utilizadas em diversas fases da colheita. Graças a isso, o país tem chamado a atenção de grandes empresas nacionais e internacionais que investem somas gigantescas na compra ou na instalação de novas usinas em várias regiões do país, além de muitos governantes estrangeiros interessados em parcerias para ampliação da produção do etanol, visto neste momento como uma das alternativas para a solução energética mundial¹⁹.

No entanto, estes avanços não são acompanhados de melhoria das condições dos trabalhadores. Muito ao contrário. Podemos estabelecer uma relação entre, de um lado, o avanço científico, tecnológico, lucros exponenciais e, de outro, o rebaixamento do preço da força de trabalho, o aumento da precariedade das condições de trabalho e de moradia, dos níveis de intensificação da exploração e do aviltamento dos direitos trabalhistas e humanos.

Nossa análise não interpreta esta realidade como paradoxo, mas como necessária aos níveis de acumulação mundializada. Cada vez mais, assistimos ao desmonte do poder de resistência dos trabalhadores em várias partes do mundo, sem contar o retrocesso dos direitos sociais, trabalhistas e humanos. O etanol produzido no Brasil possui os menores custos e, portanto, é um produto que possui um grande poder de concorrência nos mercados mundiais (US\$ 0,33 o litro de álcool, enquanto nos EUA, o litro de etanol, advindo do milho, custa US\$ 0,43).

No entanto, este processo não é linear

As contradições cada vez mais se acirram não somente em razão da situação dos trabalhadores como também em razão de outras questões universais que englobam vários setores da sociedade, além da classe dos trabalhadores. Na realidade, hoje assistimos ao alargamento do campo das contradições, do qual participam os defensores dos direitos humanos (sociedade civil e MP) e do meio ambiente. Portanto, acreditamos que a universalização da produção capitalista e dos métodos de exploração e exclusão corresponde à emergência da participação de outros sujeitos sociais em lutas que, até então, eram circunscritas a determinadas particularidades históricas. Desta sorte as ações do MP, do MPT, alguns Jornais e TVs, pesquisadores, estudantes de universidades e ONGs (algumas delas com vinculação internacional) nas lutas envolvendo a exploração dos trabalhadores rurais se constituem como um fato novo deste processo, pondo em relevo não somente o descumprimento da legislação trabalhista como também a negação dos direitos humanos universais²⁰.

Neste embate, estes sujeitos não só se fazem presentes, como também possuem poderes, embora diferenciados, capazes de redirecionar os antagonismos, por meio de pressões em torno da obediência às normas legais, impondo, portanto limites à voracidade destes capitais e exigindo do Estado a regulação das relações de trabalho, indo de encontro à desregulação e flexibilização impostas pelo capitalismo mundializado. No entanto, as ações de outros órgãos do estado, tais como os Ministérios de Minas e Energia, da Agricultura, além de bancos estatais, do poder executivo e dos *lobbies* de inúmeros parlamentares correspondem cada vez mais aos interesses das grandes empresas nacionais e estrangeiras.

Diante deste cenário, nos resta acreditar na utopia redentora de W. Benjamin, que consiste em desmistificar

a história vista como progresso, representado como uma tempestade, por meio de um olhar marcado por uma dor profunda e inconsolável, mas também por uma profunda revolta moral (Löwy, 2005, p. 90 e ss).

*** Maria Aparecida de Moraes Silva é Professora livre-docente da UNESP; Colaboradora do PPG/Geografia/UNESP/PP e do PPG/Sociologia/UFScar. Pesquisadora do CNPq.**

NOTAS

1 - Em 2006, 3,4% dos capitais investidos em usinas eram estrangeiros. Em 2007, espera-se que estes valores subam para 5,0%. Em 10 anos, seriam 50,0%, segundo as palavras do usineiro Maurílio Biaggi Filho. Os maiores exportadores de álcool são: Coimex, Crystalsev, Copersucar, Cosan e Petrobrás. Em 4 anos, serão investidos US\$ 2,5 bilhões na produção de álcool e 77 usinas serão construídas até 2012. Suplemento Agrícola do Estado de São Paulo, 21 de fevereiro de 2007. No ano de 2006, houve a compra de 63% da Usina Cevasa no município de Patrocínio Paulista pelo grupo norte-americano Cargil, e neste ano de 2007, a Louis Dreyfus Commodities Bionergia, subsidiária brasileira do grupo francês Louis Dreyfus comprou 4 usinas do Grupo pernambucano Tavares de Melo, em Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rio Grande do Norte (folha de S. Paulo, 16 de fevereiro de 2007, B 9).

2 - Adota-se aqui a pressuposição, segundo a qual, a ideologia é um conjunto de idéias que mascaram a realidade, dado que é somente por intermédio deste velamento que os interesses da classe dominante possam se tornar dominantes sobre o conjunto da sociedade. Portanto, há uma verdadeira inversão dos valores particulares da classe dominante, transformados em interesses universais.

3 - K. Marx refere-se a este processo em várias passagens de sua obra, tais como, em *Os Manuscritos econômico-filosóficos* e no capítulo sobre a Mercadoria, em *O capital*.

4 - A idéia de processo envolve as mudanças, as contradições, os conflitos durante um tempo determinado.

5 - Este momento de transição da sociedade rural para a urbana, da transformação do campesinato em operariado, no caso inglês, foi marcado por um intenso processo de disciplina e controle. Na França, tais transformações ocorreram mais tarde, no final do século XIX. Em ambas as realidades históricas, a educação foi proposta para propiciar a integração social, evitando os conflitos e o acirramento das contradições sociais.

6 - Historicamente, este fato foi estudado por Marx, ao se referir à aprovação de leis que disciplinavam as relações de trabalho pelo Parlamento, baseado nos relatórios das fábricas inglesas, onde a jornada de trabalho, às vezes, ultrapassava 18 horas, levando à morte por exaustão, muitos operários, homens, mulheres e crianças. No Brasil, as primeiras lutas pela imposição dos limites da exploração da força de trabalho, ocorreram no início do século XX não somente nas cidades, sobretudo São Paulo, como também nas fazendas de café (Beiguelman, 1981).

7 - Em 2006, o SM era de R\$ 350,00.

8 - Muitas dessas práticas de resistências foram relatadas por vários trabalhadores na década de 1990 durante minhas pesquisas. Ver a respeito, SILVA (1999).

9 - Até o final da década de 1980, havia muitas mulheres empregadas no corte da cana, situação hoje praticamente inexistente. Muitas delas cortavam cana em conjunto, ou seja, por meio do *baião-de-dois*, a fim de aumentar a produtividade do trabalho e também como forma de amenizar as agruras do ambiente de trabalho, já que durante a jornada desenvolviam uma sociabilidade, capaz de diminuir as agruras do ambiente de trabalho. Ver a respeito, Silva (1999).

10 - Informações retiradas do site www.Jornalcana.com.

11 - Para evitar o roubo no momento da pesagem, o Sindicato de Trabalhadores rurais de Cosmópolis desenvolveu o método da *quadra fechada*, cuja descrição é a seguinte. De posse dos *cadernos de metragem*, obrigatoriamente oferecidos pela usina, tem-se o

controle sobre o *eito igualado*, isto é, de todo o eito, e não apenas de algumas partes, segundo o processo de amostragem descrito anteriormente. Ademais, foi desenvolvido um software para computador - colocado na usina - capaz de controlar o peso da cana proveniente de todos as quadras (talhões), sob a fiscalização do sindicato. Segundo a sindicalista, os cálculos, advindos deste método, apontam para cifras muito superiores daquelas oferecidas pela usina. Em alguns casos, a partir de seus exemplos, 12 toneladas (segundo o *campeão*), na realidade, correspondem a 20, 25 ou até 30 toneladas (segundo a *quadra fechada*)! Em suma, além do sobre-valor captado pela relação de trabalho que fixa em R\$ 2,20 a tonelada cortada, há o roubo no momento da pesagem da cana na usina.

12 - NR 31- Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, nº 86 de 03/03/2005.

13 - Relatoria Nacional para o Direito Humano à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural. Relatório Preliminar, de visita para investigação das possíveis causas de morte de cortadores de cana de açúcar, no Estado de São Paulo, por possível sobrecarga de trabalho e alimentação insuficiente, segundo denúncia da Pastoral do Migrante de Guariba/SP, 4 de outubro de 2005, p. 5.

14 - Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho. Relatório da Missão realizada no período de 24 a 27 de outubro de 2005 na região de Ribeirão Preto/SP para a apuração de violações de Direitos Humanos de trabalhadores (as) canaveiros (as), 2005, p. 6-22.

15 - Relatório da Pastoral do Migrante ao Alojamento de São Lourenço, no dia 5/11/06. Notícia divulgada pelo *O Imparcial*, 10/11/06, p. 7.

16 - Primeira Página, São Carlos, 18 de fevereiro de 2007, p. A 6.

17 - Eis alguns títulos de reportagens que apontavam irregularidades resultantes da produção canaveira:

- Força-tarefa autua usina na região. Folha de S. Paulo, Ribeirão, 26/10/05 C3.
- Queimadas crescem pelo 4º ano consecutivo. Folha de S. Paulo, Ribeirão, 11/04/06, C 3.
- Força-tarefa desmonta alojamento de trabalhadores rurais. Jornal Primeira Página, São Carlos, 08/04/06, B3.

- Subdelegacia vai montar cerco às usinas e fazendas. *Jornal Primeira Página*, São Carlos, 15/03/06, B 1.
- Morro Agudo interdita 38 casas por falta de estrutura. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 04/04, 2006, C 6.
- Usinas buscam responsabilidade social. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 04/04/2006, C 7.
- Blitz multa moradias de migrantes em Pontal. *Folha de SP*, 16/03/2006, C 1.
- Quatro usinas da região são processadas. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 24/05/2006, C 5.
- Polícia investiga 11ª. Morte de bóia-fria. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 19/10/05, C 1.
- Fiscalização em usinas aponta irregularidades. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 26/10/2006, C4.
- Usina afirma que morte de bóia-fria não se deve a condições de trabalho. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 20/10/05, C 3.
- Ministério do Trabalho pára corte de cana por falta de proteção. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 07/06/2006, C4.
- 4Blitze vê bóias-fria dormindo no chão, em bar e com fome. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 30/05/2006, C 3.
- Usinas terão que dar casas para trabalhadores. *Jornal 1ª Página, São Carlos*, 20/06/2006, B 3.
- Morre jovem que teve corpo queimado em usina (controle do fogo em canavial). *Folha de SP, Ribeirão*, 05/06/2006, c 1.
- Laudo vê "causa desconhecida" em morte de trabalhador. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 07/07/2006, C 3.
- Pastoral divulga relatório sobre situação de cortadores de cana da usina Costa Pinto. *O Imparcial, Araraquara*, 10/11/2006, p.7.
- Bóias-frias são encontrados em condições sub-humanas na região de Bauru. *O Imparcial, Araraquara*, 14/09/2006, p. 6.
- Pardo vira "rio fantasma" após o desastre (atingido por vazamento de melaço de cana). *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 19/10/2003, C 1.
- Bóia-fria morreu após cortar 25 toneladas de cana. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 27/10/2005, C 4.
- Força-tarefa vê possível intoxicação de trabalhador. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 23/10/2005, C 14.
- Força-tarefa apura terceirização em usina. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 6/10/2005, C 7.
- Blitz em Ribeirão vê aliciamento de bóia-fria. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 05/10/2005, B10.

- Tecnologia faz trabalhador trabalhar mais. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 18/09/2005, B 6.
- Mortes de bóias-frias serão investigadas. *Folha de S. Paulo, Dinheiro*, 28/09/2005, B 9.
- ONU apura mortes de trabalhadores na região. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 13/09/2005, C 1.
- CETESB vê excesso de poluente na região. Média de registro de ozônio acima da superfície nos últimos 3 anos em 18 cidades está acima do tolerado. *Folha de SP, Ribeirão*, 8/11/2006, C 1.
- Usina Cosan nega a pagar piso salarial e greve continua (região de Andradina). *O Imparcial, Araraquara*, 16/09/2006, p. 6.
- Estado vê caos em moradia de bóias-frias. Balanço da Vigilância Sanitária aponta que, dos 229 locais vistoriados, 100% deles estavam irregulares. *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 14/04/2006, C 1.
- Lavouras têm fiscalização antecipada em 2007 (fase do plantio). *Primeira Página, São Carlos*, 18/02/2007, A 1 e A 6.
- Usina veta cesta básica a cortador "fraco". *Folha de S. Paulo, Ribeirão*, 05/10/2005, C 1.
- Usinas paulistas são processadas por irregularidade no trato de bóias-frias. *Folha de SP, Ribeirão*, 28/05/2006, B 12.
- MPT formaliza 36 TACs com usinas na região em 2006. *Primeira Página, São Carlos*, 17/12/2006, A 7.

18 - Este avanço científico deve-se à cooperação entre estado e empresas, tais como, Embrapa, IEA (Instituto Agrônômico de Campinas), CTC (Centro Tecnológico Canavieiro), Fapesp e Copersucar. Sobre o aproveitamento do bagaço da cana para a produção do etanol, confira reportagem publicada na *Folha de S. Paulo, Ciência*, 12/02/2007, p.A10.

19 - Está programada para o dia 9/03/07, a vinda do presidente dos EUA ao Brasil, com o intuito de discutir as parcerias de produção do etanol entre os dois países. O objetivo é a instalação de usinas pertencentes a empresas norte-americanas, a fim de garantir o fornecimento necessário de etanol à demanda daquele país.

20 - Durante os últimos anos, dezenas de processos trabalhistas foram movidos por trabalhadores rurais, individual e coletivamente, visando ao cumprimento da legislação. No município de Capivari, 50 trabalhadores migrantes entraram com uma ação

contra o Grupo Cosan, tendo em vista a ameaça sofrida no ambiente de trabalho por feitor que impunha a média de 12 toneladas diárias. Segundo os autos do processo, os trabalhadores foram ameaçados de morte pelo feitor, fato interpretado pelo juiz como situação de trabalho escravo. Este processo acha-se ainda em fase de tramitação no Fórum daquela cidade.

REFERÊNCIAS

- BEIGUELMAN, P.
(1981) *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Gobl.
- BIONDI, A.
(1999) *O Brasil privatizado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- BOBBIO, N.
(1992) *A era dos direitos*. 12ª tiragem, Rio de Janeiro: Campus.
- CHAUÍ, M.
(1989) *Cultura e democracia*. 4ª edição, São Paulo: Cortez.
- COVRE, M. L. M. (Org.)
(1986) *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense.
- COVRE, M. L. M.
(1999) *O que é cidadania*. Coleção Primeiros passos, 8ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense.
- LÖWY, M.
(2005) *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo.
- MARTINEZ, P.
(1996) *Direitos de cidadania. Um lugar ao sol*. São Paulo: Scipione.
- MBYATA, E-R.
(1997) Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. *Estudos Avançados*, USP, nº 30, p. 17-41.
- PATENAM, C.
(1993) *O Contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- SANTOS, M.
(1993) *O espaço do cidadão*. 2ª edição, São Paulo: Nobel.
- SENAR.
(2004) Programa "Cana Limpa". (Versão preliminar). São Paulo.
- SILVA, M. A. M.
(1999) *Os errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp.

A MIGRAÇÃO E O TRABALHADOR MIGRANTE NAS PÁGINAS DO BOLETIM *CÁ e LÁ*

Sérgio Daniel Nasser *

A década de 1980 é um momento importante para problematizar a questão da migração temporária e permanente para a região de Ribeirão Preto. A chegada de vários trabalhadores de diversas regiões do país no local suscitou discussões sobre as transformações do espaço e sobre o direito de pertencimento na região¹.

Nesse processo, o surgimento da Pastoral do Migrante de Guariba, no início dos anos 1980, e a proliferação dos centros de triagens em Ribeirão Preto e Franca, em 1989, apontam o conflito e as variadas concepções sobre como o espaço da região deveria se transformar e quais sujeitos deveriam ocupá-lo.

No artigo centro as atenções na análise do boletim *Cá e Lá*, a fim de perceber as construções sobre a questão da migração e sobre a imagem do migrante no periódico.

O BOLETIM

O boletim periódico *Cá e Lá* foi uma publicação resultante do contato entre as dioceses de Araçuaí, em Minas Gerais, e Jaboticabal², em São Paulo, e do contato com os trabalhadores migrantes. Produzido pela Pastoral do Migrante de Guariba - PMG, originou-se em 1986 e circula ainda hoje, sendo concebido com o intuito de manter o

diálogo entre pastorais e trabalhadores.

Os primeiros exemplares do boletim possuíam uma separação bem definida pela origem das notícias, cerca de três quartos do espaço eram ocupados por notícias oriundas da cidade de Dobrada, São Paulo, e o espaço restante por notícias do norte de Minas Gerais e do sul da Bahia, oriundas da diocese de Araçuaí. Os exemplares posteriores passaram a ser construídos com informações mais interligadas, ocultando as diferentes origens das notícias e construindo textos mais identificados por temáticas específicas do que pelo local de sua produção.

Em julho de 1987, o boletim adotou na primeira página a publicação de cartas de trabalhadores migrantes, de pessoas que permaneciam nas comunidades de origem dos trabalhadores e de agentes pastorais. Essas cartas eram escritas e enviadas à Pastoral do Migrante de Guariba para serem publicadas no boletim, e na maioria das vezes eram respostas a pedidos dos membros da Pastoral para que os trabalhadores relatassem suas experiências. Os conteúdos, geralmente, eram denúncias de descumprimento aos direitos trabalhistas por parte dos empregadores na região de Ribeirão Preto, baixos salários, comida ruim, vigilância armada nos alojamentos, pressão de supervisores e ameaças de demissão.

Nos primeiros anos, foram publicados seis boletins anuais com duas

páginas em cada edição, sendo que a partir de 1989 até o final dos anos 1990 foram publicados entre oito e nove boletins anuais. No ano de 1998 o boletim passou a conter quatro páginas, e no início dos anos 2000 o número de publicações diminuiu, chegando a um boletim por ano, em virtude da escassez de verbas.

A tiragem do *Cá e Lá* foi de dois mil exemplares no primeiro ano de circulação. Em 1989 atingiu cinco mil exemplares e em 1995 chegou a sete mil. Nos últimos anos o número de exemplares reduziu-se para a tiragem de três mil.

O periódico era distribuído nas regiões de origem dos trabalhadores migrantes, enviados aos dirigentes³, sindicatos e paróquias que repassavam para a comunidade, e nas cidades da região de Ribeirão Preto, principalmente nos alojamentos das usinas.

CONCEPÇÕES

As páginas do *Cá e Lá* traziam informações sobre greves, acordos salariais, relação com os sindicatos e reivindicações acerca das condições de trabalho na safra de cana-de-açúcar. Além disso, continham comentários sobre encontros realizados por pastorais com trabalhadores migrantes, análise da conjuntura nacional e do processo migratório, orientação sobre a questão religiosa na vida do trabalhador, entre outros assuntos.

Na análise de Irmã Inês Facioli, missionária escalabriniana que trabalha com a questão da migração para a região desde o início dos anos 1980, sendo atualmente responsável pela publicação do *Cá e Lá*, o intuito do boletim seria principalmente o de denunciar condições adversas de trabalho do migrante na região. Para Irmã Inês, uma das formas de atuação da Pastoral do Migrante na questão da exploração exercida por empregadores sobre os trabalhadores migrantes era a denúncia pública:

E essa maneira de tornar público era através do boletim Cá e Lá, tá, esse boletim Cá e Lá era distribuído mensalmente nos alojamentos e nesse boletim a gente colocava as cartas que os migrantes escreviam, alguns depoimentos, essas denúncias, então a situação se tornava pública tá, e esse mesmo boletim que era distribuído nos alojamentos era mandado também pra Minas e pra Bahia, pras regiões de onde eles vinham. (Irmã Inês Facioli. Entrevista: 11/10/2006.)

Irmã Inês é muito enfática ao atribuir enorme importância ao periódico, quando diz que na década de 1980 *não se tinha notícias nos meios de comunicação sobre a questão das migrações* e por isso o migrante era visto de maneira distorcida, relacionado à figura do andarilho, concluindo que *à medida que se discute e também acho que esse boletim Cá e Lá né, criou muita consciência na região sobre essa questão da mobilidade humana.* (Irmã Inês Facioli. Entrevista: 11/10/2006.)

A proposta de organização coletiva em oposição à luta individual perpassou as décadas de 1980 e 1990 nas páginas do *Cá e Lá*, com ênfase na união dos trabalhadores como forma de superar os problemas encontrados: *É unidos e organizados que poderemos eliminar as feridas que machucam tantas famílias de migrantes.* (Boletim *Cá e Lá*, dezembro de 1986, p. 01.)

A opção individual é representada pelo ato de migrar, considerado um viés

particular do sujeito para superar os problemas vivenciados. A opção coletiva é representada pela organização dos trabalhadores nas próprias comunidades, considerada nas páginas do boletim como exemplo de alternativa bem sucedida a se seguir:

...há muitas tentativas de pequenos projetos comunitários como forma de resistência: tendas de farinha, mutirões na roça, artesanato, legalização dos títulos de terra, hortas comunitárias, mobilizações pela Reforma Agrária, associações de saúde, creches... (Boletim *Cá e Lá*. Ano 02, nº 7, abril de 1987, p. 02.)

Percebe-se grande preocupação do boletim em manter o contato entre aqueles que migraram e aqueles que ficaram. A proposta de organização no próprio local de origem significava a manutenção dos laços sociais e afetivos criados em cada comunidade. Esses laços seriam desestruturados com a saída de trabalhadores e de famílias inteiras para outras regiões do país, enfraquecendo o poder de resistir daqueles que permanecem nas comunidades:

A organização no local de origem representa a única "saída" para os trabalhadores que migram forçadamente. A luta pela melhoria das condições de trabalho "lá" pode representar a luta pela própria sobrevivência. (Boletim *Cá e Lá*, junho de 1991, p. 02.)

Nos textos que compõem o periódico, a relação organização/conscientização permeará parte considerável dos argumentos utilizados. No editorial do primeiro boletim, lançado em abril de 1986, este é apresentado com o objetivo de prestar serviços *principalmente de informações aos migrantes.* (Boletim *Cá e Lá*, abril de 1986, p. 01.)

O interesse em tornar pública a situação vivenciada e denunciada pelos trabalhadores migrantes revela um cenário de disputa na região de Ribeirão Preto, na qual o boletim *Cá e Lá* dialoga

com a grande imprensa, procurando construir uma imagem diferente desses sujeitos em relação àquelas veiculadas pelos grandes meios de comunicação.

CONFLITOS NA REGIÃO

A produção do boletim *Cá e Lá* suscitou tensões, provavelmente advindas de grupos sociais que não reconheciam os direitos do trabalhador migrante na região, atacando muitas vezes, além do próprio migrante, outros setores que se posicionavam favoravelmente ao mesmo, como, por exemplo, determinados sindicatos e setores da Igreja.

Padre Garcia, integrante da Pastoral do Migrante de Guariba, relata que houve forte resistência de parte da sociedade quando os membros da Pastoral intensificaram na década de 1980 a discussão sobre a presença do migrante na região: *nós mesmos encontramos essa resistência, nós mesmos de alguma maneira por muitas pessoas fomos também rejeitados pelo fato de sermos defensores.* (Pe. Antônio Garcia Peres. Entrevista: 11/10/2006.)

Os conflitos de interesses e as disputas em torno da presença dos trabalhadores migrantes na região passaram a ser mais evidenciados nas páginas do periódico no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, quando se adota a postura de tecer críticas mais diretas nos editoriais. (Boletim *Cá e Lá*, julho de 1991, p. 01.)

Além de criticar a postura dos grandes meios de comunicação da região de Ribeirão Preto por criminalizarem o migrante, os editoriais criticavam também as políticas públicas que visavam a reprimir sua chegada e permanência nas cidades da região.

Outra visão criticada é aquela de grupos sociais que constroem a imagem da região como local de riquezas e ausência de conflitos sociais e desigualdades, portanto, como modelo a ser seguido:

Enquanto assistimos os meios de comunicação proclamarem com imponência e ostentação, que a região de Ribeirão Preto, compreendendo 86 cidades do interior paulista, com uma renda per capita de 50 mil por mês, considerada a 'Califórnia Brasileira', vemos ao lado disso retrocessos nos direitos já conquistados pelos trabalhadores, por exemplo a volta das 7 ruas; bem como o não cumprimento de algumas leis constitucionais...(Boletim Cá e Lá, outubro de 1990, p. 01.)

O editorial acima se insere numa complexa disputa entre concepções sobre a região de Ribeirão Preto. Ele diverge dos diversos meios de comunicação que no mesmo período retratavam Ribeirão Preto como sendo a *Califórnia Brasileira*. Esse tipo de olhar sobre Ribeirão Preto não foi restrito à imprensa regional, adquirindo aspecto de propaganda nacional em grandes meios de comunicação. (Revista Manchete, 8 de julho de 1989, p. 69.)

A construção da imagem de um local imune à crise foi muito forte no final da década de 1980 e ainda hoje aparece ressaltada em muitos olhares que a grande imprensa nacional constrói sobre a região de Ribeirão Preto, principalmente quando noticia os números do agronegócio.

A idéia de uma *Califórnia Brasileira* foi contestada nas páginas do boletim *Cá e Lá*, pois apresentava a concepção de uma região supostamente sem conflitos sociais, beneficiada por um conjunto de relações sociais em que os interesses de todos eram atendidos. A contestação foi construída com o intuito de explicitar que nem todos se beneficiavam daquele modelo de desenvolvimento, criticado repetidas vezes nas décadas de 1980 e 1990 nas páginas do boletim.

A RECEPÇÃO

Muitas cartas de trabalhadores enviadas à PMG contêm diálogos sobre

a distribuição e circulação do boletim:

Recebi os segundos folhetos também e todos foram distribuídos entre os companheiros aqui, e peço a vocês que continue me escrevendo pois fico muito feliz, e peço desculpas por não ter escrito ainda.(Carta de Domingos Moreira Souza, 17/10/1989. Arquivo da PMG)

Pelas várias cartas comentando o recebimento do *Cá e Lá* e pela distribuição feita por sindicatos, pastorais e dirigentes de comunidades para suas áreas de influência pode-se deduzir que este foi um instrumento de circulação e discussão de idéias sobre questões relacionadas ao processo migratório.

A recepção do boletim provavelmente era muito ampla, devido ao alcance de um público extremamente diversificado e abrangente em termos econômicos, sociais e culturais. Além de ser destinado a regiões completamente diferentes, o público também não se restringia aos trabalhadores rurais migrantes, já que agentes pastorais, sindicalistas, trabalhadores urbanos e outros poderiam ter acesso ao periódico. Assim, as leituras sobre o conteúdo variavam muito.

Em carta enviada da cidade de André Fernandes, Minas Gerais, por Claudeci Pereira Lima, trabalhador que em 1988 se tornaria presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, observa-se uma das interpretações sobre o boletim:

Mais o pessoal não está acreditando no Cá e Lá, e está indo para as grandes cidades. Este Cá e Lá trouxe um jeito de evitar a migração um abraço da comunidade de Porteira Nova. (Carta de Claudeci Pereira Lima, 29/11/1987. Arquivo da PMG.)

A leitura acima aponta uma das possibilidades de interpretação do periódico, apresentando-o como uma tentativa de frear a migração devido ao ataque às condições de trabalho encontradas no estado de São Paulo. A preocupação com tal leitura rendeu uma

carta em resposta do Padre Antenor, membro da Pastoral do Migrante de Guariba, para Claudeci:

Recebemos sua carta e sentimos a sua preocupação em relação a tantas pessoas que migram também em sua comunidade. Através do Cá e Lá não pretendemos dizer se é para sair ou não. É hora que toda essa grande massa que migra perceba que o problema já não pode ser resolvido individualmente. Por isso insistimos que o povo busque organizadamente tentar resistir e encontrar formas para permanecer na sua própria terra...exigindo se for necessário terra e meios pra viver com sua família. Na terra se as condições realmente não permitirem que se saia mas com algumas garantias para não ser mais um jogado nesse mundo de Deus. (Carta de Padre Antenor Dalla Vecchia, 08/01/1988. Arquivo da PMG)

Com o intuito de esclarecer a proposta de organização dos trabalhadores, a carta de Padre Antenor faz ressalvas para o boletim não ser lido como contrário à presença dos migrantes na região, postura que poderia assemelhar-se à de outros setores da sociedade que no mesmo período atribuíam a tais sujeitos a responsabilidade por muitos problemas sociais do local.

Devido às múltiplas possibilidades de leitura dos textos do boletim, convém notar o possível conflito de interesses entre o posicionamento defendido pelo *Cá e Lá* e a vontade atrelada à necessidade que os trabalhadores de cada local possuíam de migrar, principalmente para a safra de cana-de-açúcar. Ao apontar a migração como opressão para os trabalhadores, o *Cá e Lá* sugeria a permanência e a organização no próprio local de origem.

Em alguns editoriais há avaliações sobre o trabalho realizado, as quais culminam no otimismo em relação à eficácia da comunicação estabelecida via boletim com os trabalhadores migrantes:

Companheiro, está chegando até você o quarto número do "Cá e Lá", pelo que estamos percebendo Ele está mexendo com a vida dos trabalhadores. Ele está sendo motivo de bate-papo e discussão a respeito da situação em que vivem os trabalhadores. (Boletim Cá e Lá, julho/agosto de 1986, p. 01.)

No primeiro ano de circulação, o trabalho realizado no periódico é apresentado com entusiasmo por contribuir com a discussão coletiva. No ano seguinte, a análise é reiterada e sugere-se grande aceitação por parte dos leitores em um editorial que comenta as cartas recebidas naquele período:

Parece-nos que desta forma os migrantes e suas comunidades vão assumindo este jornalzinho como seu órgão de comunicação. Assim vão acompanhando mais de perto as dificuldades encontradas e, como "povo disperso", busca comunitariamente saídas para seus dramas..." (Boletim Cá e Lá, julho de 1987, p. 01.)

CONSTRUÇÕES SOBRE O TRABALHADOR MIGRANTE

Os conflitos de interesses acima relatados permitem pensar na complexidade das relações sociais estabelecidas na região de Ribeirão Preto e permitem analisar como o trabalhador migrante foi retratado por esse boletim que se colocava como defensor de seus interesses.

A construção da imagem do migrante no periódico *Cá e Lá* difere, evidentemente, da imagem desse mesmo sujeito formulada nas páginas dos grandes meios de comunicação, em específico nas páginas do jornal *A Cidade*, a qual tendia a criminalizar a presença de tais sujeitos na região. Entretanto, isto não quer dizer que ela tenha sido homogênea e simplista, pelo contrário, foram elaboradas diversas

abordagens sobre o migrante, principalmente nos editoriais, situados na parte superior da primeira página do boletim e elaborados em forma de textos curtos e destacados do restante das reportagens.

O primeiro grande conjunto de abordagens sobre o trabalhador migrante destaca a construção de um povo sofredor, evidenciado no seguinte trecho:

Migrante é que nem folha seca, que o vento leva para onde quer...; Migrante é que nem pomba, aonde vai tem um caçador na mira; Migrante é uma máquina que os poderosos usam para aumentar suas riquezas...; Migrante é que nem passarinho: voa de galho em galho e nunca encontra sossego, só que o passarinho canta e o migrante chora. (Boletim Cá e Lá, junho de 1991, p. 02.)

A formulação acima de um povo respectivamente caçado/explorado/triste seria comum nos boletins em todo período analisado, adquirindo outros adjetivos como *povo necessitado*, *maltratado*, *subornado*, *enganado*, *traído*, *oprimido*, *ferido*, que convive com *dramas*, vítima da *falta de programa sério que venha assegurar uma vida digna*.

Nessa primeira formulação, algumas reflexões estabeleceram paralelos entre a experiência vivenciada pelos trabalhadores migrantes com outras experiências históricas de sofrimento e exploração de um povo. Em editorial de maio de 1988, há uma dessas construções que comparam os *migrantes negros (escravos) trazidos da África* com os trabalhadores migrantes da região de Ribeirão Preto, ambos como contribuintes do país com o próprio trabalho, mas *sem muito futuro para si e para os seus*. (Boletim Cá e Lá, maio de 1988, p. 01.)

A construção da imagem de um povo sofredor e explorado parece uma forma de justificar a escolha do trabalho da Pastoral do Migrante junto a esse

conjunto da população e de justificar também as cobranças direcionadas a autoridades municipais e a outros setores da sociedade para que formulem projetos para a solução dos problemas enfrentados por aqueles que migram.

No trecho destacado, analisa-se a consequência imediata da migração, formulada na comparação da experiência do migrante com o *passarinho*, que em outros textos se transforma na figura mais específica da *andorinha* para caracterizar um povo que não se fixa em um lugar determinado.

A imagem do passarinho possui uma relação direta com a formulação da idéia de um povo disperso. Em uma das construções, destaca-se o caráter de incentivar a organização dos trabalhadores, que pode ser observado quando diz que Moisés foi mandado por Deus para unir um povo que era escravizado no Egito por viver disperso, concluindo que:

Pois bem, hoje o povo migrante está sendo obrigado pelo sistema que vivemos, a se dispersar, a não ter um rosto, a ficar dividido, a perder suas raízes... Isso tudo para estar à disposição do sistema que o empurra de cá pra lá, num vaivém contínuo. (Boletim Cá e Lá, julho de 1987, p. 02)

É comum no boletim o argumento que entrelaça aspectos bíblicos e históricos com as experiências dos migrantes, com intuito de refletir concomitantemente sobre as questões religiosas e mundanas.

No trecho acima, é importante notar que a vida dispersa do trabalhador migrante é lida como responsável direta pela perda das próprias *raízes*, ou seja, a perda das referências. Em uma construção mais extremada sobre o mesmo assunto chega-se a afirmar que *muitas vezes vivem como estrangeiro no próprio país*. (Boletim Cá e Lá, setembro de 1993, p. 01.)

A noção de que o povo migrante é disperso e sem identidade, pelo fato de a migração causar o *desenraizamento do*

povo, aparece nas páginas do documento *Igreja e Problemas da Terra*, de 1980, produzindo na 18ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no qual se procurou delimitar as frentes de ação da Igreja Católica.

Num pólo oposto à construção *povo sofredor e povo disperso*, é construída a imagem de uma gente que resiste aos problemas enfrentados diariamente:

Distantes da Terra-Mãe, negociada pelo capital e da Família-Nicho, dividida pela migração, enfrentam com coragem e fé as durezas e enganos constantes a que são submetidos. Buscam proteção e se deparam com a traição. No entanto, conscientes das pequenas e grandes conquistas, que acontecem e podem acontecer, continuam firmes, fazendo a História. (Boletim Cá e Lá, agosto de 1988, p. 01).

Coragem, fé, firmeza e consciência são características que qualificam o homem migrante para continuar nas disputas cotidianas e fazer *História*. A imagem do povo que resiste vem sempre relacionada à idéia de condições adversas de sobrevivência:

Estes bravos guerreiros que trazem no rosto marcas de uma dura e cruel luta pela sua sobrevivência e de seus familiares, que ficaram na região de origem, trazem consigo a esperança de um futuro melhor. (Boletim Cá e Lá, junho de 1996, p. 01.)

Em outros exemplares analisados, a idéia do povo guerreiro que enfrenta a dura realidade aparece na forma de outros adjetivos, como *povo persistente, lutador, valente, crente, insistente*, entre outros.

A idéia abordada no trecho acima, de *um futuro melhor*, geralmente é relacionada com a expectativa do trabalhador migrante e nunca com a experiência vivenciada, pois esta, por ser lida sempre como uma experiência de sofrimento e enfrentamento de condições adversas, está relacionada diretamente com a idéia de um futuro pouco promissor.

Na perspectiva de futuro pouco otimista para o trabalhador migrante surge um outro campo de imagem construído, o qual ressalta a idéia do trabalho:

É pelas mãos de cada migrante que a terra da região canavieira recebe a semente, o cultivo e a colheita. Essas mãos 'feias' porque calejadas, mas BELAS PELO TRABALHO QUE PRODUZ. (Boletim Cá e Lá, junho/julho de 1997, p. 01)

Nessa perspectiva, o migrante aparece como o trabalhador e o desdobramento de tal construção leva a crer que seu intuito é o de legitimar a presença desses sujeitos na região, contestando-se a idéia de que são eles que trazem os problemas para o local.

Alguns trechos do periódico respondem de forma ainda mais direta a tais acusações:

É preciso que as prefeituras dessas cidades tomem as devidas providências, porque os migrantes não só 'buscam o dinheiro', como dizem... Além de produzirem riquezas com seu trabalho, compram no comércio, que geram impostos para o município. Com a chegada dos migrantes, as vendas dobram no comércio de várias cidades da região. (Boletim Cá e Lá, agosto/setembro de 1991, p. 01/02.)

O argumento central dessa construção é o de que os migrantes são trabalhadores que geram riquezas para a região de Ribeirão Preto, portanto estes se tornam sujeitos que merecem todo apoio das prefeituras para a garantia de condições dignas de moradia. Em outras palavras, pede-se no texto acima que eles sejam tratados como cidadãos com direitos iguais aos outros, e não como sujeitos excluídos e diferentes do restante da população desses lugares.

Uma alternativa encontrada também para disputar a concepção de que os migrantes devem ser tratados como cidadãos na região consiste em analisá-los como sujeitos que não possuem

condições de enfrentar o mercado de trabalho moderno e, portanto, por serem considerados *desqualificados* (Boletim Cá e Lá, abril/maio de 1995, p. 01), necessitam da ajuda de todos para superar as dificuldades.

Com esse argumento, que aparece em poucos editoriais se comparados com as construções analisadas até aqui, clama-se pela piedosa ajuda de todos para auxiliar os migrantes que necessitam *porque ainda não se pensa e não se investe a partir dos fracos.* (Boletim Cá e Lá, março de 1995, p. 01).

Em linhas gerais, as imagens construídas sobre o migrante no boletim *Cá e Lá* refletiam as concepções da Pastoral do Migrante, a qual, ao se posicionar como defensora desses sujeitos, tendia algumas vezes a vitimá-los, colocando-os sob o universo das ações assistenciais pastorais.

As diversas construções da imagem do migrante no boletim *Cá e Lá* analisadas acima revelam a complexidade da disputa cotidiana pela legitimidade de pertencimento na região de Ribeirão Preto e os múltiplos olhares existentes no interior de um mesmo grupo social sobre a questão da migração e o trabalhador migrante.

*** Sérgio Daniel Nasser é Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.**

NOTAS

1 - Este artigo origina-se das análises realizadas na dissertação *"Eu vou entrar no mundo": experiências de trabalhadores migrantes na região de Ribeirão Preto 1980-2007.*

2 - É na Diocese de Jaboticabal, interior de São Paulo, que a Pastoral do Migrante - de responsabilidade direta dos/as Missionários/as Escalabrinianos/as - tem sua sede, estando instalada, a partir do início dos anos de 1990, na cidade de Guariba, tendo sido, anteriormente, na vizinha cidade de Dobrada.

3 - O dirigente era escolhido pelas pessoas da própria comunidade ou pelo padre da paróquia local e ficava encarregado de estabelecer o contato entre os membros de uma comunidade e a paróquia.

4 - A PALAVRA DO MIGRANTE. Boletim Cá e Lá. Ano 06, nº 40, junho de 1991, p. 02.

TRABALHADORES TEMPORÁRIOS, TRABALHADORES O TEMPO TODO

O deslocamento para a safra de café na região do Cerrado Mineiro

*Maria Andréa Angelotti Carmo **

A PRODUÇÃO DO CAFÉ E A MÃO-DE-OBRA EMPREGADA: ALGUNS APONTAMENTOS

A região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, desde o final da década de 1970, passou por um processo de reorganização e utilização da terra em que se destaca, a partir de então, a produção do café. Esta produção foi possível graças aos programas de desenvolvimento do cerrado implantados na área de fronteira agrícola no final da década de 1970 e início de 1980, como os programas PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER (Programa de Cooperação Nippo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado), cujas estratégias eram de tornar a região uma área produtora.

A lavoura de café nesta região, desde o seu início, conta com alto grau de mecanização – possível pelas características climáticas e físicas da região de planície –, assim como com grande utilização de defensivos e outros produtos que colaboram para o aumento da produção e para a redução da mão-de-obra, como é o caso de máquinas e produtos como aqueles utilizados na capina química e implementos agrícolas que realizam atividades antes destinadas aos trabalhadores rurais bóias-frias recrutados nas cidades da região.

A região do Triângulo e do Alto Paranaíba é conhecida como região do cerrado, para onde na década de 1990 se voltaram as principais premiações de qualidade do café expresso, num concurso concebido pela Illy Caffé, empresa italiana com sede em Trieste, que desenvolveu o prêmio como uma forma de destacar a qualidade do café por ela adquirido e que, durante toda a década de 1990, as principais

premiações no Brasil foram concedidas a produtores da região do cerrado. Com este dado, destaca-se nesta mesma década o aumento do número de trabalhadores oriundos de outras regiões do país para o trabalho de colheita, assim como um crescente discurso da mecanização da colheita utilizando máquinas que realizavam o trabalho de 150 (cento e cinquenta) trabalhadores em um só dia. Como explicar, nesse contexto, o crescente recrutamento dos trabalhadores temporários no período da safra?

Ao buscar compreender esta questão, observou-se que a utilização da mão-de-obra temporária constituía-se em uma marca da região produtora de café pesquisada, a princípio para atividades bem marcadas como o plantio do café, atividades de capina e de pré-colheita como a “ruação”¹, e ainda a própria colheita. Contudo, até meados da década de 1990, os trabalhadores recrutados eram, em sua grande maioria, os trabalhadores

volantes, também chamados bóias-frias, das cidades da região. Estes trabalhadores compõem o cenário rural brasileiro desde a década de 1960 com a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 que impeliu muitos proprietários a dispensarem as famílias de trabalhadores fixas no campo para não arcar com os custos da regulamentação das relações trabalhistas (Rezende, 1982; Garcia & Palmério, 2001). Esta população acabou indo para as cidades, onde, na maioria dos casos, morando nas periferias, sem a chamada “qualificação” para grande parte das atividades do meio urbano, se empregava em atividades da construção civil, serviços domésticos, entre outras que, muitas vezes, eram temporárias e, portanto, acabavam retornando para o trabalho no campo, como trabalhador volante.

Na região pesquisada observa-se que estes trabalhadores volantes são, em grande parte, oriundos do campo, conheceram as mais diferentes relações de trabalho que até a década de 1980 eram bastante comuns na região, como a parceria, a meia, a renda, entre outras, além de pequenos produtores que, devido às transformações nas formas de acesso à terra, às modificações nas concepções e formas de produção, conforme se mencionou anteriormente, também deixaram o campo em direção às cidades (Carmo, 2006). Nas cidades da região, contudo, estes trabalhadores não tiveram acesso a um trabalho “estável”, assim como não conseguiram uma série de serviços públicos e outros direitos pensados e buscados como específicos do meio urbano entre as décadas de 1960 e 1980, no conhecido processo de êxodo rural que marcou a sociedade brasileira.

MOVIMENTOS DE DESLOCAMENTO TEMPORÁRIO

No contexto da produção cafeeira na região do cerrado, a atividade de colheita é aquela em que a mecanização, embora crescente, ainda não conseguiu diminuir o número de trabalhadores recrutados. Desde o início da década de 1990, começou a empregar, além dos trabalhadores das pequenas cidades da região, também um grande número de trabalhadores de outras regiões do país como dos estados do Paraná, do Ceará e da Bahia, principalmente.

Esses trabalhadores, para realizar o trabalho temporário da safra, deixam suas famílias em sua região de origem e procuram na atividade sazonal uma complementação de sua renda, entre outras possibilidades. Assim, permanecem na região produtora de café entre dois e cinco meses, normalmente entre os meses de maio e setembro, variando de acordo com o ciclo produtivo do cafeeiro, podendo ser maior em um ano e menor no ano seguinte. Sobre estes grupos de trabalhadores que se deslocam de uma região para a outra do país, há estudos em diferentes áreas do conhecimento que contribuem para pensar suas especificidades. Nesse sentido, Bassani (1999, p.29) argumenta que o trabalhador assalariado rural temporário

“em muitas épocas do ano, parte em busca de trabalho, sujeita-se a viajar para municípios, estados e regiões distantes, permanecendo lá por alguns meses, vivendo em condições precárias e recebendo baixos ganhos, geralmente próximos ao salário mínimo. Nessa condição, a família continua morando no local onde possui sua habitação,

normalmente um pequeno barraco, sem nenhum conforto, apenas com o pouco dinheiro que consegue enviar”.

Parte dos estudos que tratam estas experiências de trabalho sazonal² em outra região partem do princípio de que há um fator de expulsão na região de origem que impele esses sujeitos a buscarem outras formas de renda. Ainda nesse aspecto, parte-se da premissa de que são famílias empobrecidas e vivem o outro período do ano com os poucos recursos que conseguem em atividades também temporárias na própria região. Estas condições podem ser repensadas e analisadas a partir de dados que se pretende apresentar aqui.

O deslocamento e o trabalho temporário na lavoura de café se tornou uma quase rotina para alguns grupos de habitantes do Município de Monte Santo e região no estado da Bahia, principalmente para habitantes de alguns pequenos povoados e área rural, como o Povoado de Horizonte Novo, da Pedra Vermelha, da Boa Vista, do Sítio do Geraldo, do Mundo Novo, entre outros. São, normalmente, homens: adolescentes, jovens, casados, solteiros e, mais recentemente, algumas mulheres que acompanham seus maridos no trabalho na lavoura ou realizam atividades domésticas para grupos de trabalhadores como lavar roupas, cozinhar, entre outras atividades na região do café.

Estes grupos se deslocam anualmente, desde o início da década de 1990, para o trabalho nas lavouras de café, deixando suas casas, famílias, seus pertences, pequenas propriedades de terras, animais ou outros bens sob os cuidados da mulher, dos pais ou de um parente próximo, que se encarrega de zelar ou mesmo de realizar algumas tarefas agrícolas como a colheita do

feijão, que se dá no mês de julho e é realizada, na grande maioria dos casos, pelas mulheres. Por que esses trabalhadores realizam tal intento, deixando para trás o conforto de estar entre os seus, enfrentando as mais variadas dificuldades na região receptora?

“TEM QUE GANHAR MAIS UM POUCO”

Uma das possíveis respostas a esta questão seria em parte a busca de uma fonte de renda maior. Para os produtores de café, assim como para os trabalhadores volantes (bóias-frias) da região, os trabalhadores que se deslocam para o trabalho temporário na região o fazem por não possuírem empregos, por terem uma renda mínima e poucos ganhos em seu lugar de origem, oferecendo uma concorrência pelos postos de trabalho aos trabalhadores locais, conforme mencionou Francisco, um trabalhador volante da cidade de Araguari.

Então, como na Bahia, eu já conversei com vários baianos, lá tem vez que eles não ganha nem quatro, cinco reais por dia lá. Então, numa parte os fazendeiro aproveita, porque lá não tem emprego, não tem serviço também. Então aqui, nada, nada, eles ganhando oito reais por dia, às vezes livre, eles ficam aqui três, quatro meses, eles vão levar um dinheiro bom, porque lá às vezes não ganha nem isso. (Entrevista de fevereiro de 2000)

Entre os elementos presentes neste trecho da entrevista observa-se que há a compreensão de que a falta de emprego e de um rendimento fixo é tido como a mola propulsora para o deslocamento destes grupos de trabalhadores, e também como uma forma de exploração pelos fazendeiros

do café, pois de algum modo, podem utilizar este fator (da falta de emprego) para recrutar essa mão-de-obra a valores muito aquém do que se pagaria a trabalhadores locais. Estes elementos aparecem não só em narrativas e depoimentos de trabalhadores volantes locais, como também são percebidos pelos trabalhadores temporários na região.

Contudo ao procurar conhecer estes grupos de trabalhadores que se deslocam, ao questionar sobre o porquê de suas viagens, de sua opção, entre outros entrevistados, o trabalhador Eugênio deu a seguinte resposta:

Na realidade todo mundo precisa de trabalhar, né? Lá o pessoal trabalha também, tem os negócios, cada um tem o seu compromisso, né? Mas acontece que o pessoal já tem as roças aqui, as fazendas tudo certa aí, aí resolve vim. Lá todo mundo tem sua profissão, uns trabalha na roça ou trabalha em outra coisa, cada um faz ..., porque ninguém vai viver no mundo sem fazer nada, né? Tem que fazer alguma coisa. (Entrevista realizada na lavoura de café em agosto de 2005)

Observa-se que são trabalhadores, grande parte pequenos produtores, muitos deles residentes nos povoados, ou ainda, habitantes dos povoados que durante outros períodos do ano se empregam em atividades rurais, realizam pequenos “bicos”, prestam algum tipo de serviço como “moto-taxista”, fazem a animação de pequenas festas e bailes da zona rural e dos povoados com suas bandas de forró, entre outras atividades e, no período em que se inicia a colheita de café na região do Cerrado Mineiro fazem a opção pelo trabalho temporário na safra de café e pela viagem de cerca de 1900 (mil e novecentos) quilômetros.

Entre estes trabalhadores encontram-se os mais diferentes objetivos para o investimento da viagem. Não aparecem entre eles, narrativas que remetam à falta de emprego como força propulsora para a viagem. Aparece sim, uma série de conquistas que parecem acontecer de forma mais rápida, pois o dinheiro que se ganha com o duro trabalho na colheita de café, é todo ele investido em bens e outras aquisições em sua região de origem. Parece ocorrer uma avaliação entre a possibilidade de ficar na Bahia e a possibilidade de permanecer um período em Minas da seguinte forma: as condições a que se submetem na lavoura de café é de uma longa jornada de trabalho diária que é intercalada apenas com o dia do domingo para descanso ou às vezes apenas parte dele. Estes trabalhadores acabam ficando restritos apenas à questão e ao ambiente de trabalho, não se envolvendo em festas e diversões ou idas às cidades para realizar compras e gastar o que ganharam. Isso parece deixá-los “isolados” em seus objetivos de ganhar e acumular algum dinheiro para o retorno. Nesse sentido Eugênio ofereceu o seguinte argumento:

É porque tem que ganhar mais um pouco, né? E acontece que a gente fica aqui num lugar desse parado, não sai pra lugar nenhum, vai juntando mais um pouco, porque na realidade tem gente que ganha às vezes até mais, eu mesmo já tive tempo de ganhar mais dinheiro que aqui por mês, já. Mas acontece que eu gasto mais porque eu moro lá. Se eu morasse aqui eu também não ganhava o que eu ganho não. Porque ninguém ia trabalhar até seis dias na semana. Por isso que ajunta mais um pouco, mas se fosse lá na nossa região, oh! Porque lá

não fica final de semana, às vezes quer sair pra um lugar pra outro, né? E aqui não, é mais fácil de juntar. (Entrevista realizada na lavoura de café em agosto de 2005)

A observação do entrevistado parece bastante pertinente quando ele aponta o fato de que se morasse na região de trabalho no café, talvez também não acumulasse algum dinheiro, pois teria outras necessidades. O período em que se encontra no trabalho do café parece ser um período de privação, no qual o trabalhador está determinado a renunciar a algumas coisas, deixar de fazer o que considera como valor, com o objetivo de acumular algum dinheiro e retornar para casa e lá, realizar outros objetivos.

Outros entrevistados argumentam que o trabalho na lavoura de café é o momento em que se tem a possibilidade de conseguir uma renda extra que permite, além da manutenção da família, a aquisição de alguns bens como terras, casas, animais, motos, carros ou produtos incorporados ao seu cotidiano como aparelhos de som, aparelhos de televisão, energia solar para residências rurais, entre outros. O objetivo de uma melhor condição de manutenção da vida está sempre presente, o que não significa que estes trabalhadores sejam totalmente desprovidos de renda ou de trabalho, ao contrário, observou-se que em seu local de origem estão sempre realizando as mais diferentes atividades e o trabalho temporário no café permite um “complemento” de sua renda às custas do duro trabalho na lavoura.

Este movimento de idas e vindas é bastante marcante não somente para estes trabalhadores como também para seus familiares e entes queridos que estão diretamente envolvidos nesse deslocamento. Muitas vezes, no momento da viagem não há recursos

suficientes para se pagar a passagem e o dinheiro é tomado de empréstimo com algum comerciante da região que acaba cobrando altos juros pelo seu serviço. Os primeiros pagamentos recebidos do trabalho na lavoura são enviados para as famílias pagarem primeiramente o empréstimo a fim de evitar o aumento dos juros.

Nesse contexto, anualmente, as famílias se preparam para o momento da partida assim como se preparam para o retorno (Estrela, 2003). A partida é envolvida de expectativas, de torcidas e de desejos para que o trabalho seja bom e se consiga ao final retornar bem e com algum dinheiro que será despendido nos objetivos da família. O retorno é momento bastante marcante para os trabalhadores, mas também para a população do povoado e região que comenta o retorno dos grupos antes mesmo da saída de Minas. Ao chegarem, os trabalhadores trazem nos corpos a expressão do duro trabalho, rosto queimado pelo sol e abatido pelo cansaço da viagem somado ao do trabalho. Devido às condições a que se submeteram, ao tipo de alimentação consumida, ao esforço da intensa e extensa jornada de trabalho entre outros elementos, aparentam também uma certa fragilidade física. Muitos estampam no rosto o sucesso de sua empreitada, outros nem tanto. É um momento dos reencontros, das histórias sobre a experiência vivida, das histórias da viagem, das comparações entre este período de trabalho no café e o anterior e também de perspectivas para o próximo.

ENFRENTAMENTOS

Os enfrentamentos destes grupos de trabalhadores na região receptora são vários e estão presentes nas

relações de trabalho, nas relações internas dos grupos de trabalhadores, nas condições de alojamento e alimentação, assim como nas relações com os moradores locais. Não raro se observa que estes trabalhadores são empregados sem as formalidades do contrato de trabalho, sem registro na carteira de trabalho, portanto sem uma série de direitos trabalhistas como recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o décimo terceiro salário, o direito a pagamento das férias e outros. Como forma de “compensar”, os fazendeiros fazem alguns acordos com os trabalhadores oferecendo pelo trabalho um valor pouco maior que aquele pago a trabalhadores da região ou pagam parte da passagem dos trabalhadores ao final dos trabalhos, entre outros acordos.

Esta mão-de-obra temporária na região é tida entre os fazendeiros como uma forma de barateamento dos custos da produção em detrimento dos trabalhadores volantes locais, uma vez que estes últimos ao se organizarem e reivindicarem os direitos trabalhistas básicos foram, em parte, preteridos pelos trabalhadores temporários. Nesse sentido, um trecho da entrevista com um presidente de Cooperativa dos Cafeicultores da cidade de Carmo do Paranaíba revela:

A questão do migrante começou pela necessidade de mão-de-obra que a cidade não conseguia suprir, né? Ai eles vinham. Como era mão-de-obra mais fácil de lidar, com menos exigência, eles estavam mais dispostos a trabalhar. Porque pessoal que vinha de longe, então, estava ali com aquele objetivo de trabalhar mesmo e não, às vezes, como... Mesmo a gente respeitando tudo, em algum...tem esse cuidado, é uma região bastante fiscalizada

pelo Ministério e tudo. Então mesmo a gente seguindo todas as normas, ainda tinha problema. O cara, como o cara estava amparado na lei ele começava a criar situações para ser demitido; vários problemas assim, é problema de greve. Então essa questão do migrante ajudou nesse ponto. Até então, sem os migrantes a gente não consegue fazer a colheita. (Entrevista realizada em março de 2007)

Pode-se observar que o trabalhador chamado “migrante” é tido como uma possibilidade de minorar os problemas de processos e ações trabalhistas impetrados pelos trabalhadores volantes locais, uma vez que os “migrantes” parecem ser “mais dispostos a trabalhar e são mais fáceis de lidar, apresentam menos exigência”. Este olhar sobre o trabalhador temporário na região o torna alvo de sérias críticas por parte dos trabalhadores volantes locais, conforme se observou em uma série de entrevistas com estes trabalhadores e também em documentos e publicações sobre a região, onde se destaca o caráter da competitividade e da concorrência aos postos de trabalho.

Uma questão a se pensar sobre a presença dos trabalhadores temporários na região é a condição em que permanecem instalados nas fazendas da região. Parece haver a compreensão de que por permanecerem ali por um curto período de tempo, pode-se viver sob diversos tipos de privações e de improvisos. Em geral, estes trabalhadores permanecem alojados nas fazendas onde estão trabalhando e, salvo algumas exceções, os alojamentos são grandes barracões nos quais são guardados implementos e máquinas agrícolas além de outros

instrumentos de trabalho. Portanto, o dormitório que é dividido pelos trabalhadores não é um local apropriado para tal. Muitas vezes, os banheiros também são improvisados, assim como o local para se cozinhar, lavar a louça ou a roupa. Em alguns casos os trabalhadores dividem casas que não são utilizadas nas propriedades como local de moradia temporária, assim, todo o grupo acaba dividindo o mesmo espaço o que nem sempre é muito fácil, havendo uma série de relatos de conflitos e mesmo de uma organização e revezamento quanto às tarefas de cozinhar, lavar a louça, fazer a faxina do banheiro e a limpeza do alojamento.

Esta condição temporária acaba se tornando cíclica uma vez que na safra seguinte os grupos são novamente formados, com poucas alterações quanto à sua formação principal e se alojam, na grande maioria dos casos, nas mesmas fazendas onde já trabalharam mesmo não havendo melhorias nas condições de instalação e alojamento e, muitas vezes, mesmo sem ter ganho um valor considerado suficiente na safra anterior. O que se tem observado é, na grande maioria dos casos, mesmo diante da precariedade, da insatisfação diante da condição vivida temporariamente, o contínuo retorno para o trabalho na safra de café, pois se alega que este é um período curto, em que o único objetivo é trabalhar, ganhar algum dinheiro e retornar à sua região de origem para dar continuidade às atividades lá desempenhadas. Portanto, embora sejam temporários nas lavouras de café, constituem-se trabalhadores o tempo todo, estão sempre desenvolvendo as mais variadas atividades em sua região.

* **Maria Andréa Angelotti Carmo é Prof. de História da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia/MG, Mestre e doutoranda em História Social pela PUC/SP.**

NOTAS

1 - Esta é a atividade de limpar, tirar folhas e aplinar a área em baixo do cafeeiro a fim de possibilitar o melhor rendimento e maior facilidade no momento de colher e também no de rastelar os grãos caídos no chão. Esta atividade, assim como a capina, não são mais realizadas por estes trabalhadores, mas por máquinas e produtos químicos.

2 - Pode-se compreender o trabalho sazonal na agricultura como sendo aquele realizado em momentos específicos, principalmente nas safras, podendo-se citar o corte da cana, a colheita da laranja, do algodão, do amendoim, do café, entre outras, onde se emprega uma mão-de-obra que, geralmente, está localizada em outras áreas e/ou em outras atividades nos demais períodos do ano.

REFERÊNCIAS

- BASSANI, Paulo
(1999) *Núcleos de assalariados rurais temporários: lugar de resistência e descoberta*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC.
- CARMO, Maria Andréa Angelotti
(2006) *Lavradores de Sonhos: Saberes e (Des)Caminhos de Trabalhadores Volantes, 1980-2000*. São Paulo: Educ.
- ESTRELA, Ely Souza
(2003) *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP/Fapesp: Educ.
- GARCIA, Afrânio & PALMÉRIO, Moacir
(2001) “Rastros de Casas-Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro”. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Sérgio Paulo (Orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras.
- REZENDE, Nilza Perez de
(1982) *Obrigações trabalhistas do empregador rural: previdência social rural*. São Paulo: LTr.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc. A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * Você irá escrever para uma revista e não para uma banca da academia, por isso, aproveite os conteúdos de suas pesquisas, mas seja criativo(a) na forma de apresentá-los. No título, por exemplo, não resuma sua tese, desperte a curiosidade do leitor.
- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 350 linhas, fonte Times New Roman, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Se possível, enviar algumas fotos em papel, com os respectivos créditos (posteriormente serão devolvidas); se digitalizadas, só em CD com resolução de 300 dpi.
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereços postal e eletrônico e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996, p.3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares do nº.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

**TRAVESSIA
Nº 62**

SEGREGAÇÃO
(Set-Dez/08)

**Prazo para envio
de artigos**
(12/09/08)

**TRAVESSIA
Nº 63**

**REMESSAS
E REDES
TRANSNACIONAIS**
(Jan-Abr/09)

**Prazo para envio
de artigos**
(31/10/08)

**TRAVESSIA
Nº 64**

**MOBILIDADE
PENDULAR**
(Mai-Ago/09)

**Prazo para envio
de artigos**
(31/03/09)

ESPAÇO ABERTO À DIVULGAÇÃO DE LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA DO CEM, ESPECIALIZADA EM MIGRAÇÕES

Herdeiro da migração

Sou filho de Procópio
Neto do velho Tamanduá
Foi quem primeiro migrou
Seguindo para o Paraná
E desde então vem essa sina
De todo ano ter que migrar.

Quando Tamanduá parou
João estava começando
Foi do café para a cana
E sempre revezando
Num vai e vem danado
Ano após ano.

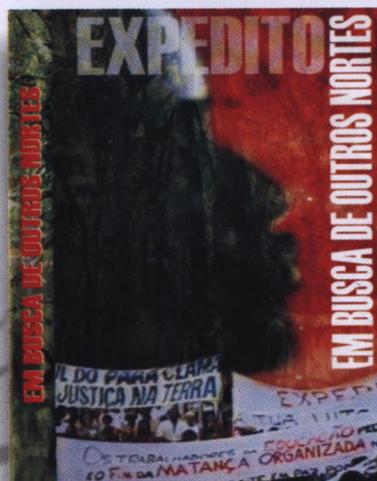
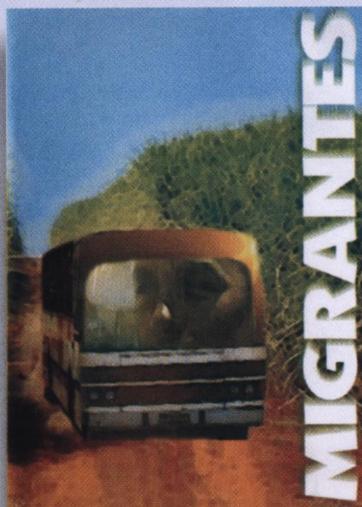
João ainda não tinha parado
Mas não pude esperar
Fui entrando de mansinho
Para poder me acostumar
Até hoje não acostumei
Mas nunca deixei de migrar.

Trabalha muito
Para pouco ganhar
Produzindo riquezas
Para outro lucrar
O migrante fica com as promessas
De que tudo vai melhorar.

Noites insones, suor, cansaço
Fuligem, doenças e carvão
São alguns frutos
Da migração
E só o peso dos anos
Mostra-nos quanta ilusão.

Tamanduá e João lutaram tanto
Labutas da migração sem fim
Essa foi a herança
Que restou pra mim
Hoje vou lutando para meu filho
Não pensar que tem de ser sempre assim.

Paulo André Alves de Amaral



MIGRANTES

Documentário que retrata as condições de trabalho e vida dos trabalhadores do Nordeste nos canaviais paulistas e os motivos que os levam a migrar.

Direção:

Beto Novaes
Francisco Alves
Cleisson Vidal

EXPEDITO:

Em Busca do Outros Nortes

No contexto do caldeirão em que se constituiu a ocupação do sudeste do Pará na década de 1970, o mineiro, trabalhador e poeta Expedito partiu com a família em direção à floresta. Seu engajamento destemido na luta social e política na região do Araguaia atraiu a ira de fazendeiros e pistoleiros do sul do Pará.

Direção:

Aída Marques
Beto Novaes

Trata-se de uma série de Documentários, agrupados em 3 DVDs, que fazem parte do projeto *Trabalho e Mudanças Sociais* desenvolvido no Instituto de Economia da UFRJ visando a integração de atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Org.

José Roberto Novaes

Pedidos:

beto.novaes@uol.com.br